



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Michelle Vitório Marchetto

**A ESTRUTURA E A DINÂMICA DE FAMÍLIAS DE
CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

Florianópolis
2013

Michelle Vitória Marchetto

**A ESTRUTURA E A DINÂMICA DE FAMÍLIAS DE
CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial a obtenção do grau de mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Aparecida Crepaldi

Área de Concentração:

Processos Psicossociais, Saúde e Desenvolvimento Psicológico

Linha de Pesquisa:

Saúde, Família e Desenvolvimento Psicológico

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Marchetto, Michelle Vitório

A estrutura e a dinâmica de famílias de crianças vítimas de violência / Michelle Vitório Marchetto ; orientadora, Maria Aparecida Crepaldi - Florianópolis, SC, 2013.
176 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. dinâmica familiar. 3. violência familiar. 4. práticas parentais. 5. crianças. I. Crepaldi, Maria Aparecida. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

FOLHAS ASSINADAS

Às famílias participantes e às minhas
famílias: de origem, ampliada e de
coração!

Agradecimentos

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho, meu sincero e eterno obrigada.

À minha Orientadora Professora Doutora Maria Aparecida Crepaldi, pela confiança, disponibilidade, apoio e abertura ao diálogo e à co-construção deste trabalho, que colaboraram muito para meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus pais, Mário Ademir Vitório e Gilza Vitório, e a minha irmã Monique Vitório, pelo incentivo, carinho, auxílio, paciência e pela compreensão durante a construção deste trabalho.

Ao meu marido Otávio Marchetto, pelas palavras confiantes, companhia e carinho, que tornaram esta caminhada mais suave e alegre.

Às amigas e colegas de Pós-Graduação, Fabiani Cabral Lima, Larissa Antunes e Cíntia Picoli pelos encontros alegres e continentais e pelas sábias contribuições.

A Carina Nunes Bossardi que, carinhosa e prontamente, aceitou contribuir para enriquecer e traduzir corretamente em palavras o trabalho de leitura, pesquisa e interpretação dos dados.

À Professora Doutora Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, que contribuiu para o delineamento inicial deste trabalho.

Aos Professores e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, pela prontidão em atender-me sempre.

Aos profissionais da Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Gaspar, que estiveram sempre dispostos a contribuir para facilitar o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores membros da banca, por aceitarem compartilhar a leitura da dissertação e contribuírem para o enriquecimento do trabalho.

Em especial, agradeço a Deus, pela oportunidade de conviver com todas essas pessoas e de concretizar meus sonhos, e a todas as famílias que gentilmente aceitaram dividir comigo parte de sua história.

Muito obrigada.

RESUMO

O presente estudo visou caracterizar a estrutura e a dinâmica das famílias com crianças de 2 a 10 anos, vítimas de violência, que possuem medida de proteção imposta pelo Conselho Tutelar. A pesquisa se caracterizou por ser exploratória e descritiva, de corte transversal e abordagem quanti-qualitativa. A amostra foi composta por 14 genitores e responsáveis de 8 famílias que possuem crianças vítimas de violência e inseridas no PAEFI do CREAS de uma cidade do estado de Santa Catarina. A coleta de dados foi realizada através da técnica de entrevista semi-estruturada, e dos instrumentos: questionário sócio-demográfico, genograma, questionário sobre o funcionamento familiar (FACES IV); índice de estresse parental (PSI); Inventário de Práticas Educativas Parentais (CRPR); e um questionário que avalia a relação entre pais e filhos na resolução de conflitos (CTSPC). As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas conforme a técnica de análise de conteúdo categorial temática. Os Genogramas foram analisados com vistas a identificar os padrões relacionais e ciclos intergeracionais de violência. As respostas aos instrumentos foram codificadas com o auxílio do programa estatístico SPSS-17.0. Cinco das oito famílias estudadas eram recasadas. Nas famílias estudadas pode-se constatar todos os tipos de violência. Os agentes violadores eram pessoas próximas e de confiança das crianças. Outras pessoas que possuem relacionamento estreito com a criança foram os denunciantes. As famílias das crianças pertenciam a diferentes classes sociais, caracterizando a violência como um fenômeno sistêmico, inerente às relações sociais e familiares. Nas famílias extensas, pode-se observar a presença de relacionamentos conflituosos, distantes e rompimentos. Contudo, há a presença de relacionamentos harmônicos que são considerados como fatores de proteção e principal fonte de apoio. Os relacionamentos conjugais foram considerados conflituosos, com ou sem episódios de violência física, porém sempre com a presença da violência psicológica. A maioria das famílias possui um funcionamento considerado equilibrado, e apenas uma apresentou funcionamento considerado Rígido/Coeso. Constatou-se a presença de práticas educativas coercitivas e não coercitivas. As práticas educativas violentas apareceram em três gerações e estas podem constatar nos resultados do CTSPC. Isolamento social, pequena diversidade de locais frequentados e escassez de uma rede social familiar foram características das famílias. O PSI – Índice de Estresse Parental classificou o estresse parental dos

genitores dentro do normal e o CRPR, constatou coexistência dos Estilos Parentais Autoritários e Autoritativos. Reitera-se a necessidade de se pensar em ações preventivas e no atendimento a essas famílias com crianças vítimas de violência com o intuito de diminuir os fatores de risco e potencializar os fatores de proteção.

Palavras-chaves: violência familiar, estrutura familiar, dinâmica familiar, práticas parentais, criança.

ABSTRACT

The present study aimed to characterize the structure and dynamics of families with children 2-10 years old, victims of violence, which have protective measure imposed by the Guardian Council. The research was characterized as exploratory and descriptive, cross-sectional and quantitative and qualitative approach. The sample consisted of 14 parents and guardians of 8 families who have children who are victims of violence and inserted in the PAEFI/CREAS a city in the state of Santa Catarina. Data collection was performed using the technique of semi-structured interview, and instruments: socio-demographic questionnaire, genogram, questionnaire on family functioning (FACES IV); parenting stress index (PSI); Parental Educational Practices Inventory (CRPR), and a questionnaire that assesses the relationship between parents and children in conflict resolution (CTSPC). The interviews were transcribed and analyzed according to the technique of content analysis categories and themes. The Genograms were analyzed in order to identify the relational patterns and intergenerational cycles of violence. The responses were coded instruments with the help of SPSS-17.0. Five of the eight families studied were remarried. In the families studied, it can be seen all kinds of violence. Agents violators were people coming and confidence of children. Other people who have close relationship with the child were the complainants. Families of children belonging to different social classes, characterizing the violence as a systemic phenomenon, inherent in social and family relationships. In extended families, one can observe the presence of conflicting relationships, distant and breakups. However, there is the presence of harmonic relationships that are considered protective factors and primary source of support. The marital relationships were considered conflicting with or without episodes of physical violence, but always with the presence of psychological violence. Most families have a functioning considered balanced, and only one had considered running Disk / Cohesive. Found the presence of educational coercive and non coercive. Educational practices violent appeared in three generations and they can observe the results of CTSPC. Social isolation, diversity of small places frequented, and scarcity of a social network characteristics were family households. The PSI - Parental Stress Index rated parental stress in parents of normal and CRPR, found coexistence of Authoritarian and Authoritative Parenting Styles. Reiterates the need to think about preventive and care to those

families with children who are victims of violence in order to reduce risk factors and enhance protective factors.

Keywords: family violence, family structure, family dynamics, parenting practices, child.

SUMÁRIO

1. Introdução	17
2. Objetivos	21
2.1. Objetivo Geral	21
2.2. Objetivos Específicos	21
3. Fundamentação Teórica	23
3.1. Violência como um fenômeno sistêmico	23
3.2. Família	26
3.3. Ciclo Intergeracional da Violência.....	31
3.4. Violência Familiar contra crianças e adolescentes.....	34
3.5. Práticas educativas violentas.....	41
3.6. Estilos Parentais	45
3.7. Políticas Públicas para a Infância e Juventude.....	50
3.8. Ética profissional no trabalho com famílias com membros vítimas de violência.....	53
3.9. Estado da arte da temática no contexto das pesquisas.....	54
4. Método	61
4.1. Desenho da pesquisa	61
4.2. Participantes	62
4.3. Instrumentos para coleta de dados	62
4.3.1. Genograma	62
4.3.2. Questionário Sociodemográfico	63
4.3.3. Índice de Estresse Parental - PSI.....	63
4.3.4. <i>Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC)</i>	66
4.3.5. FACES IV	67
4.3.6. Inventário de Práticas Parentais – CRPR	70
4.4. Procedimentos de preparação para coleta de dados	72
4.5. Procedimentos de coleta de dados.....	72
4.6. Análise de dados	73
4.7. Aspectos éticos.....	74
5. Resultados	75
5.1. Caracterização das Famílias Entrevistadas	75
5.1.1. Família A.....	75
5.1.2. Família B.....	77
5.1.3. Família C.....	80
5.1.4. Família D.....	83
5.1.5. Família E.....	85
5.1.6. Família F.....	87

5.1.7. Família G	89
5.1.8. Família H	91
5.2. Sistema de Categorias	93
5.3. Resultados dos Instrumentos Quantitativos	107
5.4. Relações entre os resultados qualitativos e os quantitativos	117
6. Discussão	121
7. Considerações Finais	135
8. Referências.....	139
9. Anexos	156
9.1. Anexo 1.....	156
9.2. Anexo 2.....	158
9.3. Anexo 3.....	162
10. Apêndices.....	166
10.1. Apêndice A	166
10.2. Apêndice B	169
10.3. Apêndice C	170
10.4. Apêndice D	172
10.5. Apêndice E: Resultados Coletivos dos Instrumentos – CRPR, PSI, FACES e CTSPC	176

1. Introdução

“Criança espancada pelos pais segue em estado grave”, “Bebês são maltratados em creche particular de Goiânia”, “No Recife, babá é denunciada por maltratar bebê de 6 meses”, “Menina é abusada sexualmente por sete pessoas em Paço do Lumiar”, “Criança de 9 anos era abusada pelo padrasto” e “Padrasto adolescente é suspeito de agredir criança de três anos na Paraíba”. Essas são manchetes de jornais que vemos todos os dias nas mídias, e que possuem como temática principal a violência contra a criança e o adolescente.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), a violência possui diferentes configurações e pode ser auto infligida (suicídio, mutilações, entre outras); interpessoal, que se desdobra em: violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente, contra parceiro(a) e contra o idoso; a violência comunitária, perpetrada contra vizinhos e desconhecidos e por último, a violência coletiva cuja natureza é social, política e econômica. A criança e o adolescente são vítimas de diferentes tipos de violência, conforme a natureza do ato: física, psicológica, sexual e negligência. Esses tipos de violência são descritos pela Organização Mundial da Saúde (2002).

Dados do sistema Viva – Vigilância de Violência e Acidentes – do Ministério da Saúde para o período 2006-2007 (Brasil, 2009) apontam a residência como principal local de violência contra crianças (58%) e adolescentes (60%) atendidos nos serviços de referência. Outro fato grave é o desaparecimento de crianças e adolescentes, fenômeno que pode estar relacionado à ocorrência de práticas violentas, sendo 38% dos casos relacionados à violência familiar, de acordo com os dados registrados pela Redesap – Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

No Brasil, anualmente, 12% dos 55,6 milhões de crianças menores de 14 anos são vítimas de alguma forma de violência familiar. Isso significa que 18 mil crianças são agredidas por dia, 750 por hora e 12 por minuto. Além disso, os óbitos por violência e acidentes (causas externas) ocupam o primeiro lugar na faixa etária entre cinco e 19 anos, o que significa que a violência mata mais que doenças infecciosas e parasitárias (Centro e Combate à Violência Infantil, 2008).

Tais dados geram imensa preocupação com o fato de que a violência contra a criança ocorre no meio familiar, que é o *locus* que deveria proteger, promover e incentivar o seu desenvolvimento. Sabe-se que, muitas vezes, as famílias não têm condições de oferecer à criança

todas as condições de desenvolver plenamente suas potencialidades e em outras, por várias razões acaba por agredir a criança.

Outra questão preocupante em nosso país é a imensa dificuldade de se discernir entre práticas educativas e violência, tendo em vista que vivemos em uma cultura que acredita que bater é um recurso importante que os pais têm para educar e impor os limites em seus filhos. Apesar de, desde 1990 haver uma legislação específica para essa população e que busca garantir os seus direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, esses tipos de violência continuam acontecendo. Vale ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente inova ao considerar a violência contra crianças e adolescentes como problema de saúde pública¹.

O fato desta pesquisadora trabalhar com famílias notificadas e, portanto, conviver com situações de violência que envolvem fatores de grande complexidade, motivou o interesse por pesquisar esta temática. Desta forma, questiona-se: que fatores estão envolvidos na violência contra crianças e adolescentes?

Nesse sentido, considera-se importante pesquisar como é a estrutura e a dinâmica de famílias com crianças vítimas de violência. Os resultados da pesquisa tornam-se relevantes na medida em que preenchem uma lacuna do conhecimento científico, tendo em vista que os estudos com amostras clínicas, no Brasil, são mais raros devido ao difícil acesso a estas famílias e possibilitarão compreender melhor como tais sistemas familiares funcionam.

Essas informações são consideradas essenciais para as equipes interdisciplinares que trabalham com tais famílias já que possibilitarão que os profissionais possam intervir nas famílias com crianças e adolescentes vítimas de violência, a fim de evitar novas violações de direitos dessa população e, por fim, romper com padrões intergeracionais da violência.

Sabe-se que as violências praticadas contra crianças e adolescentes geram impactos contra a saúde das vítimas tais como problemas emocionais, sociais, psicológicos e cognitivos. Dessa forma, esse estudo tem ainda uma relevância social na medida em que quando

¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente insere a violência como problema de Saúde Pública no Título II, Dos Direitos Fundamentais, Capítulo I, Do Direito à vida e à saúde e torna obrigatória a comunicação de tais ocorrências (suspeita ou confirmação de maus-tratos) à autoridade competente.

se quebra este ciclo intergeracional da violência, menores serão as consequências dos abusos praticados.

Portanto, o presente estudo visa detectar a violência contra crianças e a dinâmica e estrutura das famílias, com vistas a investigar os padrões de transmissão intergeracional. Assim sendo, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Qual é a estrutura e a dinâmica das famílias de crianças de 2 a 10 anos, vítimas de violência, que possuem medida de proteção imposta pelo Conselho Tutelar?**

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

- Caracterizar a estrutura e a dinâmica das famílias com crianças de 2 a 10 anos, vítimas de violência, que possuem medida de proteção imposta pelo Conselho Tutelar.

2.2. Objetivos específicos

- Descrever o tipo de violência perpetrada contra a criança;
- Identificar os padrões relacionais familiares de famílias com crianças vítimas de violência;
- Verificar a existência de padrões intergeracionais de violência;
- Identificar o manejo das práticas educativas em relação às crianças.

3. Fundamentação Teórica

3.1. *Violência como um fenômeno sistêmico*

Durante todo o processo de construção da ciência tradicional, até a metade do século XX, pode-se observar uma ciência pautada nos seguintes pressupostos epistemológicos: a simplicidade, a estabilidade e a objetividade (Böing, 2007; Vasconcellos, 2007). O pressuposto da simplicidade se remete à crença de que é preciso separar o objeto em partes para entender o todo, daí decorrem, entre outras coisas, a atitude de análise e a busca das relações causais lineares. O pressuposto da estabilidade se baseia na crença de que o mundo é estável, que “já é como é”. Ligados a esse pressuposto estão as crenças na determinação (com a consequente previsibilidade dos fenômenos) e na reversibilidade (com a consequente controlabilidade dos fenômenos). O pressuposto da objetividade, por sua vez, estabelece a crença de que existe uma realidade independente do observador e que é possível e indispensável ser objetivo, como critério de cientificidade, na constituição do “conhecimento verdadeiro” do mundo, da realidade (Vasconcellos, 2007).

No século XX surgem teorias que rompem com esses pressupostos, a partir do estilo de pensamento considerado pós-moderno e assim, os fenômenos da natureza passam a ser considerados sob a ótica da complexidade, da instabilidade e da intersubjetividade. Um desses estilos de pensamento está implícito na teoria sistêmica, também conhecida como pensamento sistêmico. Essa teoria foi formulada a partir da Teoria Geral dos Sistemas, Teoria da Comunicação e da Cibernética. Vasconcellos (2007) afirma que pensar sistemicamente dentro dessa epistemologia novo-paradigmática seria:

- Pensar no contexto e no ambiente, em termos de conectividade e relações. Contexto não se refere ao ambiente, mas às relações entre todos os elementos envolvidos.
- Pensar em rede, o que quer dizer por ênfase nas relações entre os objetos, ao invés de pensá-los separadamente.
- Pensar em processo, o que se refere a focalizar o processo sob o qual os eventos são produzidos e não no resultado.
- Pensar na complexidade, que significa considerar os fenômenos como sistemas compostos por partes que estão em interação, sendo que uma não existe sem as outras.

Nesse sentido, a Teoria Sistêmica tem outro conceito importante para o entendimento dos fenômenos, a recursividade. Este conceito se refere ao fato de que os fenômenos são produtos e produtores de si mesmo. Nesse sentido, o resultado do fenômeno é que mantém as condições para que o mesmo ocorra mais uma vez.

O relatório mundial de violência e saúde (2002), encomendado pela Organização Mundial de Saúde – OMS, conceitua a violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultarem lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. A violência é o resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais.

A Teoria Sistêmica, mencionada acima, ajuda a considerar o fenômeno da violência na sociedade atual de forma complexa e a coloca como um fenômeno que ocorre nas relações interpessoais. Cecchin, citado por Schitman (1996), afirma existir um padrão relacional entre os envolvidos na violência. O autor parte da perspectiva do agressor, considerando que existe um problema na comunicação do agressor, uma vez que ele considera apenas ser possível comunicar-se através da violência. Os atos de violência acabam por provocar um distanciamento entre os envolvidos, o que evita a aproximação e a relação de confiança entre ambos, bem como a comunicação. Dessa forma, a única forma que resta de comunicação entre os envolvidos é o ato de violência. Nesse sentido, o abusador é o senhor absoluto e dita as leis e o outro na relação que é transformado em um objeto/trunfo de posse.

Ravazzola (1999) e colaboradores, com base no pensamento sistêmico, descrevem a dinâmica do circuito da violência no sistema familiar, com a finalidade do mesmo servir como modelo de compreensão sobre “como e o porquê” a violência se estabelece e se mantém num grupo, oferecendo pistas para intervenção. Segundo os autores (p. 40), há um circuito de violência constituído por:

- Atores: todas as pessoas envolvidas na situação (pessoa abusadora, pessoa abusada e testemunhas);
- Ideias: constructos/crenças que organizam as ações no sistema. Ex. ‘a pessoa abusadora não pode controlar-se’; ‘a pessoa abusada é inferior’; ‘a família deve manter-se unida a qualquer custo’; ‘nas questões familiares, pessoas de fora não devem intervir’;

- Ações: atitudes que mantêm as estruturas numa organização com hierarquias fixas, enrijecidas; consideram-se estar acima das pessoas, da lei, são intocáveis.

A autora explica que, para compreender a violência e suas variáveis abordadas acima, é ainda necessário visualizar como age o sistema autoritário e sistema de gênero implicados nestas questões. Estes dois temas são amplos demais para abordá-los neste trabalho, contudo vale citá-los, para complementar mais a explanação de Ravazzola.

O primeiro sistema, autoritário, elabora argumentos que justificam a operacionalização de sua ideologia e utiliza medidas disciplinares para assegurar que sejam cumpridas na sociedade. Uma das medidas mais eficazes é inculcar na cultura, crenças e valores que facilitem a obediência, sem resistência, por parte da população. As propostas das organizações autoritárias tem a capacidade de mascarar os elementos capazes de despertar a consciência da opressão. As ideias que se apoiam as formas autoritárias de organização social ocultam as restrições e prejuízos que elas mesmas implicam. O discurso autoritário utiliza propostas elitistas (resulta do processo de atribuir diferenças valorativas arbitrárias a pessoas identificadas com valores altos e excluir as consideradas inferiores), serialismos (afirmações que fazem pensar em uma categoria única), oposições (estabelecer polos bem definidos, dando ênfase exagerada nas diferenças entre as categorias relacionadas e não considerando um continuum de alternativas) e descontextualização (são formas de organizar o discurso em frases e palavras que eliminam referenciais). Por meio desses recursos no discurso, a pessoa que exerce o poder, o agressor, pode abusar impunemente de seu poder em nome da obediência devido ao superior pelo inferior, este último visto como posse do primeiro (Ravazzola, 2007).

O sistema de gênero, por sua vez, desenvolveu crenças e práticas sociopolíticoeconômicas reforçando a desvalorização do feminino, “naturalizando” a desigualdade de gênero, como se esta condição inferior ou superior fizesse parte da identidade do sujeito cultural, esquecendo que a mesma foi socialmente criada. Os homens recebem, desde pequenos, instruções precisas de restringir expressões emocionais de ternura, estímulo para a expressão em ações de emoções de ira e de contrariedade, conjuntamente com inibições de sua expressão verbal. Essa conjunção lhes facilita a descarga de emoções em ações que eles poderiam conter. As mulheres, por sua vez, as condicionam para sentir-se culpadas caso neguem a satisfazer demandas de seus parentes e para

sentirem-se realizadas e completas só se movimentam em resposta às necessidades dos outros. Seus projetos pessoais são secundários e elas ficam numa posição frágil e pouco consistente na hora de negociar melhores tratamentos a si mesmas (Ravazzola, 2007).

Dessa forma, Ravazzola (2007) afirma que nos sistemas familiares abusivos, as ideias reforçadoras predominantes são sempre rígidas, afirmações mantidas em conjunto a respeito da família e dos papéis que se supõe que naturalmente devem representar os homens e as mulheres nas relações familiares, que justificam castigos (maus-tratos) àquelas condutas que diferem do estereótipo.

3.2. Família

Ciclo vital familiar

Este estudo preconiza a família como sendo um sistema plurigeracional de relações interpessoais, ou ainda como um sistema composto por indivíduos. Cerveny & Berthoud (2002) afirmam que o indivíduo é, ao mesmo tempo, uma parte e um todo de um sistema maior que por sua vez pertence a sistemas maiores (social, cultural, econômico, temporal, entre outros), num processo contínuo de comunicação e integração. Devido à constante comunicação e integração com sistemas maiores, entende-se a família como um sistema em constante processo de mudança e que possui seu ciclo vital.

O ciclo vital da família é dividido em fases. Entretanto, há divergências entre autores sobre o número e a característica de cada fase ou etapa. Carter & McGoldrick (1995) adotam a classificação de ciclo vital familiar dividida em seis fases. Cerveny & Berthoud (1997) desenvolveram uma classificação com apenas quatro fases. Vale ressaltar que esses estágios nem sempre se apresentam de forma bem definida, havendo sobreposição de fases.

Carter & McGoldrick (1995) iniciam sua classificação com o *lançamento do jovem adulto solteiro*. Nesse estágio o adulto jovem tem a aceitação da responsabilidade emocional e financeira por si mesmo. O adulto jovem ainda precisa realizar a diferenciação do eu em relação à família de origem e desenvolver relacionamentos íntimos com adultos iguais.

A partir dos relacionamentos íntimos, o adulto jovem pode formar um *novo casal*. Esse casal tem como principal tarefa desenvolvimental a formação de um novo sistema, o marital, e o comprometimento com ele. Caso esse casal resolva ter filhos surge um novo estágio: *família com filhos pequenos*. O casal precisará aceitar os

filhos como novos membros no sistema conjugal. Os genitores ainda precisarão unir-se nas tarefas de educação dos filhos, nas tarefas financeiras e domésticas. Por fim, deve haver um realinhamento dos relacionamentos com a família de origem para incluir novos papéis: os de pais e os de avós.

Os filhos antes pequenos e dependentes tornam-se adolescentes e conseqüentemente exigem independência e maior flexibilização das fronteiras familiares, permitindo ao adolescente movimentar-se para dentro e para fora do sistema familiar (*família com filhos adolescentes*). Os avós, antes fortes, começam a apresentar fragilidade e necessitam cuidados. Os filhos continuam crescendo e tornam-se adultos, inicia-se o período *lançando os filhos e seguindo em frente*. O casal começa a se ver sozinho e precisa renegociar a relação entre a díade do sistema conjugal. Esses filhos encontram parceiros e há a necessidade de incluir parentes por afinidade e netos. A família precisa lidar com a incapacidade e morte dos avós. Por fim, as autoras trazem o último estágio: *Famílias no estágio tardio da vida*. O casal, em declínio fisiológico, sai da posição central e passa a apoiar a geração do meio, além de lidar com a perda do cônjuge, irmãos e outros iguais e preparar-se para a própria morte.

Cervený & Berthoud (1997) caracterizam a primeira fase de sua classificação, *Fase de Aquisição*. Essa fase corresponde à fase do Novo casal e Família com filhos pequenos de Carter & McGoldrick (1995). A *Fase Adolescente* é a mesma da família com filhos adolescentes. A terceira fase, *Fase Madura*, é correspondente a Lançando os filhos e seguindo em frente e à lançamento do jovem adulto solteiro. A *Fase Última* corresponde á estágio tardio de Carter & McGoldrick (1995). Vale Ressaltar que nem sempre essas fases são exclusivas, uma mesma família pode estar em mais de um estágio ao mesmo tempo.

Esse estudo prioriza famílias que tenham crianças de 2 a 10 anos. Dessa forma, focalizaremos as seguintes fases: *Família com filhos pequenos* (Carter & McGoldrick, 1995) e a família em *Fase de Aquisição* (Cervený & Berthoud, 1997). Nessas fases ocorre um fenômeno importante: a transição da parentalidade.

Para Cervený e Berthoud (2002) a transição para a parentalidade tem início com o desejo e a decisão de ter filhos ou com uma gravidez inesperada e não interrompida, prolongando-se até a construção de uma relação triádica e tendo seu ápice de intensidade nos primeiros meses após o nascimento do bebê. A chegada dos filhos, neste período, transforma a díade do casal em tríade, podendo acarretar uma grande

mudança na relação a dois, além de poder gerar sentimentos de ciúmes do filho, distanciamento do parceiro e divisão das atenções.

Entretanto, essas mudanças nem sempre ocorrem no mesmo ritmo para a mulher e o homem, fato que geralmente ocasiona ou aumenta os conflitos entre os cônjuges. Pode se configurar como um período de crise ou de transição, vindo a adquirir significados singulares em cada um deles, embora caracterize mudanças profundas e irreversíveis nos indivíduos, no subsistema conjugal e no grupo familiar em todas as famílias. Cerveny & Berthoud (1997) definem crise como um período temporário de desorganização do funcionamento de um sistema, precipitado por circunstâncias que transitoriamente ultrapassam as capacidades do sistema para adaptar-se interna e externamente. Carter & McGoldrick (1995) afirmam que a adaptação da família após o nascimento de cada filho depende não apenas de sua capacidade de realizar as tarefas concretas de cuidado e sustento do novo membro, como também de superar adequadamente as tarefas de desenvolvimento requeridas pela nova estrutura e funcionamento familiar.

Outras situações também alteram e mobilizam o sistema familiar. Cerveny e Berthoud (1997, p. 71) afirmam que a chegada de outra criança, independente de ser o segundo, terceiro...; transforma novamente a organização da família exigindo do sistema uma reorganização que se dá por meio de renegociação de papéis e funções entre todos os seus membros. Os pais precisam se dedicar novamente ao período de maternagem do bebê, dessa vez com mais experiência, porém, com menos tempo exclusivo, pois tem que atender às demandas dos outros filhos, que são muito diferentes.

Estrutura e dinâmica

Nesta pesquisa, adota-se a concepção de estrutura familiar ancorada na proposta feita por Cerveny e Berthoud (1997; 2002), que consideram como componentes da estrutura familiar as características objetivas que permitem dar configuração ao grupo familiar, tais como número de componentes, sexo, idade, religião, moradia, nível econômico, profissão, escolaridade, tipo de casamento, tempo de casamento, quem trabalha, cor, raça, *background* étnico e cultural.

Cerveny & Berthoud (2002) consideram que a dinâmica familiar consiste na forma como os membros da família se relacionam, como estabelecem e mantêm vínculos, como lidam com problemas e conflitos, os rituais que cultivam, a qualidade das regras familiares, a definição de sua hierarquia e o delineamento dos papéis assumidos pelos membros da

família. As autoras acreditam que a dinâmica familiar pode mudar ao longo do ciclo de vida, conforme as fases deste ciclo vão passando.

A família é um sistema composto por diversos subsistemas (Minuchin, 1982). Esse autor afirma que a análise dos subsistemas familiares permite o acesso à estrutura e à dinâmica familiar. O membro do sistema familiar pode participar de diferentes subsistemas nos quais terá diferentes níveis de poder, aprenderá diferentes habilidades e manterá diferentes relações complementares. Cada subsistema familiar realiza e formula funções e demandas específicas para cada um de seus membros, sendo que o desenvolvimento das competências pessoais adquiridas em cada um desses subsistemas depende do grau de autonomia atingido pelos mesmos. Andolfi et al (1984) afirma que a capacidade de mudar, participar, deslocar-se, separar-se e pertencer a diversos subsistemas permite aos indivíduos exercerem funções únicas de trocar e adquirir outras e, desse modo, expressar aspectos mais diferenciados de si mesmos.

Fronteiras e regras possuem a função de estabelecer limites próprios e regular as trocas estabelecidas entre os subsistemas familiares. A função das fronteiras é proteger a diferenciação do sistema e de seus membros, permitindo, ao mesmo tempo, a aquisição de competências interpessoais dentro dos subsistemas e em contato com o exterior. Para Minuchin (1982) as fronteiras podem ser:

- Nítidas se os limites são suficientemente bem definidos para permitir contato entre os membros de diferentes subsistemas e o cumprimento de suas funções sem a interferência indevida dos outros.
- Difusas se não existir limites entre os subsistemas, acarretando o desenvolvimento do padrão de funcionamento emaranhado na família. Esse tipo de funcionamento pode produzir um aumento exacerbado do sentimento de pertencimento ao grupo e implicar uma significativa renúncia à exploração da autonomia e domínio de problemas e, por fim, pode se transformar em um importante fator de desenvolvimento de sintomas e inibição de habilidades cognitivo-afetivas.
- Rígidas se houver limites excessivos, promovendo um padrão de desligamento com o qual os membros dos subsistemas têm pouco ou nenhum contato. Esse tipo de funcionamento pode produzir um senso distorcido de independência e carência de sentimentos de lealdade, pertencimento e interdependência, sendo necessários níveis elevados de *stress* para acionar o apoio dos demais membros.

O mesmo autor (Minuchin, 1985) chama atenção para as dificuldades existentes em cada fase do ciclo vital familiar: a dificuldade

de estabelecer fronteiras firmes entre o subsistema conjugal e suas crianças pequenas, além da dificuldade em não responder de forma flexível às mudanças necessárias para crianças mais velhas ou, ainda, o casal quando está em conflito pode utilizar as crianças como mediadoras ou bodes expiatórios.

Padrões de relacionamento familiar

A recorrência de algumas formas de relacionamento entre determinados membros da família origina padrões transacionais, ou seja, padrões de relacionamentos cristalizados no sistema familiar. Wendt & Crepaldi (2008) apresentam os tipos de padrões e a definição de cada padrão:

- Relacionamento harmônico: união entre dois ou mais membros familiares que nutrem sentimentos positivos um para com o outro e que possuem interesses, atitudes ou valores recíprocos. Inclui diferenciação dos membros entre si e com suas famílias de origem.

- Relacionamento muito estreito ou superenvolvimento: há fusão e dependência emocional entre os membros familiares, ou seja, não há diferenciação entre os membros.

- Relacionamento fundido e conflitual: estreita dependência emocional e presença constante de conflitos entre os membros familiares, não havendo diferenciação entre os mesmos.

- Aliança: ligação baseada nas lealdades invisíveis que interferem, também, no processo de diferenciação, porém em menor grau que o superenvolvimento.

- Relacionamento conflituoso: constantes atritos que geram muita ansiedade e desavenças no meio familiar, traduzidos por dificuldades de comunicação, tais como desqualificações e desconirmações do outro, podendo evoluir para padrões de comunicação simétricos capazes de gerar violência física;

- Relacionamento vulnerável: há conflito explícito, mas que, entretanto, apresentam risco de haver conflitos em condições adversas ou fases de transição;

- Relacionamento distante: caracteriza a forma de relacionamento encontrada principalmente nas famílias desligadas, com fronteiras rígidas. O relacionamento entre os membros caracteriza-se por pouco contato, principalmente de ordem emocional;

- Rompimento: ligação emocional entre os membros é mantida, apesar de não haver contato entre os mesmos.

- **Triangulação:** é a configuração emocional de três pessoas, na qual a pessoa "triangulada" cumpre uma função periférica de regulação da tensão existente entre outras duas e, "na ausência de conflito explícito, encontra-se em um estado de insegurança e mesmo de sofrimento emocional”.

- **Coalizão:** aliança de duas pessoas contra uma terceira.

Cada padrão definido acima possui uma representação que pode ser inserida na representação gráfica da família, o genograma (vide anexo 1). Esses padrões não são estáveis, se modificam ao longo do tempo conforme as fases do ciclo vital familiar.

3.3. Ciclo Intergeracional da Violência

Os processos intergeracionais são centrais nas teorias de desenvolvimento e de mudanças na sociedade, sendo que sobressaem duas questões centrais nos estudos sobre gerações: a socialização, ou seja, a transmissão de características através das gerações; e as relações interpessoais entre membros da família de diferentes gerações. (Dias e Lopes, 2003)

Segundo Rezende et al. (2003), o fenômeno da intergeracionalidade numa família se caracteriza como eventos importantes que se apresentam em diferentes gerações. Lealdades invisíveis, segredos e conflitos são exemplos de eventos que caracterizam o fenômeno da intergeracionalidade.

As lealdades invisíveis se referem à existência de expectativas diante das quais todas as pessoas assumem determinados compromissos, estabelecendo conexões firmes entre as gerações passadas e futuras. Segundo Imber-Black (1994 e 1991), os segredos também podem estar presentes no contexto familiar, podendo mistificar e distorcer os processos de comunicação, moldar díades, formar triangulações, estabelecer alianças encobertas, divisões ou rompimentos e determinar a intimidade ou o distanciamento nas relações. Outro conteúdo importante observado através das gerações familiares é o conflito. Em muitas situações os conflitos acabam se repetindo, uma vez que a linearidade familiar pode se manter através do tempo, devido ao consenso existente entre as sucessivas gerações na mutualidade de experiências.

A compreensão destas questões relativas à cultura familiar e destes conteúdos passados de geração a geração, contribui para o entendimento da própria cultura individual nas relações interpessoais (Imber-Black, 1997). A família é um organismo selecionador e

qualificador das experiências do indivíduo, conferindo-lhe condições para a vivência individual e social, por intermédio de noções fundamentais como: procriação, cuidados com a saúde, criação e aperfeiçoamento de pautas sociais e culturais.

Bittar et al. (2012) realizaram um estudo qualitativo com mãe agressoras e usuárias de drogas. Esse estudo constatou que o contexto familiar e sociocultural em que viveram as mulheres, durante seu processo de socialização na família de origem, reunia fatores contribuintes importantes no desempenho dos papéis maternos, destacando-se: perdas de entes queridos, situações de afetos/desafetos, alcoolismo, pobreza e violência, que não se modificaram em suas famílias atuais. Os autores ainda afirmaram que algumas entrevistadas optaram por estabelecer laços conjugais precoces e constituir uma nova família, repetindo o mesmo padrão de família, o que pode evidenciar um atravessamento intergeracional pelo processo de socialização. Por fim, enfatizaram a essencialidade da família no trabalho de proteção integral a crianças/adolescentes; além de um trabalho junto aos agressores, que também requerem cuidados, a fim de minimizar e combater este tipo de violência.

Em relação ao ciclo intergeracional da violência, este é caracterizado como a repetição de padrões de relacionamento violentos em diversas gerações de uma família. Dessa forma, segundo esse conceito se alguém cresce presenciando violência, ou tendo sido submetido a ela está predisposto a tornar-se violento em seu próprio relacionamento íntimo (Cui et al., 2010) ou ainda se um jovem que é testemunha de violência entre os pais ou é vítima de violência pelos mesmos procura casar ou tornar-se íntimo de um companheiro que vai revitimizá-lo.

Os estudos encontrados revelam convergência, ao concluírem que o determinante mais significativo para a prática/criação abusiva é o fato de que pais severos vivenciaram punição quando crianças. Este achado confirma a existência do que é denominado “ciclo de violência”, ou seja, pessoas tratadas com severidade quando jovens crescem utilizando prática similar com seus próprios filhos (Weber et al., 2002).

Em outro estudo, Weber et al. (2006) afirmam que as práticas educativas parentais têm sido investigadas há várias décadas e são consideradas como importantes preditores para o desenvolvimento infantil e vêm servindo de modelo para os pais interagirem com a sua prole. Esta pesquisa teve como objetivo investigar a transmissão intergeracional dos estilos e práticas parentais. Foram entrevistadas 21 mulheres, de sete famílias distintas, respeitando a linearidade

trigeracional. Os resultados mostraram que em 91,7% dos casos ficou demonstrada a transmissão intergeracional de práticas violentas nas três gerações estudadas.

Contudo, muitos estudos têm mostrado que a violência testemunhada em uma família de origem não é um prelúdio necessário para se tornar um agressor. Portanto, cabe ressaltar que o ciclo de violência dentro da família pode ser rompido pela existência de fatores mediadores, como a rede de apoio social, a coesão familiar e a resiliência infantil e familiar (Ceconello, 2003; Kashani & Allan, 1998; Bolger, Thomas & Eckenrode, 1997). A capacidade das pessoas ou do sistema familiar de romper com a situação de violência e superar o evento revela esta condição de resiliência.

Alguns mecanismos de proteção contribuem para que o ciclo de abuso seja interrompido. Harris & Dersch (2001) identificaram, por exemplo, que homens maltratados em suas infâncias superaram esta condição, na presença de um adulto não abusador que tenha lhe fornecido apoio durante a sua infância; na manutenção de um relacionamento estável com um companheiro na vida adulta que fornecesse apoio e bem-estar emocional; e na participação em alguma forma de psicoterapia durante algum tempo em sua vida. Estes fatores contribuíram para que estes homens estabelecessem relacionamentos saudáveis na vida adulta, protegendo suas companheiras e seus filhos da repetição do ciclo de violência.

Ceconello et al. (2003) observou o rompimento do ciclo de violência em famílias cujos pais, na infância, foram submetidos a altos níveis de abuso e maus tratos. Os fatores que contribuíram para a interrupção deste ciclo foram: a manutenção de um relacionamento amoroso estável, que forneceu apoio e bem-estar emocional aos pais; a participação em psicoterapia e em grupos de autoajuda; e, a rede de apoio social estabelecida com pessoas significativas e com os recursos disponíveis na rede social de apoio, como o centro de saúde, a igreja e o próprio trabalho. Estes fatores propiciaram o estabelecimento de harmonia no ambiente familiar, contribuindo para que as relações entre pais e filhos fossem permeadas por afeto, reciprocidade e equilíbrio de poder, favorecendo, assim, a resiliência familiar, que é a capacidade de sair de uma dinâmica familiar violenta.

Harris & Dersch (2001), em seu estudo sobre a repetição do padrão de violência conjugal, afirmam que a resiliência familiar pode surgir a partir de características individuais e fatores de proteção como a presença de uma rede social de apoio significativa, de outro modelo

saudável, e de um dos genitores oferecerem proteção quando a criança é pequena. Por fim, Branco e Tomanik (2012) afirmam que é preciso oferecer aos agressores oportunidades de refletir sobre seus comportamentos, como forma de tentar prevenir a reincidência e consequente promover o rompimento do ciclo de violência.

3.4. Violência Familiar contra crianças e adolescentes

Os autores são unânimes em afirmar que a violência familiar é um fenômeno mundial, complexo, multifacetado (Brasil, 2010; Day et al., 2003; Corsi, 1997; Guerra, 2001; Araújo, 2002) e tomado como um problema de saúde pública e de violação de direitos humanos (Brasil, 2010; Mascarenhas et al, 2010; Batista, 2003; Weber et al., 2002). A violência familiar atinge todas as populações, independente de nível cultural, social e econômico (Brasil, 2010; Day et al., 2003; Corsi, 1997; Guerra, 2001). Guerra (2001) ressalta que embora a violência familiar permeie as diferentes classes sociais, as classes populares são as mais denunciadas ao poder do Estado quando perpetram violências, parecendo, num primeiro momento, que este fenômeno seja algo próprio delas.

O conceito de violência familiar é tratado como ação ou omissão que prejudica a integridade física e psicológica da criança e adolescente ou tolhe sua liberdade e direito ao pleno desenvolvimento, podendo ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer membro da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida, mesmo sem laços de sangue (Day et al., 2003).

Arruabarrena e Joaquim (1999) complementam a definição de abuso contra a criança e o adolescente a partir de três critérios: a perspectiva evolutiva (um mesmo comportamento parental pode ser danoso para uma criança em um determinado momento evolutivo e em outro não); presença de fatores de vulnerabilidade da criança (um comportamento parental pode ser danoso para uma criança em situação especial, como uma enfermidade, porém para outra não); existência de dano real ou de dano potencial.

Existem quatro formas mais comuns de violência familiar ou doméstica: a violência física, a violência psicológica, a negligência e a violência sexual (Ramos e Silva, 2011; Rocha e Moraes, 2011; Brasil, 2010; Bazon, 2008; Day et al., 2003; Guerra, 2001; Lisboa e Koller, 2000).

O abuso físico familiar é multidirecional, pois poderá ocorrer entre quaisquer de seus membros, por exemplo: pais e filho(a), irmãos,

casal, entre outros. O abuso físico será abordado com relação ao uso de força física contra a criança e o adolescente por parte do cuidador, seja este o pai ou a mãe - biológicos ou adotivos – seja outro parente, os quais deveriam zelar pelo bem-estar da pessoa sob sua tutela (Alyahri e Goodman, 2008). O abuso físico é mais facilmente identificável quando há lesões orgânicas diagnosticáveis, como cutâneas e ósseas, problemas neurológicos e oculares, etc. Estas lesões podem ser provocadas por ações de força contra a criança ou adolescente, que envolvem, por exemplo, surras, queimaduras, mordidas, tapas, socos ou lançamento de objetos contra o corpo deles (Ceconello et al., 2003).

O abuso físico pode levar a consequências diversas. Os mais graves são o óbito da vítima, principalmente nos casos de traumatismo cerebral, ou danos irreversíveis, como paralisias, deficiência visual ou prejuízo da capacidade cognitiva (Nambu et al., 2011; Cavanagh, Dobash & Dobash, 2007; Temrin, Nordlund & Sterner, 2004; Wharton, Rosenberg, Sheridan & Ryan, 2000). Estão também presentes os efeitos do abuso emocional ou psicológico que acompanham o abuso físico. A necessidade básica de segurança das crianças para com seus pais é tolhida, e estas crianças podem apresentar baixa autoestima, incapacidade para fazer amigos e problemas de comportamento. Crianças expostas a pais abusivos ou severos correm risco em seu desenvolvimento, pois tais comportamentos por parte dos pais podem desencadear conflitos com a lei, psicopatia, fracasso acadêmico, dificuldades com colegas e abuso de substâncias (Bordin et al. 2009).

Em se tratando de maus tratos, o abuso sexual desponta como uma das principais formas de violência contra crianças e adolescentes, envolvendo um comportamento sexual vinculado ao desrespeito do indivíduo e dos seus limites. O abuso sexual infantil corresponde a toda situação em que um adulto utiliza-se de uma criança ou adolescente para satisfazer seu prazer sexual, através de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração (Habigzang et al., 2006).

Abuso psicológico consiste em toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas do adulto (Brasil, 2002). Abranches e Assis (2011) elencaram cinco importantes comportamentos parentais tóxicos do ponto de vista psicológico infantil para auxiliar na detecção deste abuso: rejeitar (recusar-se a reconhecer a importância da criança e a

legitimidade de suas necessidades), isolar (separar a criança de experiências sociais normais impedindo-a de fazer amizades, e fazendo com que a criança acredite estar sozinha no mundo); aterrorizar (a criança é atacada verbalmente, criando um clima de medo e terror, fazendo-a acreditar que o mundo é hostil); ignorar (privar a criança de estimulação, reprimindo o desenvolvimento emocional e intelectual) e corromper (quando o adulto conduz negativamente a socialização da criança, estimula e reforça o seu engajamento em atos antissociais).

Por fim, a negligência pode ser denominada como falhas dos pais em proporcionar o desenvolvimento da criança em uma ou mais das seguintes áreas: saúde, educação, desenvolvimento emocional, nutrição, abrigo e condições de vida seguras (Mennen et al., 2010). O abandono é considerado uma forma extrema de negligência. E nessa categoria, se incluem a omissão de cuidados básicos como a privação de medicamentos, a falta de atendimento à saúde, o descuido com a higiene, a ausência de proteção contra as inclemências do meio como o frio e o calor, o não provimento de estímulos e de condições para a frequência à escola e a falta de atenção necessária para o desenvolvimento físico, moral e espiritual desses seres em formação.

Os sinais da violência se traduzem em consequências que podem ser distintas segundo a etapa do desenvolvimento. Quanto mais precoce, intensa ou prolongada a situação de violência, maiores e mais permanentes serão os danos para a criança e o adolescente. Nesse sentido, a idade, o grau de desenvolvimento psicológico, o tipo de violência, a frequência, a duração, a natureza, a gravidade da agressão, o vínculo afetivo entre o autor da violência e a vítima, a representação do ato violento pela criança ou pelo adolescente, ou ainda as medidas em curso para a prevenção de agressões futuras, determinam o impacto da violência à saúde para esse grupo etário. As consequências das relações e dos atos violentos ou das omissões, mesmo quando não são fatais, geram danos à saúde, pois causam traumas, sequelas e incapacidades temporárias ou permanentes; provocam sofrimentos físicos e emocionais frequentemente associados e levam à necessidade de atendimento médico, aumentando gastos com a saúde (Brasil, 2006). A Organização Mundial de Saúde (2002) relata alguns desses danos:

- Abuso de substâncias psicoativas, álcool e outras drogas;
- Iniciação precoce à atividade sexual, tornando mais vulnerável à gravidez, exploração sexual, prostituição e doenças sexualmente transmissíveis;
- Ansiedade;

- Depressão;
- TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático;
- Alucinações;
- Distúrbios do Sono;
- Baixo desempenho escolar e nas tarefas de casa;
- Dieta alimentar deficiente e falta de exercícios;
- Alterações de memória;
- Comportamento agressivo e violento;
- Tentativas de suicídio.

Alguns estudos internacionais mais atuais também relacionam a violência sofrida por crianças e adolescentes a algumas sequelas. Pérez-Fuentes et al (2013) relacionaram o abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes com distúrbios psiquiátricos e tentativas de suicídio. Lopez et al (2012) relacionaram o potencial abusivo de pais com as dificuldades no desempenho escolar das crianças. Gould et al (2012) associaram a violência contra crianças e adolescentes a alterações neurobiológicas associadas com déficits cognitivos na idade adulta, que variam de acordo com o tipo de trauma experimentado. Hager e Runtz (2012) detectaram que mulheres vítimas de abuso na infância têm maior dificuldade de lidar com o estresse diário e aumento na probabilidade de desenvolver sintomas físicos devido ao estresse. Easton, Renner e O’Leary (2013) descobriram que os homens que foram abusados sexualmente durante a infância correm o risco de desenvolver uma variedade problemas de saúde mental, incluindo o suicídio. Estes autores ainda afirmaram que quanto mais grave o abuso sexual, quanto maior a duração do abuso sexual e o uso da força durante o abuso sexual aumentam as chances de haver tentativas de suicídio. Yang et al (2013) afirmam que o abuso de crianças é altamente associado ao risco de desenvolver alguns doenças, incluindo câncer, doenças cardiovasculares, diabetes, transtornos psiquiátricos e outros problemas de saúde relacionados à atividade laboral. Slopen et al.(2012) relacionaram o abuso infantil a dois transtornos mentais: ansiedade generalizada e depressão maior. Lev-Wiesel e Sternberg (2012) indicaram que a violência familiar, no caso de abuso físico e abuso emocional, são fatores de risco para rejeição pelos pares social que é um fator de risco para distúrbios psicológicos. Sugaya et al. (2012) afirmam que o abuso físico na infância está diretamente associado a uma gama de transtornos psiquiátricos, especialmente, déficit de atenção e hiperatividade, transtorno de estresse pós-traumático e transtorno bipolar. Jernbro et al (2012) também associaram alguns sintomas

psicossomáticos com abuso físico da criança, tais como, dor de estômago, dor de cabeça, insônia, tontura, dor nas costas e perda de apetite. Por fim, Boynton-Jarrett et al (2012) afirmam que o abuso sexual e físico precoce está relacionado ao aumento do risco de obesidade geral e central na idade adulta.

Portanto, diante das consequências advindas do abuso de crianças e adolescente, ressalta-se um fator importante no enfrentamento da violência familiar contra crianças e adolescentes, a capacidade de identificação de sinais ou indícios da situação violenta, principalmente por parte de profissionais que atuam diretamente com o público infanto-juvenil, dentre eles os profissionais de saúde e educação (Branco & Tomanik, 2012). Isso é muito importante já que quanto mais cedo for detectado e cessado o abuso, menores serão as sequelas nesses indivíduos, imediatas e na fase adulta (Whitlock, Lamb & Rentfrow, 2013).

Características Peculiares das Famílias com dinâmica de violência

O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes vem sendo estudado desde a década de 60, quando os pediatras começaram a observar alguns danos físicos nas crianças atendidas. A partir da década de 80, a violência contra essa população se caracterizou como uma questão de saúde pública (Brasil, 2002). Nesse sentido, alguns estudos começaram a prestar atenção nas famílias nas quais acontece esse tipo de violência.

As famílias que possuem uma dinâmica que inclui a violência em seu relacionamento possuem características peculiares: quanto à comunicação, o complô do silêncio, uso intenso de mecanismos de defesa, autoestima rebaixada, dificuldades com limites e isolamento social acentuado (Scodelario, 2002).

Scodelario (2002) afirma que essas famílias possuem imensa dificuldade na comunicação entre seus membros, os integrantes do sistema comunicam-se de forma indireta, não expressam seus sentimentos, utilizam outros padrões de comunicação (mentiras, segredos, mensagem de duplo sentido e discurso confuso). Em relação ao abuso sexual, o discurso do agressor é com frequência sedutor, o que pode sugerir que sejam incapazes de prejudicar crianças e adolescentes sob seus cuidados. Vale ressaltar que os agentes das agressões podem ser grandes atuadores pela dificuldade em se expressar de outra forma que não agressiva.

O complô do silêncio é um dos fatores que mais favorecem a continuidade e reprodução de violência dentro da família. O silêncio da criança vítima de violência se deve ao fato dela achar que ninguém pode protegê-la, temor de perder o afeto do agente da agressão, receio de que outros não acreditem nela ou ainda a julguem culpada, além do medo de represálias (Scodelario, 2002).

A mesma autora descreve os mecanismos de defesa de cisão, negação e identificação projetiva que são muito utilizados pela família, tanto vítimas como agressores. A criança ou adolescente vítima nega o que está acontecendo e sentindo, e o agressor nega ter praticado qualquer ato que possa ter prejudicado alguém de sua família. A identificação projetiva se refere à fantasia de entrar no objeto como todo ou parte do *self* e pode levar a uma percepção alterada da identidade do *self* e do objeto.

O agente da agressão comumente deprecia a pessoa que foi vitimizada, dizendo-lhe que é desinteressante e sem qualidades, o que favorece ter o controle e o poder sobre ela. Essa dinâmica de desvalorização conduz a uma diminuição da confiança nas próprias percepções e sentimentos de impotência, além de um rebaixamento na autoestima (Scodelario, 2002).

Scodelario (2002) descreve as dificuldades que a família possui em reconhecer, aceitar e respeitar limites. Essas características podem ser observadas pelo abuso do poder. O abusador é o senhor absoluto dos bens e das pessoas que vivem na casa, além de ditar a lei. Há omissão no exercício da função interditora, o outro genitor afirma não poder fazer nada. Portanto, falta de limites entre as gerações, ocasionando indiscriminação dos papéis.

Por fim, para a autora acima, essas famílias têm dificuldades e podem-se considerar resistências em socializar e inserir culturalmente seus filhos. A família supre as necessidades de seus membros e eles não têm nem podem ir buscar nada além dos muros da própria casa ou das determinações do chefe.

Ravazzola (2007) aponta para diversas emoções que estão presentes no sistema familiar com violência: vergonha alheia (a vítima sente a vergonha que deveria ser do agressor); ira descontrolada por parte do agressor e que, por sua vez, sente uma vítima; além da falta de emoção frente a situações dolorosas, desconexão ou dissociação.

O Ministério da Saúde (2001) desenvolveu uma cartilha sobre a Violência Intrafamiliar, voltada para orientação prática dos serviços de saúde. Nesta cartilha constam alguns fatores de risco de famílias para a

ocorrência de violência: famílias cujas relações são centradas em papéis e funções rigidamente definidos, famílias em que não há nenhuma diferenciação de papéis, levando ao apagamento de limites entre seus membros, famílias que se encontram em situação de crise, perdas (separação do casal, desemprego, morte, migração e outros), baixo nível de desenvolvimento da autonomia dos membros da família, presença de um modelo familiar violento na história de origem das pessoas envolvidas (maus-tratos, abuso na infância e abandono), maior incidência de abuso de drogas, história de antecedentes criminais ou uso de armas, comprometimento psicológico/psiquiátrico dos indivíduos, dependência econômica/emocional e baixa autoestima da parte de alguns de seus membros, levando à impotência e/ou fracasso em lidar com a situação de violência.

Brito et al. (2005) investigaram as características gerais de famílias nas quais houve a ocorrência de violência familiar contra crianças, e avaliaram os resultados de seu acompanhamento pelo Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (CRAMI-Rio Preto) situado em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Nesse estudo, a forma de violência mais prevalente foi a física (58% dos casos). A maioria das vítimas são do sexo feminino (60%), e a mãe é agressora (49%). Os principais fatores desencadeantes da violência, identificados pelas famílias, são conflitos do casal (58%), características próprias da criança (51%), histórico de vida dos pais (49%), dificuldades em colocar limites para seus filhos (40%), o alcoolismo foi um dos fatores desencadeantes (32%), fatores socioculturais (25%), falta ou excesso de trabalho (25%), outros fatores (21%) e uso de outros tipos de drogas (9%).

Habigzang et al. (2005) realizaram um estudo específico sobre a violência sexual e afirmaram que a dinâmica deste tipo de violência é complexa, envolvendo aspectos psicológicos, sociais e legais. Neste estudo apresentou o mapeamento de fatores de risco para abuso sexual intrafamiliar identificados nos processos jurídicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul – Brasil, por violência sexual, no período entre 1992 e 1998. A análise de 71 expedientes apresentou o perfil das vítimas e a caracterização da violência sexual, dos agressores e das famílias. As crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual eram, na maioria dos casos, do sexo feminino (80,9%), enquanto que apenas 19,1% das vítimas eram do sexo masculino. A idade de início dos abusos concentrou-se em três faixas etárias, sendo que 10,6% das crianças apresentavam idade entre 2 e 5 anos, 36,2% destas tinham entre 5 e 10 anos e 19,1% tinham entre 10 e 12 anos. A maioria das crianças (26,6%)

frequentava o ensino fundamental no início das agressões. A idade da denúncia concentrou-se na adolescência, uma vez que 42,6% apresentavam idade entre 12 e 18 anos quando a situação abusiva foi delatada. Os demais casos foram denunciados quando a vítima tinha entre 1 e 5 anos (14,9%), 5 a 10 anos (20,2%) e 10 a 12 (22,3%). Na maioria dos casos, o agressor era do sexo masculino (98,8%) e tinha vínculos afetivos e de confiança com a vítima. Em 57,4% dos casos, o agressor era pai da vítima e em 37,2% dos casos, este era padrasto ou pai adotivo desta. Os resultados apontaram que o desemprego, famílias recasadas, abuso de álcool e drogas, dificuldades econômicas e presença de outras formas de violência constituíram os principais fatores de risco associados ao abuso sexual.

Ortega et. Al (2011) realizaram um estudo documental com o objetivo de mapear os casos de violência contra crianças atendidas no Conselho Tutelar do município de Jataí/ GO. Pode-se perceber que 43% das denúncias são anônimas, 16% delas são realizadas pela escola, em 13% dos casos o pai é o denunciante, 10% são as mães, 7% os avós, 5% os tios, 3% os vizinhos, 1% o padrasto, 1% o Centro Municipal de Saúde e os Postos de Saúde, 1%. Entre os agressores estão os pais (o pai e mãe juntos), a mãe, o pai, tio, avós, padrasto, marido da avó e pessoas que não têm vínculo familiar com a criança. Um fato que chamou muito a atenção nos registros de ocorrência é o fato que na maioria das agressões a mãe é a agressora com 51% dos registros, com 22% estão os pais (pai e mãe agredem junto os filhos), 10% somente o pai, 6% estão os avós, e pessoas desconhecidas pela família, 3% estão os padrastos, 1% tios e marido das avós.

3.5. Práticas educativas violentas

A vinculação da punição corporal com a disciplina vem sendo transmitida ao longo de muitas gerações como verdades inquestionáveis, consideradas modelos a serem seguidos pelos pais na educação de seus filhos. Entretanto, o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) possibilita que comportamentos até então compreendidos como culturalmente aceitáveis e esperados, como a utilização de força física na educação das crianças por parte dos pais ou cuidadores, atualmente sejam criticados e coibidos pelos direitos constitucionais. No entanto, o processo de mudança que permite a conscientização sobre os danos causados pela punição física é lento.

Disciplinar possui diferentes significados. A maioria das definições de disciplinar encontra-se em dois grandes campos: controlar, punir e corrigir; ou ensinar, guiar e influenciar. Disciplinar é ajudar uma criança a desenvolver seu autocontrole, estabelecer limites, ensinar comportamentos adequados e corrigir os inadequados. Disciplinar também envolve encorajar a criança, ajudá-la a desenvolver a sua autoestima e sua autonomia, ou seja, prepará-la para enfrentar o mundo sem que precise emitir comportamentos simplesmente para evitar as punições e aprender que a coerção é uma solução inaceitável para a resolução de problemas (Ceconello et al., 2003).

A relação entre pais e filhos ilustra uma típica situação na qual existe uma concentração de poder na figura dos pais. (Vasconcelos & Souza, 2006) Existem, no entanto, duas maneiras pelas quais os pais podem utilizar este poder para alterar o comportamento dos filhos: a primeira, através de uma disciplina não coercitiva, que objetiva uma modificação voluntária no comportamento da criança; e a segunda, através de técnicas que reforçam e reafirmam o poder parental, como práticas coercitivas.

Segundo Alvarenga & Piccinini (2001) nas práticas não coercitivas encontram-se as explicações baseadas nas consequências ou nas convenções, as negociações, a mudança nos hábitos dos filhos e os comandos verbais não coercitivos. O diálogo faz parte dessas estratégias e objetiva indicar à criança quais as consequências dos seus comportamentos para os outros, além de atentar para os aspectos lógicos da situação. Explicar à criança sobre seu comportamento e consequências, esclarecer regras e valores ou explicar sobre as possíveis implicações ruins ou dolorosas de suas ações sobre os outros são alguns exemplos desse tipo de estratégia.

As práticas coercitivas incluem punição verbal, ameaça de punição, privação ou castigo, coação física e a punição física (Alvarenga, 2001). A utilização inadequada do poder dos pais, presente na disciplina coercitiva, também pode ser observada em outros aspectos da interação parental. O controle excessivo do comportamento dos filhos pelos pais ilustra um desequilíbrio de poder na relação, o qual impede o desenvolvimento de características e habilidades importantes, como autoestima e autonomia. Neste sentido, a utilização da punição física como uma prática disciplinar não apenas reafirma o poder dos pais sobre os filhos, favorecendo o seu desequilíbrio, mas também prejudica a relação de reciprocidade e de afeto entre eles.

Rosa e Carvalho e Lira (2012) afirmam que a violência física é naturalizada como prática educativa nos dias atuais. A punição corporal,

conforme mencionado anteriormente, provoca sentimentos negativos por parte da criança, elevando o nível de ansiedade devido ao medo da punição ou de sua ameaça. Pires (1999) afirma que a punição gera uma confusão de sentimentos, ocasionando a falta de discernimento entre amor, dor, ódio e submissão. Desta forma, prejudica a capacidade da criança para adequar seu comportamento às exigências dos pais, diminuindo, assim, a reciprocidade. Além de não ser uma prática eficaz, a utilização indiscriminada de punição física acarreta um comportamento abusivo, trazendo inúmeras consequências negativas para a criança. O abuso físico viola um dos direitos básicos do ser humano - ter domínio sobre seu próprio corpo.

A relação entre os pais abusadores e seus filhos apresenta-se marcada pela hostilidade e com ausência de estabilidade e reciprocidade (De Antoni & Koller, 2000; Kashani & Allan, 1998; Koller, 1999). Também foram encontrados, nestas famílias, altos níveis de conflito conjugal (Septimus-Berger, 1999).

Cecconello et al. (2003) apontam fatores de risco para a ocorrência do abuso físico. Na esfera familiar, há o uso frequente de punição corporal contra crianças e adolescentes por pais ou cuidadores que a utilizam como prática disciplinar, sustentadas por crenças nos valores autoritários e na asserção do poder. Para finalizar, na esfera pessoal as autoras incluem como causadores do abuso físico as características ou transtornos de personalidade como impulsividade, agressividade, transtornos de humor, doença mental ou física, entre outros. Há também risco de maus-tratos ocasionados pela depressão pós-parto e pelo uso de drogas, incluindo bebidas alcoólicas.

Vasconcelos e Souza (2006) ainda apontam como fatores de risco as condições financeiras desfavoráveis que não permitem que esses responsáveis possam cuidar de seus filhos de maneira adequada, pobreza, dificuldade em conseguir um bom emprego devido à baixa escolaridade e à falta de experiência, falta de auxílio do companheiro na tarefa de educar as crianças, além da falta ou precariedade de programas assistenciais que protejam as crianças e adolescentes, previnam a violência e orientem os pais.

No entanto, cabe ressaltar que, embora haja a relação entre a inadequação dos pais na tarefa de educar com precário nível socioeconômico, baixa escolaridade, entre outras questões desfavoráveis, não se pode deixar de destacar que muitos pais, que enfrentam todas essas adversidades, conseguem educar seus filhos de forma saudável e satisfatória.

A palmada é um fator de risco para o abuso infantil, ressaltando que, em uma pesquisa sobre denúncias de maus-tratos, o principal motivo dado pelo agressor para a violência foi que ele “queria educar o seu filho” (Weber, Viezzer, Brandenburg, & Zocche, 2002). Há outros estudos abaixo que também obtiveram como resultado a utilização do castigo físico com o motivo de educação dos filhos.

Carmo e Harada (2006) realizaram um estudo descritivo e correlacional, realizado em um hospital de ensino, em 2004, objetivando conhecer se, dentro do contexto de violência familiar, os pais utilizam a violência física como prática educativa. Utilizou-se entrevista semi-estruturada para caracterizar a população, e situações do cotidiano familiar para identificar a atitude dos pais no processo de educação. Resultados: A situação de maior vulnerabilidade para o uso de violência física foi a de desobediência às ordens pré-determinadas (40%), seguida pela situação na qual a criança furta algo, com 31,7% dos casos. Foi significativo o uso da violência física como prática disciplinadora, associado ao desemprego. Quarenta por cento da população afirma impor sua vontade sobre seu filho, e 57% ter apanhado de seus pais em situações de impor limites.

Vasconcelos e Souza (2006) realizaram um estudo que objetivou investigar as noções de educação e disciplina em cinco mães que agrediram seus filhos e os recursos educativos por elas utilizados. Os resultados mostraram que as noções de educação e disciplina das participantes envolvem a crença na obediência e no respeito à autoridade parental e na utilização da punição física como recurso educativo. Para as autoras, essas crenças estão muito presentes e acabam por justificar a utilização de técnicas educativas abusivas em diversas situações. Essas técnicas que são incorporadas à dinâmica familiar, fatalmente, ensinam às crianças a utilizarem-nas, mais tarde, com seus próprios filhos, perpetuando dessa forma, o problema da violência. Entretanto, as mães também consideram o diálogo e o afeto como recursos educativos, o que constitui um importante achado e, portanto, merece ser discutido e aprofundado. Desde pequenas aprenderam que criança deve obedecer e que uma *boa surra* resolve. Repetem a forma de educar que vivenciaram na infância, mas tentam incluir outras, já que vizinhos, amigos, Igreja, Conselho Tutelar, meios de comunicação, enfim, uma rede mais ampla propõe outra forma como adequada e saudável.

Dessa forma, verifica-se o papel importante das redes sociais que lhe indicam algo diferente, algo novo, que além de propiciar apoio,

possuem também um importante elemento fiscalizador e regulador das condutas sociais. Este componente parece então impelir esses responsáveis para que se ajustem ao discurso atual, sem mostrar-lhes de que forma. De Antoni e Koller (2002) alegam que as famílias que utilizam práticas educativas violentas contam com redes de apoio social precárias e, por vezes, inexistentes. Rosa e Carvalho e Lira (2012) afirmam que uma Rede de apoio afetiva enfraquecida representou uma das dificuldades a enfrentar e superar a utilização de práticas educativas violentas.

Outras crenças se apresentam profundamente imbricadas neste contexto, como a de que os pais têm a posse dos filhos, de que bater é necessário para educar, ou que punir fisicamente traz um efeito imediato (Vasconcelos e Souza, 2006). Todas essas crenças parecem legitimar a forma de educar dos pais, além de denunciar o quão enraizadas estão dentro do contexto familiar. Daí a dificuldade em transpor essa barreira e abrir espaço para novas formas de relacionamento entre pais e filhos.

Pinheiro (2009), através de um estudo, afirma que uma criança que apanha em casa pode utilizar o mesmo modelo para o seu ambiente escolar e/ou com seus colegas. Dessa forma, além de haver perpetração da violência no ambiente familiar, há a transmissão da violência para outros contextos onde os indivíduos estão inseridos.

Portanto, verifica-se que os pais atuais precisam ter acesso ao conhecimento de outras práticas educativas que sejam eficazes para criar e manter um repertório de comportamentos adequados, ajudar o desenvolvimento de habilidades sociais em seus filhos e manter uma dinâmica familiar com muita responsividade, afeto e comprometimento, além de quebrar o ciclo intergeracional da violência.

3.6. Estilos Parentais

Enquanto as práticas parentais são estratégias com o objetivo de suprimir comportamentos considerados inadequados, ou de incentivar a ocorrência de comportamentos adequados, os estilos parentais constituem o conjunto de atitudes dos pais que cria um clima emocional em que se expressam os comportamentos dos pais. Estes incluem as práticas parentais e outros aspectos da interação pais-filhos que possuem um objetivo definido, tais como: tom de voz, linguagem corporal, descuido, mudança de humor. Os estilos parentais são manifestações dos pais em direção a seus filhos que caracterizam a natureza da interação entre esses. (Reppold et al., citado por Cecconello et al., 2003). Os

estilos parentais envolvem dimensões da cultura familiar como a dinâmica da comunicação familiar, do apoio emocional e de controle presentes nas interações pais e filhos (Pacheco et al., 2008).

Segundo Weber e cols. (2004), o conceito de estilo parental foi ampliado desde Baumrind que desenvolveu sua teoria em 1966 até Darling e Steinberg que a modificaram em 1993. Assim, o estudo sobre práticas disciplinares deixou de restringir-se ao papel de controle, passando a abranger o aspecto de responsividade às necessidades das crianças e, mais ainda, englobando tudo o que contribui para a constituição do clima emocional em que o filho é educado. O controle está relacionado com exigências e expectativas de maturidade impostas pelos pais, através de confrontações diretas, supervisão e disciplina consistente (Baumrind, 1997). Para Baumrind, a variação no nível do controle, aliada a outros aspectos da interação parental, como comunicação e afeto, produz três diferentes estilos parentais: o autoritativo, o autoritário e o permissivo.

O modelo de estilos parentais de Baumrind foi, posteriormente, reformulado por Maccoby e Martin em 1983 (Pacheco et al., 1999), que propuseram duas dimensões ortogonais - exigência e responsividade – cuja combinação resulta em quatro estilos parentais. A exigência refere-se aos comportamentos parentais que requerem supervisão e disciplina. A responsividade refere-se aos comportamentos de apoio e aquiescência, que favorecem a individualidade e a autoafirmação dos filhos. Os quatro estilos parentais emergentes deste modelo são: o autoritativo, o autoritário, o indulgente e o negligente. A diferença básica entre a tipologia proposta por Baumrind e a proposta por Maccoby e Martin reside na separação do estilo permissivo em dois: o indulgente e o negligente. Esta diferenciação permitiu distinguir, nas famílias que fazem poucas demandas de controle, uma variação no seu nível de responsividade.

Desta forma, as características de cada estilo puderam ser sistematizadas por meio destas duas dimensões. Os pais autoritários são exigentes e não responsivos, ou seja, as exigências deles estão em desequilíbrio com a aceitação das exigências dos filhos, dos quais se espera que inibam seus pedidos e demandas; pais indulgentes são responsivos e não exigentes. Por outro lado, pais autoritativos são exigentes e responsivos, ou seja, há uma reciprocidade, os filhos devem responder às exigências dos pais, mas estes também aceitam a responsabilidade de responderem, o quanto possível, aos pontos de vista e razoáveis exigências dos filhos; pais negligentes são não exigentes e nem responsivos, tendem a orientar-se pela esquivada das inconveniências,

o que os faz responder a pedidos imediatos da criança apenas de forma a findá-los (Maccoby & Martin, 1983 apud Weber et al., 2003).

Além de os estilos parentais influenciarem em diversos aspectos no desenvolvimento dos filhos, podem estar determinando o estilo parental que os filhos vão adotar futuramente, havendo uma transmissão intergeracional de estilos parentais. Uma pesquisa encontrou correlação positiva entre o autoritarismo de avós e mães, ou seja, as filhas educadas por mães autoritárias tenderam a adotar este mesmo estilo parental com seus próprios filhos (Oliveira et al. 2002).

Pais classificados como indulgentes são tolerantes e calorosos. Exercem pouca autoridade, fazem poucas exigências por comportamento maduro e permitem uma considerável auto-regulação por parte dos filhos. Por outro lado, pais considerados negligentes tendem a não monitorar o comportamento de seus filhos ou importar-se com seus interesses. Os pais indulgentes envolvem-se com seus filhos. Em contraste, os pais negligentes, frequentemente estão preocupados apenas com seus próprios problemas.

Pais classificados como autoritários tentam moldar e controlar o comportamento e atitudes de seus filhos de acordo com um padrão determinado. Eles tendem a enfatizar obediência, respeito pela autoridade e ordem. Pais autoritários também não encorajam o diálogo com seus filhos e esperam que as regras sejam seguidas sem que sejam necessárias muitas explicações. Dekovic (1989) afirma que as características que permeiam práticas educativas de pais com Perfil Autoritário são: o Controle autoritário (comandos diretos, imposições físicas, repreensões e proibições), a Supervisão da criança (supervisão constante, os pais acompanham o que a criança faz) e a Indução e controle da ansiedade - referem-se a ameaças verbais ou não verbais sobre a consequência de seus atos. Em contraste, pais autoritativos estabelecem e fazem cumprir as regras firmemente. Eles monitoram a conduta e usam métodos não punitivos para disciplinar, quando as regras são violadas. Esperam e reforçam responsabilidade social e comportamento maduro em seus filhos. Pais autoritativos também são calorosos. Eles encorajam o diálogo, incentivam o ponto de vista dos filhos e reconhecem os direitos dos pais e filhos. Dekovic (1989) afirma que as características que permeiam práticas educativas de pais com Perfil Autoritativo são: a Orientação consistente (orientações, sugestões e incentivo positivo), a Estimulação e encorajamento à autonomia (estímulo à tomada de decisões e conhecer a consequência de seus atos) e a Liberdade e expressão de afeto (permitir que pais e criança falem de

seus sentimentos, além da expressão de afeto verbal e por meio de contato físico).

Dekovic (1989) afirma que os pais com perfil autoritário podem ser negligentes se apresentarem baixos índices na categoria de supervisão da criança e índices ligeiramente mais altos de controle autoritário e indução de ansiedade, pois não exercem o controle e punem o filho por este não corresponder a sua expectativa.

No tipo de práticas educativas com traço autoritativo, por sua vez, o diferencial é a expressão de afeto, as crianças que são bem aceitas e com bom relacionamento social têm pais com um índice mais alto de liberdade e expressão de afeto do que os demais. As crianças sociáveis têm uma interação positiva e agradável com os pais, que são mais tolerantes e expressam mais seu afeto.

Em contrapartida, crianças mal relacionadas têm pais com perfil de disciplina restritiva. Crianças rejeitadas ou isoladas raramente recebem reforço ou incentivo dos pais e também não são estimuladas a desenvolver sua autonomia. Já crianças socialmente aceitas, por outro lado, apresentaram pais com forte índice de incentivo à autonomia, com elogios frequentes aos filhos, em uma relação caracterizada pela comunicação aberta. Esses pais, numa situação de conflito com o filho, preferem o diálogo e a reflexão aos atos de punição.

Os filhos de pais autoritativos têm sido associados sempre a aspectos positivos, como a assertividade, maturidade, responsabilidade social, conduta independente e empreendedora, alto índice de competência psicológica e baixo índice de disfunção comportamental e psicológica. Além disso, filhos de mães autoritativas são mais propensos a levar em conta a perspectiva dos outros e a entender as ideias dos outros. Crianças com pais autoritativos são capazes de explorar a escolha de uma profissão por si mesmas. Enfim, filhos de pais autoritativos são vistos como social e instrumentalmente mais competentes do que os filhos de pais não autoritativos (Weber et al, 2003).

Já os filhos de pais autoritários possuem bom rendimento nos estudos, mas são pressionados a corresponder a expectativas dos pais com respeito à educação e à escolha profissional. Os filhos de mães autoritárias possuem comportamento de externalização, como a agressão verbal ou física, destruição de objetos e mentira; e de internalização, como a retração social, depressão e ansiedade (Oliveira et al., 2002). Em outros estudos os filhos de pais autoritários foram descritos como tendo tendência para um desempenho escolar moderado, sem problemas

de comportamento, mas eles possuem pouca habilidade social, baixa autoestima e alto índice de depressão (Hutz e Bardagir, 2006).

Outro efeito encontrado do estilo parental autoritário é a transmissão deste estilo para os filhos. As filhas educadas por mães autoritárias tendem a adotar esse mesmo estilo parental com seus próprios filhos (Oliveira et al., 2002). Os adolescentes crescidos sob disciplina autoritária demonstraram consistentemente mais comportamentos seguros e menos comportamentos de risco comparados a adolescentes vindos de famílias não autoritárias (Newman et al., 2008).

Os filhos de pais permissivos tendem a possuir um pior desempenho nos estudos, a envolver-se com problemas de comportamento, como agressividade, e são menos independentes. Apresentam, no entanto, boas habilidades sociais, boa autoestima e baixo índice de depressão (Weber et al, 2003).

Os resultados mais negativos estão relacionados com os filhos de pais negligentes, que possuem o menor desempenho em todos os domínios. Eles têm dificuldade em desenvolver autoconhecimento e de diferenciar seus próprios objetivos profissionais dos objetivos dos pais, possuem baixo rendimento escolar, baixa autoestima, podem ter um desenvolvimento atrasado, problemas afetivos e comportamentais (Weber et al, 2003). Assim, parece que uma educação equilibrada em casa (pais autoritativos) pode formar pessoas melhores, que sabem lidar melhor com problemas (de forma otimista), o que pode se refletir em uma melhora de dimensão social (Weber et al, 2003).

Filhos de pais autoritários e negligentes apresentaram maior depressão e ansiedade do que os outros. Os estilos parentais não influenciaram diretamente a indecisão profissional, mas sim o bem-estar psicológico dos adolescentes, indicando que o padrão de interação familiar é fundamental para o entendimento de como a indecisão está sendo vivenciada. Assim, enfatiza-se a importância do trabalho relativo à saúde emocional e à interação familiar nos processos de Orientação Profissional (Hutz e Bardagir, 2006).

Paiva e Rosanti (2009) apontam para uma significativa associação entre o consumo abusivo de álcool e outras drogas na adolescência e os estilos e práticas parentais. Os resultados indicam ainda que o afeto e o interesse mostrados pelos pais, o tempo que passam com seus filhos e a firmeza de medidas disciplinares mantêm a relação com a abstenção do uso de drogas.

3.7. Políticas Públicas para a Infância e Juventude

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações: Lei Nº 11.829, de 25 de novembro de 2008) regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal de 88 e institui a moderna doutrina da proteção integral, que assegura a todas crianças e adolescentes, indistintamente, os direitos fundamentais do ser humano, o exercício pleno da cidadania. O legislador viu nele oportunidade única de criação de um conjunto de regras de proteção capaz de colocar nossa infância e juventude a salvo de toda e qualquer forma de negligência, violência e exploração.

Com a criação deste estatuto, tornou-se imperativa a ação integrada dos atores envolvidos na prevenção e no atendimento às crianças e adolescente vítimas de violência (Conselho Tutelar, profissionais da educação e da saúde, Serviços Socioassistenciais, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Segurança Pública, Movimentos Sociais, etc.), com a formação de uma rede de proteção da população infanto-juvenil, definindo-se obrigações e responsabilidades de cada um dos envolvidos.

A atuação do Conselho Tutelar, diante de tais ocorrências, merece maior comentário. Dentre as atribuições desse órgão, merece destaque o fato de ter o artigo 98 da Lei n.º 8.069/90 elencando três situações de ameaça ou violação dos direitos capazes de colocar a criança e o adolescente como sujeitos aptos a receber uma das medidas de proteção previstas no artigo 101, isolada ou cumulativamente, que vão desde o encaminhamento aos pais ou responsável até a colocação em família substituta. Cabe a ele também atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando-lhes uma das medidas previstas no estatuto. Apenas a esse órgão caberá adotar as providências cabíveis, requisitando os serviços que forem necessários (médico, psicológico, assistencial, etc.) para a elucidação do caso que lhe foi apresentado, bem como o seu encaminhamento ao juiz da infância e juventude quando importar em perda ou suspensão de pátrio poder, tutela ou guarda, sem prejuízo da comunicação à autoridade policial.

Ao se suspeitar de violação de direitos de crianças e adolescentes, os conselheiros tutelares devem encaminhar essas famílias para o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), o PAEFI é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende

atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

Vale ressaltar que o Brasil possui um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (Brasil, 2000), um Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (Brasil, 2004), Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006), Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Brasil, 2006) e Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

O ECA afirma que a Política de Saúde e a de Educação, possuem um papel fundamental na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. O estatuto define que a função dessas políticas seria identificar, diagnosticar e notificar as situações de violências (maus-tratos, negligência, violência sexual, física e psicológica), bem como dever de comunicar ao Conselho Tutelar.

Nesse sentido, todo profissional de saúde tem momentos especiais com as crianças, os adolescentes e suas famílias – recepção, vacinas, curativos, farmácia, grupos de educação em saúde, consulta médica, odontológica, de enfermagem e psicológica, visita domiciliar, dentre outros. Esses momentos são oportunos e criam condições favoráveis para que se observe a existência de sinais e sintomas que possam ser indicativos de uma situação de violência.

A Política de Saúde possui uma Linha de Ação chamada de Prevenção de Violências e Promoção da Cultura de Paz. Tal linha possui três cartilhas. A primeira chama-se Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: orientação para gestores e profissionais de saúde (Brasil, 2010) e traz orientações em como lidar com situações de violências

contra crianças e adolescentes para gestores e profissionais de saúde. A segunda, nomeada como Metodologias para o Cuidado de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências (Brasil, 2011), traz o manejo dessas situações pelos profissionais de saúde. A terceira, Cartilha "Impacto da Violência na Saúde das Crianças e Adolescentes" (Brasil, 2010), é uma cartilha informativa e ilustrada sobre o impacto da violência nessa população. A última, Cartilha de notificação de abuso (Brasil, 2011), traz como proceder para fazer a notificação desse tipo de situação.

A complexidade da violência exige que os serviços de saúde, assistência social, educação, segurança, justiça e sociedade civil atuem de forma articulada e intersetorial. E, durante todo o andamento do caso, as discussões são essenciais (Brasil, 2010). As redes de atenção são formadas por um complexo de serviços articulados, que realizam desde a atenção primária à saúde até os serviços mais especializados, com o objetivo de garantir a integralidade do cuidado em um dado espaço-população. Esta tarefa pode ser realizada dentro das escolas ou nos postos de saúde. Rocha, Lemos e Lírio (2011), afirmam que a participação da escola neste processo seria a de promover ações que levem crianças e adolescentes a conhecerem seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra a violência. Da mesma forma, uma estrutura para receber e encaminhar eficientemente as denúncias se constitui em um recurso importante, como a proposta realizada pelo ECA, através dos Conselhos Tutelares.

No entanto, é imprescindível que seja dado apoio e acompanhamento às famílias já que o bem-estar e o "tratamento" destas pessoas reflete-se em uma dimensão de saúde pública, porque o abuso intrafamiliar assume, atualmente, dimensões de um problema desta ordem. A interface das pessoas e do ambiente social do qual a família faz parte está relacionado com a percepção de seu mundo social. O apoio social e afetivo oferecido para a superação da condição de família abusiva reorienta as estratégias e as competências desta para o estabelecimento de novos vínculos e para a obtenção de recursos que o ambiente lhe oferece, como proteção e força (Brito & Koller, 1999). Ao proporcionar tais possibilidades e recursos, a sociedade estará fortalecendo a família como um sistema social, contribuindo para a interrupção do ciclo de violência, e promovendo, assim, a resiliência.

3.8. Ética profissional no trabalho com famílias com membros vítimas de violência

Todo profissional, que trabalha com crianças e adolescentes vítimas de violência, deve seguir seu código de ética profissional e, principalmente, conhecer as orientações técnicas do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990). Nesse sentido, conforme o artigo 5º “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Portanto, segundo tal estatuto, é dever de toda a sociedade denunciar tais casos.

Da mesma forma, no Artigo 245º do ECA consta que todo profissional, médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, tem o dever de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente. Caso haja omissão do profissional, o mesmo estará sujeito à multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Questões Éticas referentes ao Psicólogo

O psicólogo, normalmente, atua em equipes multidisciplinares no atendimento a famílias com crianças e adolescentes vítimas de violência. Além de obedecer ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o psicólogo deve obedecer ao Código de Ética do Psicólogo.

Segundo este código, artigo 6, o psicólogo compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo. Nesse sentido, nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho (artigo 12).

Conforme o artigo 9, é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional. O artigo 11 afirma que quando requisitado a depor em juízo, atividade muito comum para psicólogos que atuam com a demanda de violência contra crianças e adolescentes, o psicólogo

poderá prestar informações, considerando o previsto no Código de Ética Profissional, ou seja, prestará somente informações pertinentes ao caso.

É comum que os responsáveis queiram saber o que está sendo trabalhado com as crianças e adolescentes. O Artigo 13 do Código de Ética do Psicólogo afirma que deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.

Em relação às atividades de estudos e pesquisas realizadas com essa população é necessário que se tenha autorização dos pais. Especificamente à temática da violência contra crianças e adolescentes, conforme o artigo 16 do código de ética, o psicólogo pesquisador deve:

- avaliar os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas;
- garantir o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios do Código de Ética;
- garantir o anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes;
- garantir o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

Por fim, trabalhar com essa temática em pesquisas é muito difícil e pode mobilizar emocionalmente tanto os profissionais pesquisadores quanto os indivíduos pesquisados. Portanto, caso o profissional detecte algo que precise ser trabalhado, o psicólogo deve realizar uma escuta para aliviar a carga emocional e encaminhar para acompanhamento psicológico.

3.9. Estado da arte da temática no contexto das pesquisas

Com o objetivo de investigar a estrutura e a dinâmica de famílias com crianças de 2 a 10 anos, vítimas de violência, que possuem medida de proteção imposta pelo Conselho Tutelar foi realizado um levantamento da literatura científica nacional e internacional referente ao tema. Os sites pesquisados foram:

- Scielo - Scientific Electronic Library Online;
- BVS Online - Biblioteca Virtual em Saúde;
- Portal da Capes;

- LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde;
- SciVerse Scopus;
- Medline - Literatura Internacional em Ciências da Saúde.

As estratégias de busca, portanto, foram as seguintes: (estratégia 1) violência, criança e pais; (estratégia 2) violência, criança e família; (estratégia 3) violência física, criança e pais; (estratégia 4) violência física, criança e família; (estratégia 5) violência psicológica, criança e pais; (estratégia 6) violência psicológica, criança e família; (estratégia 7) violência sexual, criança e pais; (estratégia 8) violência sexual, criança e família; (estratégia 9) negligência, criança e pais; (estratégia 10) negligência, criança e família. As mesmas estratégias em inglês também foram utilizadas: *Violence, child abuse, child and family*; *Violence, child and parents*; *Physics violence, child and family*; *Physics violence, child and parents*; *psychological violence, child and family*; *psychological violence, child and parents*; *Sexual abuse, child and family*; *Sexual abuse, child and parents*; *neglect, child and family*; *neglect, child and parents*.

Na busca pelos trabalhos, que ocorreu entre 15 de setembro de 2011 e 16 de maio de 2013, foram selecionadas todas as bases de dados disponíveis nas plataformas de pesquisa. Houve delimitação quanto ao período de publicação, os trabalhos pesquisados poderiam ter sido publicados entre 2006 e 2013. Os estudos adotados para a análise compreenderam artigos científicos, dissertações e teses produzidas tanto nacional quanto internacionalmente.

Os documentos foram selecionados e ocorreu a avaliação dos resumos e a retirada daqueles que não estavam relacionados à temática desta pesquisa, bem como a exclusão de trabalhos duplicados (ou seja, disponibilizados em mais de uma base de dados). Foram excluídas, ainda, as publicações que se referiam a editoriais de revistas científicas, livros, resenhas ou capítulos de livro e, também, aquelas referências que não apresentavam resumo. Quando no resumo não estava suficientemente claro se o estudo referia-se à temática em questão, o texto era consultado na íntegra, sempre que disponível. Os artigos cujos resumos foram avaliados como concernentes à temática foram lidos integralmente.

A partir das buscas realizadas nas quatro plataformas pesquisadas utilizando-se os descritores pré-estabelecidos, foram encontrados, inicialmente, 255 trabalhos entre artigos publicados em periódicos científicos, teses, livros e capítulos de livro. Com a exclusão

dos trabalhos que apareciam em duplicidade ou sem a contemplação do resumo, restaram 163 documentos. Dos trabalhos restantes, 12 eram resumos e 151 artigos completos, sendo que todos foram lidos. Os 163 documentos foram classificados conforme a sua temática. Abaixo segue um quadro sobre as classificações.

<i>Temática</i>	<i>Documentos Completos</i>	<i>Resumos</i>	<i>Total</i>
Consequências das violências para o desenvolvimento das crianças e adolescentes	47	5	52
Violência não específica contra crianças e adolescentes	26	0	26
Violência sexual contra crianças e adolescentes	18	2	20
Conflito ou violência conjugal e os reflexos nas crianças e adolescentes	11	4	15
Perspectiva dos profissionais de saúde ou da educação sobre a violência contra crianças ou adolescentes	9	0	9
Práticas Educativas Violentas	17	0	17
Serviços de atendimento às crianças ou adolescentes vítimas de violência	5	0	5
Características das famílias com violência contra crianças ou adolescentes	3	0	3
Violência física contra crianças ou adolescentes	5	0	5
Violência psicológica contra crianças ou adolescentes	2	1	3
Avaliação psicológica de crianças e adolescentes vítimas de violência	2	0	2
Negligência de crianças e adolescentes	1	0	1
Prevenção da violência contra crianças e adolescentes	2	0	2
Impacto econômico da violência	1	0	1
Violência contra crianças e adolescentes fatais	1	0	1
Identificação de sintomas nas crianças e adolescentes vítimas de violência	1	0	1

Figura 1. Quadro com a caracterização geral dos estudos obtidos com base na revisão da literatura

Os dados da figura 1 sugerem que os estudos atuais têm maior preocupação com os efeitos da violência no desenvolvimento das crianças ou adolescentes que são testemunhas ou são vítimas dela. Apenas 6 estudos desse tipo são nacionais, o restante, 46, são internacionais. Há ainda uma grande preocupação em falar sobre a violência sem sua especificidade, bem como realizar estudos para verificar qual tipo de violência é a mais frequente tanto nos serviços direcionados a atender esses casos ou em caráter epidemiológico. Do total de 26 estudos, 12 são nacionais e 14 internacionais.

A terceira temática mais presente foi em relação ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Diferentemente dos outros estudos mais frequentes, o foco da maioria desses estudos foi no tratamento dessas situações. Acredita-se que tal foco se deve ao fato de se ter ampla consciência dos prejuízos no desenvolvimento psicoafetivo dessas crianças e adolescentes e conseqüente preocupação que tal situação se reverta.

Conflito ou violência conjugal e os reflexos nas crianças e adolescentes é a categoria com 15 estudos que reforça a teoria do ciclo intergeracional da violência. Tais estudos mostraram que a presença de conflito ou violência conjugal pode ser um fator de risco para a ocorrência de violência contra a criança ou o adolescente dessa família.

As demais categorias representaram 58 estudos. O presente estudo foca a estrutura e a dinâmica de famílias com crianças vítimas de violência. Dessa forma, os estudos da categoria de Características das famílias com violência contra crianças ou adolescentes são os mais relevantes para a temática em questão. Segue na figura 2 um quadro com os estudos encontrados.

<i>Autores e Ano de Publicação</i>	<i>Periódico</i>	<i>Método</i>	<i>Tipo</i>	<i>Técnicas</i>	<i>Participantes</i>
Chantal Bourassa, Chantal Lavergne, Dominique Damant, Geneviève Lessard, Pierre Turcotte. (2006)	<i>Children and Youth Services Review</i>	Levantamento de dados	Transversal	Entrevistas Semi-Estruturadas	28 assistentes sociais
Martins, C.S.; Ferriani, M.G.; Silva, M.A.; Zahr, N.R.; Arone, K.M.; Roque, E.M. (2007)	<i>Revista Latino-Americana de Enfermagem</i>	Levantamento de dados	Transversal	Entrevistas Semi-Estruturadas	Seis Famílias que possuíam crianças ou adolescentes institucionalizadas por episódios de violência familiar
Pelisoli, C.; Dell'Aglio, D.D. (2008)	<i>Contextos Clínicos</i>	Levantamento de dados	Transversal	Entrevista Semi-Estruturada, Escalas e Instrumentos	1 adolescente vítima de violência sexual

Figura 2. Quadro com a caracterização geral dos estudos obtidos com base na revisão da literatura sobre estrutura e dinâmica familiar de famílias com crianças vítimas de violência

O primeiro estudo buscou relacionar e detectar a ocorrência concomitante entre violência conjugal e a violência ou abuso contra crianças. Os autores entrevistaram 28 assistentes sociais a fim de chegar ao objetivo da pesquisa que foi o de fazer uma caracterização da violência contra as crianças. Neste pôde-se constatar que quando o pai é violento com sua esposa ou companheira, ele é violento com a criança também. Entretanto, os trabalhadores afirmaram que em três quartos dos casos quando há violência entre o casal, a criança sofre abuso físico dos dois genitores. Os autores afirmaram, ainda, que estar exposto à violência conjugal dos pais também é uma violência que pode tomar diversas formas: testemunhas atos de violência (escutar e ver), tentar proteger o genitor que é a vítima, testemunhar as consequências do episódio de violência, chamar ajuda e tentar proteger os irmãos mais novos. Com relação à dinâmica familiar, os autores afirmaram que a relação entre a criança abusada e o genitor agressor é assimétrica, ou seja, o agressor tem mais poder sobre a criança.

O segundo estudo buscou compreender a dinâmica familiar para pais e filhos envolvidos na violência familiar contra crianças e adolescentes institucionalizados no Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vitimizado (CACAV), na cidade de Ribeirão Preto, SP. O estudo é qualitativo, utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas aplicadas a seis famílias, entre pais e filhos envolvidos na violência familiar. Os dados foram tratados através da análise de conteúdo. O referencial teórico foi a ecologia do desenvolvimento humano. A violência familiar esteve presente nos discursos, embora seja compreendida como prática usual para essas famílias. Identificou-se que a ótica dos pais favorece a negação da violência perpetrada. Já as crianças apontam que vínculos de amor e afeição são mais significativos para seu desenvolvimento do que os vínculos familiares estabelecidos por meio de consanguinidade. Com relação à dinâmica dessas famílias pode-se observar uma dificuldade de a mãe impor autoridade e limites, cabendo ao pai exercer tal papel. A ausência de uma rede de apoio, que tenha o papel de orientar a família, favoreceu os conflitos. As autoras acreditam que, a partir do conhecimento de como a violência é experienciada, pode-se trazer possíveis contribuições para se pensar estratégias de intervenção capazes de romper o ciclo perverso das relações familiares violentas.

O terceiro estudo investigou como uma adolescente vítima de abuso sexual intrafamiliar percebe sua família em termos de coesão, hierarquia, afetividade, conflito e relações de identificação. Trata-se de um estudo de caso, do qual participou uma menina de 13 anos, que sofreu abuso sexual perpetrado por seu pai. Foi realizada a entrevista semi-estruturada e a aplicação dos instrumentos Familiograma - FG, *Family System Test – FAST* e *Family Identification Test – FIT*. Os resultados demonstraram a presença de alcoolismo e violência anterior por parte do abusador, ambivalência da pessoa autora da denúncia e incidência de violência física e psicológica, além da sexual de maus-tratos. Além disso, a menina evidenciou relações pouco afetivas e muito conflituosas com o abusador e relações mais significativas com a madrasta e alguns irmãos. Para a adolescente, a madrasta é também um modelo identificatório mais forte do que o pai. Pode-se concluir, a partir das percepções da adolescente, que o casal parental apresentava relacionamento conflituoso e pouco afetivo e que a família se caracterizava por relações desequilibradas e instáveis.

Uma vez que foram obtidos, a partir da revisão da literatura, apenas três trabalhos sobre a temática da estrutura e da dinâmica de

famílias com crianças vítimas de violência verifica-se a escassez de estudos nessa área. Portanto, acredita-se que uma investigação nesse contexto é importante, tendo em vista que violência contra crianças e adolescentes continua ocorrendo e a intervenção com as famílias deve ser feita a fim de evitar novos episódios e romper com o ciclo intergeracional da violência.

4. Método

Essa pesquisa insere-se no leque de pesquisas desenvolvidas no LABSFAC - Laboratório de Pesquisa em Saúde, Família e Comunidade - cujo objetivo é o estudo da violência ao longo do desenvolvimento psicológico. Pertence, ainda, ao quadro de projetos de pesquisa da Linha 1: *Saúde, Família e Desenvolvimento Psicológico*, do Programa de pós-graduação em psicologia da UFSC, que tem por objetivo estudar as transições no ciclo vital e suas relações com a saúde de crianças, famílias e comunidades.

4.1. Desenho da pesquisa

A pesquisa se refere a um estudo transversal, uma vez que os dados foram coletados em um momento específico, descrevendo a população num determinado ponto de sua trajetória de vida (Richardson, 2009). A pesquisa é do tipo exploratória e descritiva uma vez que sua finalidade estava focada no desenvolvimento, no esclarecimento e na modificação de conceitos e ideias, objetivando a descrição de uma população específica (Gil, 1991; 1987).

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se pela abordagem quanti-qualitativa que buscará caracterizar a estrutura e a dinâmica das famílias. Quantitativa tendo em vista o uso de instrumentos de medida de auto relato, como escalas (Sampieri, Collado & Lucio, 2006) e qualitativa pois é baseada na obtenção de dados descritivos que se dá a partir do contato do pesquisador com a situação de estudo, procurando entender o fenômeno segundo a perspectiva dos participantes. Para Wendt & Crepaldi (2008), a pesquisa qualitativa destaca-se por encerrar uma preocupação em estudar as sequências específicas dos comportamentos interpessoais, nas quais as ações de cada pessoa são visualizadas em uma sequência interativa que depende das ações dos demais parceiros de interação, ou seja, inclui aspectos complexos de interdependência nas relações familiares, sejam eles emocionais, relacionais, e comunicacionais. Estudando pequenas amostras, os estudos qualitativos privilegiam as regularidades, mas se preocupam com as singularidades nas análises de cada grupo familiar em especial. Na pesquisa com famílias é importante não perder de vista a complexidade das relações que este grupo social encerra.

4.2. Participantes

A amostra foi composta por 14 genitores e responsáveis, sendo 8 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, de 8 famílias inseridas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI – do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de uma cidade do vale do Itajaí no estado de Santa Catarina. A idade média dos participantes é de 34,71 anos (DP=7,3 anos). A idade mínima foi de 24 anos e a máxima de 47. A escolha dos participantes obedeceu aos seguintes critérios:

- O motivo da inserção das famílias no Serviço foi uma medida de proteção aplicada pelo Conselho Tutelar advinda de uma violação de direitos de uma criança. Dentre as violações estão: violência física, violência psicológica, violência sexual e negligência.

- As crianças com direitos violados tinham de 2 a 10 anos de idade. Vale ressaltar que a escolha dessa faixa etária se deu devido à dificuldade em encontrar crianças menores de dois anos inseridas nesse serviço, uma vez que há poucas denúncias nessa idade. O limite máximo foi 10 anos para se igualar aos demais estudos desenvolvidos no LABSFAC.

4.3. Instrumentos para coleta de dados

Buscando atingir os objetivos do presente estudo, a técnica da entrevista semi-estruturada foi utilizada. Para tanto, aplicou-se os seguintes instrumentos: um roteiro da entrevista (Apêndice 1) que foi elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, que se propôs a caracterizar a família em questão e adquirir maiores informações sobre a violência; o Genograma e 5 questionários/inventários - questionário sociodemográfico, questionário sobre o funcionamento familiar (FACES IV), sobre o índice de estresse parental (PSI), Inventário de Práticas Educativas Parentais (CRPR) e instrumento que avalia a relação entre pais e filhos na resolução de conflitos chamado *Parent-Child Conflict Tactics Scales*(CTSPC).

4.3.1. Genograma

O Genograma, também conhecido como Genograma, representa o mapeamento gráfico da “história e do padrão familiar, mostrando a estrutura básica, a demografia, o funcionamento e os relacionamentos da família”, configurando-se como um gráfico sumário

dos dados coletados (McGoldrick & Gerson, 1995, p. 145). Wendt e Crepaldi (2008, p. 303) acrescentam que “o Genograma explicita a estrutura e dinâmica familiar ao longo de várias gerações e das etapas do ciclo de vida familiar, além dos movimentos emocionais a ele associados”.

Este recurso explora os esquemas familiares e explicita a estrutura familiar ao longo de várias gerações e das etapas do ciclo de vida familiar, além dos movimentos emocionais a ele associados. Evidenciam-se, ainda, no genograma: a) os nomes e idades de todos os membros da família; b) datas exatas de nascimentos, casamentos, separações, divórcios, mortes, abortos e outros acontecimentos significativos e, c) indicações datadas das atividades, ocupações, doenças, locais de residência e mudanças no desenvolvimento vital.

4.3.2. Questionário Sociodemográfico

O questionário (Apêndice 4) visou angariar dados mais específicos sobre a caracterização sociodemográfica das famílias entrevistadas e foram obtidos pelo preenchimento de uma ficha de informação, que reuniu elementos como distribuição etária dos pais participantes, nível de escolaridade, situação conjugal, sexo e faixa etária da criança e do local de residência dessas pessoas (tipo de moradia e quantidade de cômodos).

4.3.3. Índice de Estresse Parental - PSI

O Índice de Estresse Parental – PSI (Abidin, 1995) é um instrumento que tem o intuito de avaliar o índice de estresse dos pais. Nesta pesquisa utilizou-se a versão reduzida validada por Santos (1997) para a população de Portugal (Anexo 2) que possui 36 itens distribuídos por domínios. Segundo Abidin (1995), as subescalas abrangem dois grandes domínios:

- Domínio da Criança - avalia aspectos do temperamento da criança e as percepções que os pais têm do impacto das características da criança sobre eles próprios.

- Domínio dos Pais - avalia as características pessoais da/do mãe/pai e variáveis do contexto familiar que influenciam a habilidade para responder adequadamente às exigências e tarefas da parentalidade.

Minetto (2010), em um estudo com famílias de crianças com desenvolvimento atípico, realizou *Back-Translation* e adaptação semântica e também calculou os índices de Cronbach do instrumento que variaram entre 0,85 a 0,86. Esses índices sugerem que o PSI é de

um instrumento que tem boas chances de ser validado para utilização em pesquisas no Brasil.

O PSI destina-se a medir o estresse percebido pelos pais, e é uma escala composta por 36 itens divididos em três subescalas:

- Subescala Função Paterna que avalia percepções sobre os sentimentos vivenciados pelo genitor em seu papel de pai/mãe.
- Subescala Relacionamento pai/filho que avalia as percepções que os genitores têm de seus filhos que são ou não compatíveis com as suas expectativas, bem como as percepções de suas interações com a criança que não reforçam o seu papel de pai/mãe.
- Subescala Características do filho que focaliza algumas características comportamentais básicas de crianças que as tornam fáceis ou difíceis de manejar.

Vale ressaltar que o instrumento ainda possui uma escala que avalia o nível de respostas defensivas que o pai. Esta escala avalia a possibilidade do respondente evitar respostas que possam expô-lo a julgamento.

Para a correção do instrumento primeiramente as respostas são somadas por grupos das subáreas analisadas. Em seguida, os valores são colocados em uma tabela que permite a obtenção de índices que descrevem cada dimensão: FP (função paterna), RP/F (Relação pai-filho) e CF (Características dos filhos). A soma de todos os 36 itens nos dá o valor da tensão total. As informações contidas neste inventário representam uma mistura de ensaio clínico e levantamentos de pesquisa realizada sobre a versão completa do PSI. Assim, a interpretação deve ser considerada como uma hipótese de trabalho. A conversão de escores brutos em percentis pode ser feita baseado em tabela apropriada para isso. Em geral, e salvo indicação em contrário, o intervalo normal dos escores de nível geral de estresse está entre 15 e 80 por cento. As pontuações de estresse consideradas altas atingem o percentil 85 para cima.

Deve-se notar que o perfil também inclui uma gama de respostas defensivas. Para examinar a validade do Protocolo o PSI inclui uma escala de resposta defensiva que avalia como o indivíduo enfrenta o questionário, com tendência de apresentar uma imagem favorável de si mesmo e minimizar os sinais dos problemas de *stress* no relacionamento pai-filho ou não.

As notas extremamente baixas, o escore bruto de 10 ou inferior, na escala de resposta defensiva sugere uma das seguintes hipóteses: 1. O pai/mãe está tentando dar uma imagem de um pai muito responsável,

que é livre de tensão emocional que normalmente é o exercício do papel parental. 2. O progenitor não está atuando no seu papel de pai ou mãe e, portanto, não está experimentando as tensões normais associadas ao cuidado infantil. 3. O pai é na verdade uma pessoa muito competente, que lida com as responsabilidades da paternidade muito bem, além de ter excelentes relações com os outros, incluindo o outro parceiro.

A escala de respostas de defesa, em si, não indica qual das hipóteses acima é a correta em cada caso. No entanto, ao examinar a relação entre a pontuação e outras informações obtidas, podemos reconhecer o cenário mais provável. A primeira hipótese parece provável, quando o pai é incapaz de reconhecer as frustrações, dores e pressões do papel de pai. A situação indica que o progenitor é uma pessoa com o controle excessivo que rejeita a realidade de que educar uma criança é uma tarefa difícil. Quando o pai não está envolvido nos cuidados diários da criança, não tem conhecimento do histórico de doenças, preferências, gostos alimentares, e medos que seu filho sente, pode indicar a segunda hipótese, ou seja, que o progenitor não está agindo de acordo com seu papel.

A escala de Escore Total de estresse foi criada para uma indicação geral do grau de estresse que os progenitores estão enfrentando. Devemos levar em conta que esta pontuação não inclui as tensões que vêm de outros papéis na vida ou eventos de vida desses pais, portanto, nada deve ser interpretado sem levar em conta o contexto. O *stress* total de um pai reflete as tensões que ocorrem nas áreas de angústia pessoal, tensões decorrentes da interação dos pais com o filho, e as tensões que surgem nas características comportamentais da criança.

Os pais com pontuação Estresse Bruto Total acima de 90 (com percentis 90 ou superior) são os que estão experimentando um estresse significativo a partir de um ponto de vista clínico. Essas pessoas devem ser enviadas para um diagnóstico mais profundo e receber ajuda profissional.

A subescala função paterna determina o sofrimento que o progenitor está enfrentando no exercício do papel de pai, envolve fatores pessoais que estão diretamente relacionadas ao desempenho nas funções de um pai. As tensões associadas a esta subescala são os componentes de um senso de competência considerado pouco adequado, as tensões associadas às restrições impostas às outras funções que desenvolvemos na vida, os conflitos com o cônjuge, falta de apoio social e a presença de depressão, que é conhecida com relação de um exercício de pai que não

corresponde às necessidades de desenvolvimento da criança. Quando a subescala função paterna o percentil é acima de 90 e a subescala características da criança está abaixo do percentil 75, é provável que a mãe esteja enfrentando problemas de adaptação pessoal, que em certa medida, são independentes das relações com seu filho.

A subescala de relação pais/filho centra-se na percepção que os pais têm de como seu filho está atendendo ou não às expectativas que tinham sobre ele, e o grau de fortalecimento que o pai oferece ao filho. Se os pais apresentam altos escores nessa escala podem estar projetando a sensação de que seu filho é um elemento negativo para sua vida. Normalmente, a descrição da relação sugere que o pai se vê como rejeitado ou maltratado pela criança, ou está decepcionado com o filho e se sente alienado pela criança. Altas pontuações podem sugerir que a relação pais/filho está ameaçada ou nunca foi adequadamente estabelecida. Escores acima do percentil 95 sugerem a probabilidade de abuso, negligência, rejeição ou episódios de dano físico advindos do sentimento de frustração. O risco de abuso da criança também deve ser considerado no contexto do escore de estresse total e nas outras subescalas.

Se as três subescalas resultam em escores acima do percentil 90, a interpretação tem maior credibilidade. Por outro lado, se a pontuação na subescala função paterna tem percentil 75 ou abaixo, os resultados sugerem que haja pouca probabilidade de perda do controle do pai/mãe. Se os escores nas subescalas interação pais/filho e característica do filho estiverem acima do percentil 90 e o de função paterna com percentil 75 ou abaixo, é provável que o pai esteja se confrontado com um comportamento extremamente difícil ou características de personalidade difícil, de seu filho.

A subescala característica do filho diz respeito a algumas das características básicas do comportamento da criança que a torna mais fácil ou difícil de controlar. Estes traços estão, muitas vezes, enraizados no temperamento da criança, mas também incluiu uma série de padrões aprendidos, esses padrões podem ser definidos como comportamento desafiador, desobediência e conduta inadimplente.

4.3.4. Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC)

O CTSPC (Anexo 3) é um instrumento de detecção de violência na resolução de conflitos entre pais e filhos. O instrumento foi concebido por Straus et al. (1998) em língua inglesa e consiste em um refinamento da primeira CTS, elaborada pelo *Family Research*

Laboratory, nos Estados Unidos, há cerca de duas décadas (Straus, 1979).

O módulo básico da CTSPC é composto por 22 itens divididos em três escalas – disciplina não-violenta, agressão psicológica e violência física. A última é subdividida em três, cada qual encampando atos de distintas gravidades – menores ou punição corporal; graves ou maus-tratos físicos e muito graves ou maus-tratos físicos graves. A correção deste instrumento é feita através da avaliação da presença ou ausência dos cinco tipos de disciplina: não violenta, violência psicológica, violência física menor, violência física grave e violência física muito grave.

A versão utilizada nesta pesquisa consiste na tradução e validação desse instrumento pelos pesquisadores Michael Eduardo Reichenheim e Claudia Leite Moraes do Núcleo de Pesquisa das Violências, Departamento de Epidemiologia, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Reichenhheim & Moraes, 2006). Com relação à consistência interna, calculada pelo alfa de Cronbach, o mesmo estudo identificou uma variação entre 0,48 e 0,66. As menores correlações foram encontradas nas escalas que avaliaram os maus-tratos físicos, o que foi explicado pelos autores devido à raridade do evento. Poucas respostas afirmativas foram encontradas nessa subescala, impactando no valor do alfa. As demais escalas tiveram uma consistência interna considerada aceitável, demonstrando que há uma homogeneidade dos itens na avaliação da violência familiar contra a criança. Também não há itens redundantes, tendo em vista que as correlações são inferiores a 0,95.

4.3.5. FACES IV

O FACES IV (*Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales*) de Olson, Gorall e Tiesel (2007) é instrumento composto por 62 itens, divididos em três escalas (Inventário de Autopercepção Familiar, Dispositivo de Avaliação Familiar e Escala de Satisfação Familiar), que avalia o funcionamento familiar.

A Escala de Avaliação da Adaptabilidade Coesão familiar na versão IV, ainda não é validado para a população brasileira, assim, Minetto (2010) realizou *Back-Translation* e adaptação semântica do instrumento. Minetto (2010), em um estudo com famílias de desenvolvimento atípico calculou os índices de Cronbach do instrumento feitos a partir da população de amostra desta pesquisa que variaram entre 0,79 a 0,84, embora esta não seja uma amostra de

validação. Esses índices encontrados sugerem que o FACES IV é de um instrumento que tem boas chances de ser validado para utilização em pesquisas no Brasil.

Esse instrumento possui três versões anteriores, sendo que o FACES III já foi validado para a população brasileira (Falceto, Busnello e Buzetti, 2000). Optou-se pela versão mais atual, o FACES IV, que é uma versão revisada e atualmente utilizada em âmbito internacional com maior confiabilidade.

Olson, Gorall e Tiesel (2007), afirmam que o FACES IV é a mais recente versão para avaliar a coesão, flexibilidade e comunicação familiar. O modelo de análise, chamado de Modelo Circumplex, resulta de diferentes combinações das dimensões coesão e adaptabilidade. O Modelo Circumplex é composto por três conceitos-chave para a compreensão do funcionamento familiar: a Coesão (vínculo emocional que os familiares têm entre si), a Flexibilidade (qualidade de liderança e organização; relacionamento, regras e negociações), e a Comunicação (dimensão que facilita a alteração dos níveis de coesão e de flexibilidade).

Esse Modelo sugere um equilíbrio entre os níveis de coesão e flexibilidade que são comuns à família com funcionamento saudável ou funcional. Inversamente, o desequilíbrio entre os níveis (muito baixos ou muito elevados) está associado ao funcionamento familiar considerado problemático ou disfuncional (Olson, Gorall e Tiesel, 2007).

O FACES IV é um O Modelo Circumplex avalia:

- Relação de Coesão = Coesão Balanceada (consistente, com união recíproca, com intimidade, forte)
- Funcionamento frouxo (fraco, com pouca força, sem consistência)
 - Funcionamento Emaranhado (misturado, confuso, desordenado)
- Relação de Flexibilidade = Flexibilidade Balanceada (permite mudanças, adaptação situações)
 - Funcionamento Rígido (firme, duro, inflexível)
 - Funcionamento Caótico (confuso, desordenado)
- Relação Total Circumplex = Coesão Balanceada + Flexibilidade Balanceada

A correção e interpretação dos resultados se dão em três etapas, que caracterizam e estruturam o sistema familiar. A primeira parte da correção diz respeito a aspectos relacionados à coesão e flexibilidade dentro do sistema familiar. A segunda etapa faz menção a conteúdos

relacionados à comunicação. Enquanto na terceira etapa pode-se avaliar a satisfação do sujeito quanto ao seu relacionamento familiar. Aliando os três resultados é possível levantar dimensões e pontos específicos a serem trabalhados na família. Para isso, os valores obtidos na soma da pontuação das sub-escalas, resultado bruto, são transformados em percentil equivalente de acordo com uma tabela. Os resultados mostrarão como o indivíduo observa a coesão e a flexibilidade dentro sua família, bem como avalia os extremos de ambos os índices. Os índices obtidos são transportados a uma tabela que chamada *Perfil FACES IV*, que determina com qual modelo esta família mais se aproxima com base nos seis tipos familiares:

- *Equilibrado*: possui elevada pontuação nas escalas de coesão e flexibilidade, e uma baixa pontuação nos demais índices. Este resultado indica um tipo familiar com relacionamento saudável, e baixo nível de problema no funcionamento familiar. Portanto, este tipo de família lida melhor com estressores do dia a dia e estão mais aptos a mudanças. Este tipo familiar é o, provavelmente, menos recorre à terapia.

- *Rigidamente Coeso*: observa-se uma proximidade alta entre os membros, razoável disposição a mudanças, altos índices de rigidez e entrelaçamento. Este tipo apresenta um maior grau de aproximação emocional e funciona bem quando estão unidos. No entanto, eles podem apresentar dificuldade em fazer mudanças, devido ao seu elevado nível de rigidez.

- *Mediano*: caracterizado por uma pontuação média em todas as escalas, exceto a de rigidez, sendo que os percentis relacionados a este item podem aparecer de duas maneiras, altos ou baixos. Este tipo familiar tem um funcionamento considerado adequado. Devido a sua pontuação balanceada, não demonstra seu alto nível de força, e nem seus altos níveis de dificuldade ou fatores de risco.

- *Flexivelmente instável*: apresenta pontuação alta em todos os itens, menos em coesão, nesta dimensão a pontuação varia entre média e baixa. Esta combinação de valores pode indicar problemas no funcionamento familiar. Porém, devido ao alto índice de flexibilidade, é possível dizer que esta família é capaz de resolver os problemas quando necessário.

- *Desordenadamente frouxo*: possui baixa pontuação na maior parte dos itens, sendo altos apenas os índices de desprendimento e caótico. Este sistema pode apresentar problemas devido à falta de aproximação emocional entre os membros. No entanto, por não serem

rígidos ou entrelaçados, é mais difícil identificar se há ou não efetivamente problemas neste grupo familiar.

- *Desequilibrado*: caracterizado como o oposto do sistema familiar equilibrado, sendo os índices de coesão e flexibilidade baixos, enquanto os demais são altos. Este grupo pode ser visto como o mais problemático considerando todos os aspectos de seu funcionamento. Não possuem pontos fortes, e ou fatores de proteção. Sendo este tipo familiar o mais susceptível a terapia.

4.3.6. Inventário de Práticas Parentais – CRPR

O CRPR - *Child Rearing Practices Report* (Relatório de Práticas de Educação Infantil) foi desenvolvido por Block (1965, apud Dekovic, Janssens e Gerris, 1991) e não é validado para a população brasileira. Minetto (2010) realizou o *Back-Translation* e a adaptação semântica do instrumento em um estudo com famílias de crianças com desenvolvimento atípico. Essa autora buscou os índices de Cronbach do instrumento feitos a partir da população de sua pesquisa que variaram entre 0,79 a 0,82. Esses índices encontrados sugerem que o CRPR é de um instrumento que tem boas chances de ser validado para utilização em pesquisas no Brasil.

Este instrumento, originalmente, continha 91 itens distribuídos em 21 fatores que permitiam a distribuição em diversas (formas de) categorias, as quais descrevem as atitudes de criação dos filhos, bem como os valores, comportamentos e objetivos dos pais. Dekovic, Janssens e Gerris (1991) afirmam que esse conjunto de itens foi obtido a partir da observação empírica das mães interagindo com seus filhos. As autoras afirmam que o CRPR fornece um conjunto de informações que podem ser utilizadas para diferentes fins, os quais apontam pesquisas realizadas por meio desse instrumento para: comparar os pais de famílias fisicamente abusivas e não agressoras; conhecer os valores passados aos filhos, como o julgamento moral e o autoconhecimento; avaliar a continuidade de mudança nas práticas educativas parentais; verificar como os pais orientam os filhos para resolução de problemas sociais; identificar práticas que geram honestidade, altruísmo, agressão, empatia, além de comportamentos sociais positivos e negativos. É importante salientar que todas as pesquisas descritas pelas autoras são referentes à população americana.

Dekovic, Janssens e Gerris (1991) fizeram a validação do instrumento para a população holandesa. Segundo Dekovic (1989), a escala completa (com 91 itens) mostrava índices moderados de confiabilidade. Riekel e Biasatti (1982, como citado em Dekovic, 1989)

propuseram mudanças para que houvesse melhora dos índices de confiabilidade, a partir da organização de dois fatores – Nurturance (cuidado adequado) e Restritividade (restritivo) – com base em 35 itens (havendo uma redução do número de itens da escala original), o que propiciou um índice de confiabilidade mais estável entre diferentes amostras. Baseando-se na nova escala com boa consistência interna, outro grupo de autores (Kochanska, Kuezynski e Flecha Radke-Y, 1989) considerou para as análises apenas os fatores que têm sido identificados na literatura como mais abrangentes para descrever a forma como os pais criam os filhos: autoritário e autoritativo. Esses fatores correspondem a 29 itens dos 35 itens da escala reduzida. São consideradas no Inventário de Práticas Parentais - CRPR (Dekovic, 1989) as seguintes categorias de análise como representativas de:

- Características que permeiam práticas educativas com Perfil Autoritário: Controle autoritário (comandos diretos, imposições físicas, repreensões e proibições), Supervisão da criança (supervisão constante, os pais acompanham o que a criança faz) e Indução e controle da ansiedade (referem-se a ameaças verbais ou não verbais sobre a consequência de seus atos).

- Características que permeiam práticas educativas com Perfil Autoritativo: Orientação consistente (orientações, sugestões e incentivo positivo), Estimulação e encorajamento à autonomia (estímulo à tomada de decisões e conhecer a consequência de seus atos) e Liberdade e expressão de afeto (permitir que pais e criança falem de seus sentimentos, além da expressão de afeto verbal e por meio de contato físico).

Dekovic (1989) e Dekovic, Janssens e Gerris (1991) afirmam que o instrumento CRPR obtém sucesso ao discriminar as práticas educativas parentais tanto de crianças sociáveis e de fácil relacionamento com os colegas quanto das negligenciadas. Para as autoras, pais autoritários apresentam variáveis que incluem rigidez, indução, inconsistência de ações e punições com comentários negativos sobre a criança. Os pais autoritativos, ao contrário, oferecem apoio para as crianças, orientam, demonstram afeto, receptividade, tecem comentários positivos sobre o funcionamento pessoal destas, oferecendo ajuda e apoio.

O CRPR possui alguns modelos, porém o utilizando nesta pesquisa é um questionário que utiliza um tipo de escala Likert. Essa versão apresenta um questionário contendo 35 itens e é mais fácil de

administrar (tanto na aplicação quanto na correção), podendo ser utilizado para diferentes populações.

Para a correção dos resultados foram utilizados os 29 itens que correspondem às categorias de análise citadas acima, que compõem o perfil autoritativo e o perfil autoritário. Somam-se as respostas das questões correspondentes a cada perfil, fazem-se as médias das respostas e comparam-se as duas médias com o intuito de verificar a tendência.

4.4. Procedimentos de preparação para coleta de dados

Realizou-se uma aplicação a fim de avaliar a adequação da entrevista mencionada acima. A partir da avaliação buscou-se identificar a compreensão dos responsáveis quanto às questões e o tempo que cada família levaria para responder a pesquisa. As questões destacadas pelas famílias como geradoras de dúvidas ou dificuldades de interpretação ou resposta foram debatidas com a orientadora do pesquisa. Por fim, tal aplicação possibilitou o treinamento da melhor forma de perguntar, de modo a garantir o entendimento possível pelos participantes acerca das questões dos instrumentos.

4.5. Procedimentos de coleta de dados

A pesquisadora entrou em contato com a Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social do município escolhido para a coleta de dados e solicitou autorização da mesma para a realização da pesquisa. Após a autorização desta Secretaria, os participantes foram recrutados no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Neste local os profissionais informaram os dados das famílias, incluindo o número do telefone, a fim de que a pesquisadora entrasse em contato com as mesmas, e informasse, através de contato telefônico, os objetivos da pesquisa. Caso a família aceitasse do estudo seria agendado um horário. O horário para aplicação dos instrumentos foi negociado com as famílias, sempre priorizando sua rotina e disponibilidade de tempo.

Portanto, 25 famílias foram contatadas para explicação da pesquisa e posterior agendamento de horário. Neste primeiro contato, 5 famílias não aceitaram o convite de participação imediatamente. Agendou-se com 20 famílias diferentes. Vale ressaltar que apenas 8 famílias compareceram aos agendamentos. Dessas 8 finais, com 5 delas foi necessário agendar mais de um encontro, devido a faltas justificadas e esquecimentos. Por fim, no total, a pesquisadora agendou 46 horários de entrevista.

A pesquisadora fez um contato telefônico posterior a falta nos encontros das 12 famílias e as respostas obtidas sempre foram a falta de disponibilidade de horário, devido a atividade laboral familiar, e a desistência de um dos cônjuges em participar da pesquisa.

As entrevistas realizadas com as 8 famílias que constam nesse estudo tiveram duração mínima de 1 hora e 52 minutos e máxima de 2 horas e 34 minutos.

A coleta de dados aconteceu preferencialmente na casa das famílias, com os responsáveis presentes no domicílio, ou no CREAS e seguiu os procedimentos éticos relacionados à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3), e o esclarecimento sobre a participação voluntária e sobre os procedimentos pertinentes em caso de desistência. A pesquisadora solicitou que a entrevista fosse gravada a fim de facilitar a coleta, organização, tratamento e a análise dos dados obtidos.

As entrevistas iniciaram com o preenchimento do questionário sócio demográfico, em seguida, foram feitas as perguntas existentes no roteiro da entrevista semiestruturada. Cartolina, lápis de cor e canetas coloridas foram utilizados para a elaboração do Genograma. Após elaboração dos genogramas, a pesquisadora apresentava os instrumentos na seguinte ordem: PSI, CTSPC, FACES IV e CRPR. Ao final da aplicação dos instrumentos, o material elaborado foi recolhido.

Por fim, depois da saída dos entrevistados, o Diário de Campo era preenchido com informações que foram consideradas relevantes, tais como impressões do ambiente doméstico, no caso de visita domiciliar, e do relacionamento familiar. Essas anotações foram realizadas para auxiliar nas análises de dados obtidos.

4.6. Análise de dados

As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas conforme a técnica de análise de conteúdo categorial temática (Bardin, 1977). A análise temática se caracteriza pela construção de núcleos de sentido, a partir de palavras e mensagens que emergem do texto, cuja presença ou frequência indicam sua pertinência aos objetivos do estudo.

Segundo Bardin (1997), a análise de conteúdo é composta de três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e a interpretação. A pré-análise consiste na escolha dos documentos que serão analisados, além da construção de indicadores que orientarão a interpretação. É realizada por meio de leituras

flutuantes do conjunto do material, com o objetivo de se deixar impregnar pelos dados; e pela constituição do *corpus*, ou seja, a seleção e organização do material para a análise. Na exploração do material, codifica-se os dados brutos em busca de núcleos de compreensão do texto. Na fase de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, realiza-se a descrição e a análise dos dados, a fim de compreender os conteúdos manifestos e latentes, integrando-os com a perspectiva teórica escolhida pelo pesquisador.

Os dados obtidos pelos Genogramas foram analisados a fim de buscar semelhanças e diferenças entre eles, bem como identificar padrões relacionais de violência e ciclos intergeracionais da violência.

As respostas dos instrumentos aplicados foram codificadas com o auxílio do programa estatístico SPSS-17.0 for Windows (*Statistical Package For The Social Sciences*), se estabelecendo escores em cada um dos fatores de análise. Os dados foram tratados por meio de análises descritivas (frequência, médias, desvio padrão).

4.7. Aspectos éticos

Os aspectos éticos foram embasados nas resoluções nº 196, de 10 de outubro de 1996, e nº 251 de 05 de agosto de 1997, ambas do Ministério da Saúde. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC) e aprovado (Número do Parecer: 167.649; Data da Relatoria: 26/11/2012). Os princípios éticos da pesquisa concernem à proteção dos direitos, bem-estar e dignidade dos participantes. O Código de Ética do Conselho Federal de Psicologia de 08/2005 dispõe sobre a realização de pesquisas em Psicologia com seres humanos e destaca a importância da observação destes aspectos.

Consideraram-se todos os procedimentos éticos e os participantes foram voluntários. Os participantes foram informados, antes do início da coleta de dados, no momento da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sobre a garantia de anonimato, a participação voluntária e sobre os procedimentos que deveriam ser tomados em caso de desistência, em qualquer fase da pesquisa. Foram assinadas duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 3). Uma via do Termo de Consentimento, contendo estas informações e os dados para contato com os pesquisadores, ficou de posse do participante para garantir a liberdade de participação.

O mesmo procedimento foi seguido com relação à Instituição participante. Após o término da pesquisa, será oferecida uma palestra

para os profissionais do CREAS participante, ministrada pelo pesquisador, com o objetivo de apresentar os resultados do estudo.

5. Resultados

Os resultados estão divididos em três partes: Caracterização das Famílias, Análise do conteúdo a partir do Sistema de categorias e Resultados Coletivos dos Instrumentos. A primeira parte apresenta os dados sociodemográficos, a estrutura e a composição familiar (através do Genograma), a dinâmica familiar, a violência, a denúncia, o encaminhamento ao CREAS e os resultados dos instrumentos aplicados. A segunda parte apresenta as categorias, subcategorias e elementos de análise construídos a partir das transcrições das entrevistas. A última parte apresenta as relações entre os dados quantitativos e qualitativos.

5.1. Caracterização das Famílias Entrevistadas

5.1.1. Família A

Os dados a seguir foram fornecidos pela genitora, Ana.

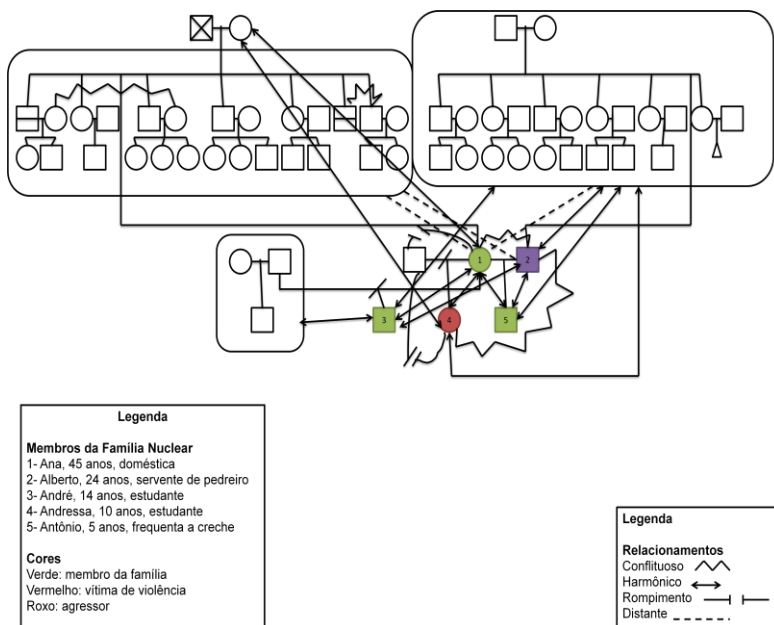


Figura 3. Genograma da Família A

Dados Sociodemográficos

Trata-se de uma família recasada composta por 5 pessoas (coloridas na Figura 3). Ana² tem 45 anos e possui 3 filhos. André é o filho mais velho, que tem 14 anos e cursa a oitava série do ensino fundamental, Andressa tem 10 anos e cursa o quinto ano e Antônio tem 5 anos e frequenta a creche. Todos vão à escola no período matutino. A genitora possui um companheiro, chamado Alberto, cuja idade é 24 anos. Ele é pai do filho mais novo.

Ana e Alberto possuem ensino fundamental completo. A mãe trabalha em período integral como doméstica e recebe R\$700,00 e o companheiro trabalha como servente de pedreiro em período integral e recebe R\$1400,00, sendo assim, a renda familiar mensal consiste em R\$2100,00. A família reside em uma casa própria de madeira que possui 5 cômodos: dois quartos, um banheiro, uma cozinha e uma área de serviço.

As famílias de origem de Ana e de Alberto residem na mesma cidade. A origem étnica familiar de Ana é italiana. A mãe não soube precisar a origem étnica da família do seu companheiro.

Estrutura e Dinâmica Familiar

Ana afirmou que o relacionamento entre os membros da família é harmônico. Entretanto, após realizar algumas perguntas mais aprofundadas verificou-se que há conflito entre Alberto e Andressa, bem como conflito conjugal. Ana relatou episódios de violência conjugal entre o casal.

Ana possui sete irmãos, sete cunhadas e 13 sobrinhos. O relacionamento com sua família é distante, porém ela mantém contato com sua mãe. O seu pai faleceu há 30 anos devido a uma úlcera gástrica.

Alberto possui seis irmãos, seis cunhadas e 9 sobrinhos. O relacionamento dele com a sua família é considerado harmônico. O relacionamento do casal com a família do seu cônjuge é distante. As crianças tem um relacionamento harmônico com a família de Alberto, porém distante da família de Ana. Apenas Andressa tem um relacionamento mais próximo com a avó materna.

O relacionamento de André com seu pai biológico, e sua nova família, foi considerado harmônico. Ana mantém um relacionamento harmonioso com o pai de André. Contudo, Ana e Andressa não têm contato com o pai biológico da menina.

² Os nomes apresentados neste estudo são fictícios para preservar a identidade dos participantes da pesquisa.

A denúncia

No ano de 2008, a família foi atingida pela catástrofe no Vale do Itajaí e sua residência foi condenada pela Defesa Civil. Sendo assim, na época da denúncia, a família residia num Abrigo municipal. Segundo prontuário da família no CREAS, a denúncia teria sido feita ao Conselho Tutelar por outra moradora do Abrigo que presenciara os abusos sexuais de Alberto com Andressa no Abrigo. Concomitantemente, Alberto fez outra denúncia ao Conselho Tutelar relacionada ao trabalho infantil, pois a criança trabalhava na casa de uma vizinha, estimulada pela mãe. Na época da denúncia de agressão sexual, Andressa tinha 9 anos de idade e já estava trabalhando há pelo menos 2 anos na facção.

Após início do acompanhamento pelo Conselho Tutelar, Alberto ameaçou Andressa e, posteriormente, tentou matá-la por asfixia, porém seus gritos chamaram a atenção da mãe que o impediu de consumir o fato. Pode-se considerar, então, que Andressa fora vítima de violência sexual, psicológica, física, além de trabalho infantil. Os agressores foram Alberto (responsável pelos 3 primeiros tipos de violência) e Ana que estimulava o trabalho infantil.

Encaminhamento ao CREAS

O Conselho Tutelar recebeu esta denúncia em 2010 e fez os primeiros atendimentos à família. Eles pediram o afastamento de Lar de Alberto, que foi afastado da residência e a família encaminhada ao CREAS no início de 2011. Entretanto, o casal estava desobedecendo à ordem de afastamento de lar e permanecia na mesma residência no dia da coleta de dados. Na data da entrevista, a família permanecia em acompanhamento no CREAS por uma psicóloga, uma assistente social e uma educadora social.

5.1.2. Família B

Os dados da família B foram fornecidos pelos responsáveis, Beatriz e Bernardo.

Dados Sociodemográficos

Trata-se de uma família recasada composta por 6 pessoas (coloridas na Figura 4). Beatriz tem 35 anos e possui 5 filhos. Bianca é filha mais velha, que tem 16 anos e cursa o segundo ano do Ensino Médio, Bruno tem 13 anos e cursa a sétima série do Ensino Fundamental, Beto tem 5 anos e frequenta a creche e Bruna que tem apenas 7 meses de idade e permanece em casa. Os três filhos mais velhos frequentam a escola no período matutino. A genitora possui um companheiro, Bernardo, de 47 anos que é pai de Bruna.

Beatriz possui ensino fundamental completo e Bernardo completou a sétima série do ensino fundamental. A mãe trabalha em casa como costureira e o companheiro é pintor autônomo. A renda familiar mensal varia entre R\$3000,00 e R\$5000,00. A família reside em uma casa de madeira alugada que possui 9 cômodos: três quartos, um banheiro, uma cozinha, uma sala, uma garagem, uma área de serviço e uma dispensa.

As famílias de origem do casal residem no município em que a entrevista foi realizada. A origem étnica familiar de Beatriz é indígena e a de Bernardo é indígena, italiana e polonesa.

Estrutura e Dinâmica Familiar

O relacionamento entre os membros da família é harmônico. Entretanto, há conflito entre Bianca e Bruno. Beatriz possui nove irmãos, nove cunhados e 22 sobrinhos. O relacionamento com sua família é harmônico e ela é mais próxima da irmã que nasceu antes dela. Os seus pais são separados e ela mantém contato e um relacionamento harmônico com ambos. Bernardo possui treze irmãos, sendo três falecidos, oito cunhados e 21 sobrinhos. O relacionamento dele com a sua família é harmônico. Beatriz possui um relacionamento mais próximo com a irmã de Bernardo que é mais jovem que ele e foi esta irmã quem apresentou o casal, um ao outro. O relacionamento da família com suas respectivas famílias de origem é harmônico.

Beatriz possui mais um filho de 19 anos que não reside com a família. Seu nome é Bento e seu pai biológico é pai de Bianca, Bruno e Beto. Bernardo também tem outras filhas de um relacionamento anterior. Berenice tem 25 anos, Branca tem 23 anos e Bela de 18 anos. O relacionamento entre todos os filhos é harmônico. Os filhos de Beatriz, os filhos de Bernardo e Bruna possuem relacionamento harmônico.

O relacionamento dos quatro filhos mais velhos de Beatriz com o pai biológico foi considerado harmônico. Entretanto, Beatriz não possui mais contato com o ex-marido (rompimento) uma vez que sofreu vários episódios de violência física e uma tentativa de assassinato do mesmo. Bernardo, por sua vez, possui um relacionamento distante com a ex-esposa.

A denúncia

No início do ano de 2012, Beatriz estava em casa com as crianças e mandou Bruno e Beto tomarem banho, após brincarem no quintal. Ela escutou Beto gritando no banheiro, foi até o cômodo e viu Bruno com o pênis ereto. Após conversar com Beto, o mesmo revelou a mãe que o irmão teria tentado colocar o pênis em seu ânus. Beatriz bateu em Bruno que foi contar ao pai biológico que apanhara da mãe. O pai biológico denunciou o episódio de agressão física ao Conselho Tutelar. Beatriz compareceu ao Conselho Tutelar e falou sobre a tentativa de abuso sexual do irmão mais velho para com o irmão mais novo.

Pode-se considerar, então, que Bruno sofreu violência física cometida pela mãe e Beto sofreu tentativa de abuso sexual cometida pelo irmão Bruno.

Encaminhamento ao CREAS

Após a denúncia, a família foi encaminhada ao CREAS em março de 2012 e na data da entrevista, a família permanecia em acompanhamento por uma psicóloga, uma assistente social e uma educadora social.

5.1.3. Família C

Os dados da Família C foram fornecidos por Carolina, mãe das crianças.

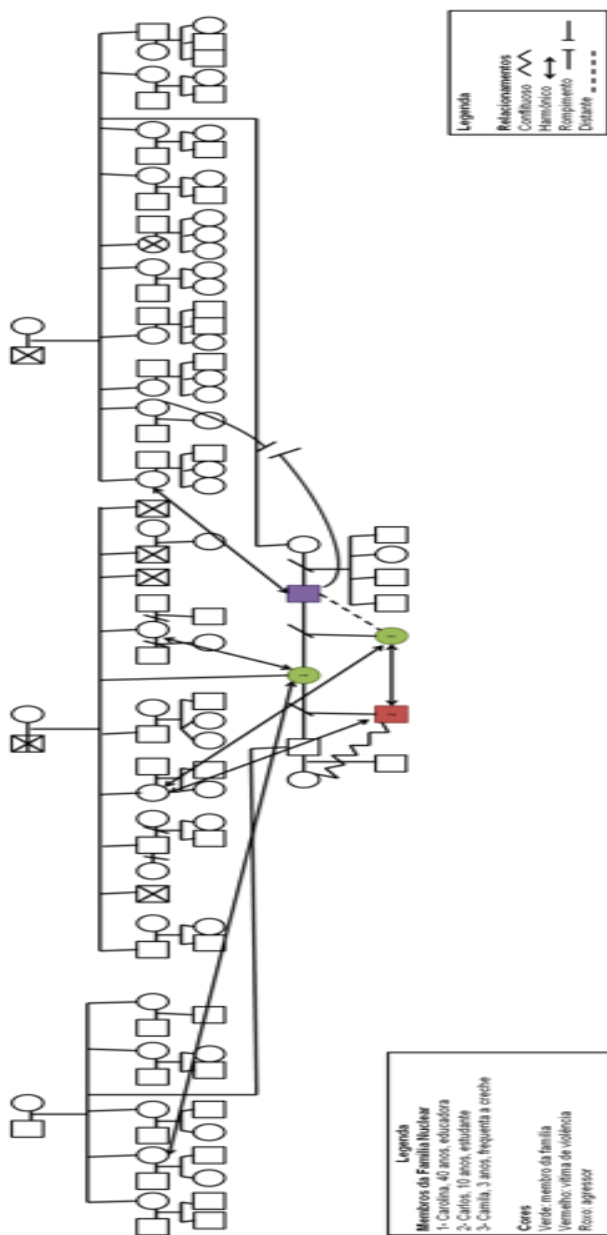


Figura 5. Genograma da Família C

Dados Sociodemográficos

Trata-se de uma família monoparental chefiada pela mãe e composta por 3 pessoas (coloridas na Figura 5). Carolina tem 40 anos e possui 2 filhos. Carlos é o filho mais velho, que tem 10 anos e cursa o quinto ano do ensino fundamental e Camila que tem 3 anos e frequenta a creche. Estas duas crianças são filhos de pais diferentes. O pai de Carlos se chama Cesar e o pai de Camila se chama Cássio. Os filhos frequentam as instituições de ensino no período matutino e no período vespertino ficam na casa de uma tia materna.

Carolina possui ensino superior incompleto e trabalha como educadora em um Abrigo Municipal. A renda familiar mensal é de R\$1200,00 e a família reside em uma casa própria de alvenaria que possui 10 cômodos: três quartos, dois banheiros, uma cozinha, duas salas, uma garagem e uma área de serviço. A origem étnica familiar de Carolina é italiana e portuguesa.

Estrutura e Dinâmica Familiar

O relacionamento entre os membros da família é harmônico. Carolina possui nove irmãos, sendo três falecidos, dez cunhados e onze sobrinhos. O relacionamento com sua família é harmônico e ela é mais próxima da irmã que mais nova. Seu pai era alcoolista e faleceu há 6 anos devido a uma insuficiência respiratória. As crianças são próximas a uma irmã de Carolina, terceira filha, que cuida dos mesmos quando a mãe não está presente.

Carlos, o filho mais velho, possui um relacionamento harmônico com o Cesar e com o irmão por parte do pai, porém tem conflitos com a madrasta. Esta última já o agrediu fisicamente algumas vezes. Camila possui um relacionamento distante com Cássio. Ela possui três irmãos mais velhos por parte do pai com quem mantém um relacionamento harmônico.

Carolina não possui nenhum relacionamento com a família do pai de Cássio (rompimento). Entretanto, tem relacionamento harmônico com a família de Cesar. Ela e os filhos mantêm uma amizade bem próxima de uma das irmãs de Cesar uma vez que as famílias são vizinhas. Sra. Carolina relatou episódios de violência conjugal com os dois ex-maridos, pais de seus filhos.

A denúncia

No início do ano de 2012, Carolina compareceu ao Conselho Tutelar e denunciou episódios de violência psicológica e física que

Dados Sociodemográficos

Trata-se de uma família nuclear, composta por 3 pessoas (coloridas na Figura 6). Daniela tem 24 anos e Daniel tem 28 anos. O filho do casal, Douglas, tem 6 anos e cursa o primeiro ano do ensino fundamental no período vespertino.

Daniela possui ensino fundamental completo e trabalha como bordadeira no terceiro turno. Daniel trabalha como auxiliar de bordado na mesma empresa que a esposa, porém no segundo turno. A renda familiar mensal é de R\$2600,00 e a família reside em uma casa alugada de alvenaria que possui 8 cômodos: dois quartos, um banheiro, uma cozinha, uma sala, uma garagem, uma varanda e uma área de serviço.

As famílias de origem do casal residem em outro município do Oeste de Santa Catarina, apenas os dois irmãos mais velhos de Daniela residem no município em que a entrevista foi realizada. A origem étnica familiar de Daniela é italiana e alemã e a de Daniel é italiana.

Estrutura e Dinâmica Familiar

O relacionamento entre os membros da família é harmônico. Contudo, percebe-se que embora o casal apresente um relacionamento, aparentemente harmônico, tem poucos momentos de convivência devido aos horários de trabalho de cada um. Conforme relato do casal, caso convivessem mais acham que brigariam mais, portanto, considera-se o relacionamento conjugal seja vulnerável.

Daniela possui quatro irmãos, dois cunhados e 3 sobrinhos. O relacionamento com sua família de origem é harmônico. Daniel possui 4 irmãos, 4 cunhados e 5 sobrinhos. O relacionamento com sua família de origem também é harmônico. O relacionamento de cada um do casal com a família de origem do cônjuge é harmônico uma vez que as famílias são vizinhas no Oeste de Santa Catarina e se conhecem há muitos anos.

A denúncia

No final de 2010, Daniela foi buscar Douglas que dormia na casa de sua irmã. Ao chegar à residência, ela foi informada que o filho tinha feito as necessidades biológicas na cama. Em casa, Daniela perguntou ao filho o que havia acontecido e Douglas informou que o sogro da tia tinha introduzido o dedo em seu ânus. No mesmo dia, Daniela denunciou a situação ao Conselho Tutelar que realizou os primeiros atendimentos e encaminhamentos. O exame de corpo delito confirmou o abuso sexual.

Encaminhamento ao CREAS

Após a denúncia e os exames necessários, a família foi encaminhada ao CREAS e na data da entrevista, a família permanecia em acompanhamento por uma psicóloga, uma assistente social e uma educadora social.

5.1.5. Família E

Os dados obtidos da Família E foram fornecidos por Eloisa e Emerson.

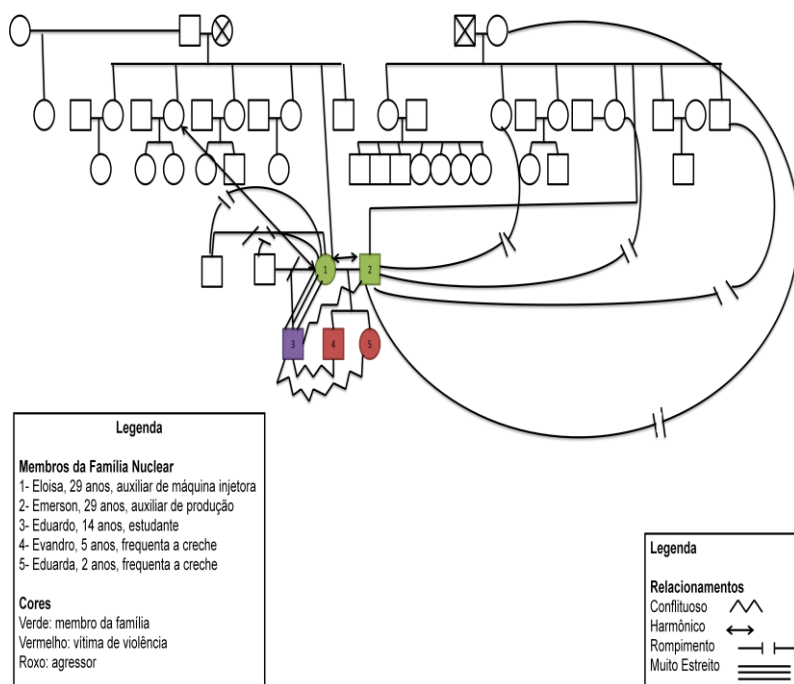


Figura 7. Genograma da Família E

Dados Sociodemográficos

Trata-se de uma família recasada, composta por 5 pessoas (coloridas na Figura 7). Eloisa e Emerson possuem 29 anos. O filho mais velho é fruto da primeira relação conjugal de Eloisa, se chama

Eduardo, tem 14 anos e cursa a sétima série do ensino fundamental. Os dois mais novos são filhos do casal. Evandro tem 5 anos e frequenta a creche e Eduarda tem 2 anos e também frequenta a creche. Os filhos frequentam as instituições de ensino no período matutino.

Eloisa possui ensino fundamental incompleto e trabalha como auxiliar de máquina injetora no primeiro turno. Emerson trabalha como auxiliar de produção no mesmo turno. A renda familiar mensal é de R\$1700,00 e a família reside em uma casa alugada de madeira que possui 9 cômodos: três quartos, um banheiro, uma cozinha, uma sala, uma garagem, uma varanda e uma área de serviço.

As famílias de origem do casal residem em outros municípios de Santa Catarina. A origem étnica familiar Eloísa e de Emerson é indígena.

Estrutura e Dinâmica Familiar

O relacionamento entre os membros da família é conturbado. Eduardo briga muito com os irmãos mais novos. Eloisa não deixa que Evandro coloque os limites em Eduardo, sendo assim, há muito conflito entre ele e o enteado. O relacionamento conjugal é harmônico, entretanto, o casal relatou que houve diversos episódios de violência física conjugal que não ocorrem mais.

Sra. Eloisa possui seis irmãos, cinco cunhados e 3 sobrinhos. A mãe dela faleceu quando a mesma era muito pequena devido a um câncer de pulmão e ela foi abandonada pelo pai. Atualmente, o relacionamento com sua família de origem é harmônico. Ela possui um relacionamento mais próximo com uma irmã mais velha que cuidou dela quando era criança. Sr. Emerson possui 6 irmãos, 4 cunhados e 10 sobrinhos. O pai dele faleceu em 1999 devido a um câncer de estômago. O relacionamento com sua família de origem é conturbado. Ele é rompido com a mãe que sempre o tratou mal, desde criança sofreu violência psicológica e física dela, e com 3 irmãos.

A denúncia

No início de 2011, Eloisa viu Eduardo mexendo nas fraldas dos irmãos. Ao indagar o filho do ocorrido, Eduardo confirmou que manipulou as genitálias dos irmãos e introduziu o dedo na vagina de Eduarda e no ânus de Evandro. Eloisa bateu em Eduardo e procurou o Conselho Tutelar que realizou os primeiros atendimentos e encaminhamentos. O exame de corpo delito confirmou os abusos sexuais.

Encaminhamento ao CREAS

Após a denúncia e os exames necessários, a família foi encaminhada ao CREAS e na data da entrevista, a família permanecia em acompanhamento por uma psicóloga, uma assistente social e uma educadora social. Vale ressaltar que em atendimento, verificou-se que Eduardo também foi vítima de abuso sexual por estranhos.

5.1.6. Família F

As informações da Família F foram fornecidas por Fábيا e Fábio.

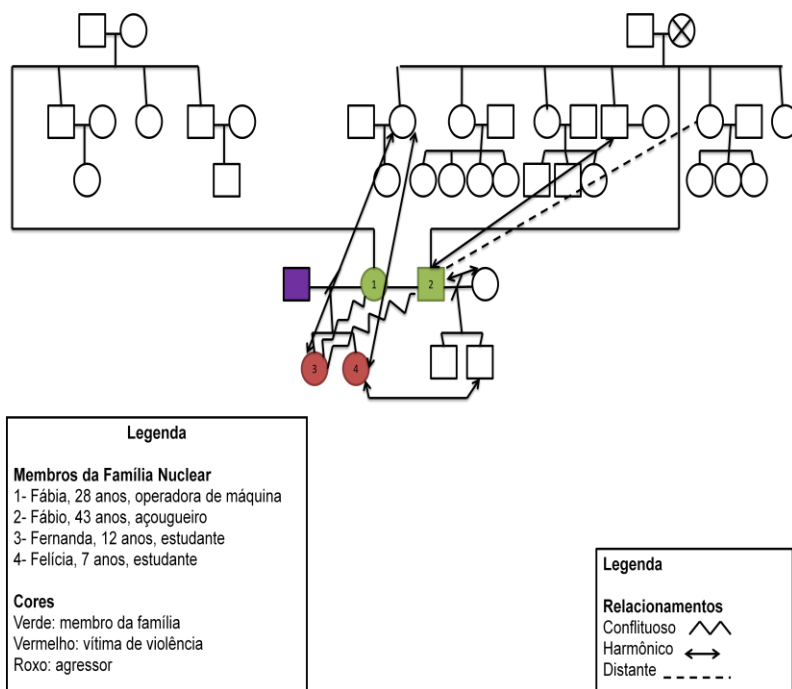


Figura 8. Genograma da Família F

Dados Sociodemográficos

Trata-se de uma família recasada, composta por 4 pessoas (coloridas na Figura 8). Fábيا tem 28 anos e Fábio possui 43 anos. As filhas de Fábيا residem com o casal. A mais velha se chama Fernanda,

tem 12 anos e cursa o sétimo ano do ensino fundamental e a mais nova se chama Felícia, tem 7 anos e cursa o segundo ano do ensino fundamental. As duas frequentam a mesma escola no período matutino.

Fábia possui ensino fundamental completo e trabalha como operadora de máquina no terceiro turno. Fábio possui ensino fundamental incompleto, trabalha como açougueiro durante o dia. A renda familiar mensal é de R\$2100,00 e a família reside em uma casa alugada mista (feita de madeira e de alvenaria) que possui 10 cômodos: três quartos, um banheiro, uma cozinha, duas salas, uma garagem, uma varanda e uma área de serviço.

A família de origem de Fábia reside no mesmo município em que houve a entrevista e a família de origem do Fábio reside em um município do Rio Grande do Sul. A origem étnica familiar de Fábia é italiana e de Fábio é indígena e italiana.

Estrutura e Dinâmica Familiar

O relacionamento entre a filha mais velha e os responsáveis é conflituoso. Eles alegam que Fernanda está entrando na adolescência e, portanto, está mais rebelde. Felícia tem um relacionamento harmônico com todos os membros da família. O relacionamento conjugal é considerado harmônico.

Fábia possui três irmãos, duas cunhadas e 2 sobrinhos. Atualmente, o relacionamento com sua família de origem é harmônico. Fábio possui 6 irmãos, 5 cunhados e 11 sobrinhos. A mãe dele faleceu devido a um câncer de pulmão. Fábio é portador de câncer de rim. O relacionamento com sua família de origem também é harmônico. Ele possui um relacionamento mais próximo ao único irmão do sexo masculino, porém tem um relacionamento distante com a segunda irmã mais nova. Fernanda e Felícia tem um relacionamento bem próximo com a irmã mais velha de Fábio.

Fábia e as filhas tem um relacionamento harmônico com o pai biológico. Fábio também teve um relacionamento anterior com quem teve dois filhos, um filho de 17 anos (Felipe) e outro de 14 anos (Fabiano). Ele possui um relacionamento harmônico com a ex-esposa. Felícia tem um relacionamento próximo com Fabiano.

A denúncia

No início de 2011, o pai biológico de Fernanda e de Felícia foi ao Conselho Tutelar e disse que um irmão de Fábia estava abusando sexualmente das sobrinhas. O Conselho Tutelar retirou a guarda da Fábia e repassou ao pai biológico. Entretanto, o pai bebia, deixava as

filhas sozinhas e batia muito nelas, elas ainda iam à creche e à escola sem tomar banho e sem comer. Após denúncias das instituições de ensino, o pai também perdeu a guarda e as duas foram acolhidas em um abrigo municipal. Após acompanhamento familiar, a guarda foi repassada à mãe e ao padrasto.

Encaminhamento ao CREAS

Após o retorno das filhas para a casa da mãe e do padrasto, a família foi encaminhada ao CREAS e na data da entrevista, a família permanecia em acompanhamento por uma psicóloga, uma assistente social e uma educadora social.

5.1.7. Família G

Os dados a seguir foram obtidos por Gisele e Gustavo.

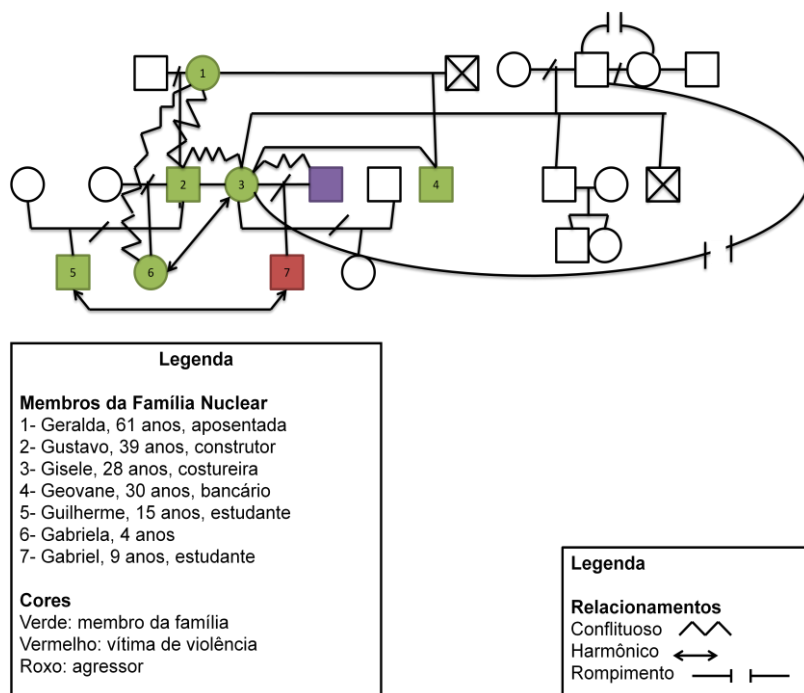


Figura 9. Genograma da Família G

Dados Sociodemográficos

Trata-se de uma família extensa, composta por 7 pessoas (coloridas na Figura 9). Gisele tem 28 anos e Gustavo possui 39 anos. Os filhos de Gustavo residem com o casal. O mais velho se chama Guilherme, tem 15 anos e cursa o primeiro ano do ensino médio e a mais nova se chama Gabriela, tem 4 anos e permanece em casa. O filho mais velho de Gisele também reside com a família, ele se chama Gabriel, tem 9 anos e frequenta o quarto ano do ensino fundamental. Os dois meninos frequentam a mesma escola no período matutino. A mãe e o irmão do Gustavo também residem com a família. Geralda tem 61 anos e é aposentada e Geovane tem 30 anos e é bancário.

Gisele possui ensino fundamental incompleto e trabalha como costureira durante o dia. Gustavo possui ensino fundamental completo e trabalha como construtor. A renda familiar mensal é de R\$9800,00 e a família reside em uma casa própria de alvenaria que possui 12 cômodos: quatro quartos, dois banheiros, uma cozinha, uma sala, uma garagem, duas varanda e uma área de serviço.

A família de origem de Gisele reside no mesmo município em que houve a entrevista e a origem étnica familiar da é alemã. A origem étnica familiar de Gustavo é alemã e italiana.

Estrutura e Dinâmica Familiar

O relacionamento entre a família é conflituoso. O relacionamento conjugal é conflituoso, há presença de agressões verbais e já houve episódios de agressão física. Geralda tem conflitos frequentes com o filho Gustavo e com a neta Gabriela. Gustavo e Geovane possuem um relacionamento considerado harmônico, bem como Guilherme e Gabriel.

Gisele possui dois irmãos, porém um falecido, uma cunhada e 2 sobrinhos. Atualmente, o relacionamento com o irmão e com a mãe é harmônico, contudo, ela não fala com o pai (rompimento). A mãe dela também é rompida com o ex-marido e possui um novo companheiro. Gisele possui outra filha que é criada por sua tia, irmã da sua mãe. A família de origem de Gisele reside no mesmo município em que os dados foram coletados. Gustavo tinha uma irmã gêmea com problemas mentais que faleceu há cerca de 2 anos.

Gustavo tem um relacionamento harmônico com as ex-companheiras, mães de Guilherme e Gabriela. Gisele tem um relacionamento conflituoso com o pai de Gabriel, ele não aceita a separação, e um relacionamento harmonioso com o pai da sua filha.

A denúncia

No final de 2011, Gabriel morava com o pai que proibiu Gisele de visitar o filho. Ela foi ao Conselho Tutelar e um dos conselheiros falou que um sobrinho do pai dele que morava na mesma casa, abusou sexualmente de Gabriel. O Conselho Tutelar repassou a guarda para a Gisele como medida de proteção.

Encaminhamento ao CREAS

Após o abuso sexual, a família foi encaminhada ao CREAS e na data da entrevista, a família permanecia em acompanhamento por uma psicóloga, uma assistente social e uma educadora social.

5.1.8. Família H

Os dados da família H foram fornecidos pelo Heitor e Helena.

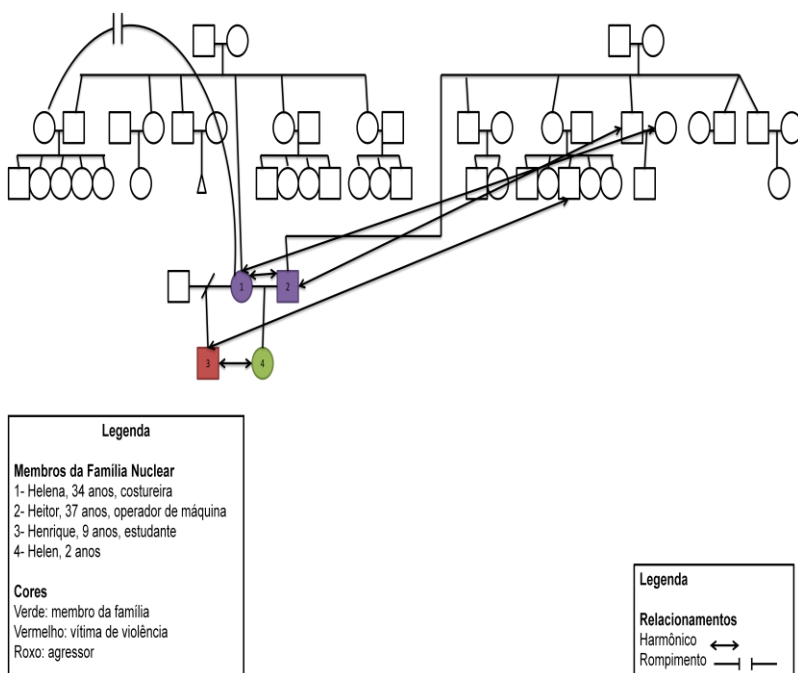


Figura 10. Genograma da Família H

Dados Sociodemográficos

Trata-se de uma família recasada, composta por 4 pessoas (coloridas na Figura 10). Helena tem 34 anos e Heitor possui 37 anos. O filho mais velho de Helena é fruto do primeiro relacionamento dela, se chama Henrique, tem 9 anos e frequenta o terceiro ano do ensino fundamental. A filha do casal se chama Helen, tem 2 anos e não frequenta nenhuma instituição de ensino.

Helena e Heitor possuem ensino fundamental incompleto, ela trabalha como costureira em sua residência e ele trabalha como operador de máquina em uma serralheria. A renda familiar mensal é variável, com valor médio de R\$1700,00, e a família reside em uma casa alugada mista (madeira e alvenaria) que possui 7 cômodos: dois quartos, um banheiro, uma cozinha, uma sala, uma garagem e uma área de serviço.

A família de origem de Helena reside em um município do estado do Paraná e a família de Heitor reside no mesmo município em que houve a entrevista. A origem étnica familiar de Helena é indígena e italiana e a de Heitor é alemã, indígena e italiana.

Estrutura e Dinâmica Familiar

O relacionamento entre a família é harmônico. O relacionamento conjugal é considerado harmônico, porém já houve episódios de agressão verbal. O relacionamento entre os filhos é harmônico.

Helena possui cinco irmãos, cinco cunhados e 14 sobrinhos. Atualmente, o relacionamento com a sua família é harmônico, exceto com uma das cunhadas que ela rompeu relações. Heitor também tem cinco irmãos, cinco cunhados e 9 sobrinhos. Ele possui um relacionamento harmônico com a sua família e um relacionamento mais próximo com o terceiro irmão mais novo.

Helena e Henrique não possuem contato com o pai biológico do menino (rompimento).

A denúncia

No início de 2012, Henrique frequentava um serviço especializado disponibilizado pelo município para crianças com dificuldades de aprendizagem. A família não levava o menino aos atendimentos, portanto, a situação foi encaminhada ao Conselho Tutelar e verificou-se que os responsáveis eram negligentes com o menino.

Encaminhamento ao CREAS

Após orientação do Conselho Tutelar e constatação de negligência dos responsáveis, a família foi encaminhada ao CREAS e na

data da entrevista, a família permanecia em acompanhamento por uma psicóloga, uma assistente social e uma educadora social.

5.2. Sistema de Categorias

No Quadro 1, a seguir, visualizam-se os dados **ESTRUTURAIS** das famílias participantes, tais como as características sociodemográficas das famílias, tamanho, tipo de família, quem eram as famílias e origem étnica e cultural.

Quadro 1. Apresentação das subcategorias e elementos referentes à categoria estrutura familiar.

Categoria	Subcategoria	Elementos de Análise
ESTRUTURA FAMILIAR	Dados sociodemográficos	Nomes Idades Escolaridade Ocupação Moradia
	Tamanho da família	Número de membros da família
	Tipo de família	Nuclear Extensa Monoparental Recasada
	Quem é a família	Gerações Família ampliada Parentes por afinidade
	Origem étnica/cultural	Descendência Locais de Origem

Nos **dados sociodemográficos**, incluíram-se os nomes, idades, escolaridade, ocupação, tipo de moradia e datas importantes para as famílias, como nascimentos, falecimentos, casamentos e divórcio.

Em **tamanho da família**, incluíram-se os dados referentes à quantidade de pessoas consideradas como família pelos informantes e citadas no Genograma. No Genograma dessas famílias, foram incluídos de 22 a 146 integrantes.

O **tipo de família** apontou a família recasada como a mais frequente nas famílias participantes, porém a família nuclear, a extensa e a monoparental chefiada pela mãe também apareceram no estudo.

Em **quem é a família**, descreveram-se os membros considerados pelos informantes como parte da família e sua vinculação com a família nuclear. Nessas famílias, incluíram-se os membros consanguíneos, adotivos, aqueles provenientes de casamentos e recasamentos, assim como membros da terceira geração.

A última subcategoria da categoria estrutura englobou a **origem étnico cultural** das famílias foi constituída pelos locais de origem dos membros familiares e descendência dos mesmos. Os locais de origem descritos pelos participantes foram municípios do estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A descendência presente nas famílias entrevistadas foi indígena, portuguesa, italiana e alemã. Apesar de serem consideradas as influências destas características no desenvolvimento familiar e infantil, nesta pesquisa, este tema não foi discutido.

No Quadro 2, explicitam-se as características concernentes à **DINÂMICA** das famílias participantes deste estudo. Nesta categoria, abarcaram-se os aspectos que aludem aos padrões de relacionamento: nas famílias de origem dos casais, de cada cônjuge com sua respectiva família de origem, de cada cônjuge com a família de origem do parceiro, durante a formação do casal, o relacionamento conjugal atual e anterior e o relacionamento intrafamiliar.

Quadro 2. Apresentação das subcategorias e elementos referentes à categoria Dinâmica Familiar

Categoria	Subcategoria	Elementos de Análise
DINÂMICA FAMILIAR	Relacionamento nas Famílias de Origem	Relacionamento Harmônico Relacionamento Conflituoso Rompimento
	Relacionamento com as Famílias de Origem	Relacionamento Harmônico Relacionamento Distante Relacionamento Conflituoso Rompimento
	Relacionamento com a Família do Cônjuge	Relacionamento Harmônico Relacionamento Distante Relacionamento Rompido
	Formação do Casal	Namoro/Noivado Casamento/União
	Relacionamento Conjugal	Relacionamento Harmônico Relacionamento Conflituoso sem Episódios de Violência Física Relacionamento Conflituoso com Episódios de Violência Física Rompimento
	Relacionamento Familiar	Relacionamento Harmônico Relacionamento Conflituoso

Na subcategoria **relacionamento na família de origem**, incluíram-se os padrões de relacionamento mantidos entre os membros das famílias de origem dos cônjuges. Os principais padrões de relação entre os avós e tios das famílias estudadas foram: o relacionamento harmônico, relacionamento conflituoso e rompimento.

Daniel – É boa. Todo mundo se dá bem. (FD)

Ana – Esse que é solteiro, ele briga com um irmão por causa desse negócio de bebida. (FA)

Beatriz – Ela (mãe do seu ex-marido) não fala direito com as filhas. Mesmo depois do AVC, ela não fala com a filha G. (FB)

O **relacionamento com a família de origem** trata das relações existentes entre cada cônjuge com sua família de origem. Os padrões de relação manifestados no Genograma foram: o relacionamento harmônico, relacionamento conflituoso, rompimento e relacionamento distante. Vale ressaltar que alguns participantes relataram episódios de violência psicológica e física.

Ana – Depois que aconteceu tudo aquilo (abuso), eu não, eu tive distância deles. (FA)

Emerson – A gente só fala com a família da Li., da Lo. e do W. Com a minha mãe e com os meus outros irmãos a gente não se fala. (FE)

Fábio – É bem boa também. A gente se fala sempre, até ontem o G. me ligou. A única que eu sou mais distante é a Z. Eu e o G. sempre estamos nos falando, ele é meu amigo além de irmão. (FF)

Gisele – Os meus pais são separados há quase 2 anos. Eu não falo com o meu pai, eu e a minha mãe não falamos com ele. (FG)

Helena – É boa. Só não me dou coma a esposa do meu irmão mais velho. Ela não se dá com ninguém da família... Agente só não se fala. (FH)

No **relacionamento com a família do cônjuge**, ressaltaram-se os relacionamentos entre um cônjuge e a família do seu companheiro. Os tipos de relacionamento que apareceram foram: relacionamento harmônico, relacionamento vulnerável, relacionamento distante e o relacionamento rompido.

Na Família C constatou-se que a mãe da criança mencionou ter mantido uma relação com a família de seu ex-marido, pai de Carlos, melhor do que quando esteve casada com ele, mantendo um relacionamento harmônico com os padrinhos de seu filho, que pertencem a esta família. Por outro lado não mantém nenhuma relação com os parentes de sua filha Camila.

Carolina – É como se eu nunca tivesse sido separada dele. Eu me dou melhor com eles hoje do que quando era casada com ele. (FC)

Carolina – Eu não falo mais com eles. O pai dela falou para eu esquecer que eles existem. (FC)

Na Família A, a relação com a família do parceiro é distante como se constata na fala a seguir.

Ana – A gente quase não se vê, dificilmente se fala, ele (Alberto) que vai lá visitar eles de vez em quando. (FA)

Na família G a relação parece vulnerável. A entrevistada dá a entender que se permanecesse mais tempo em casa, haveria conflito entre ela e a família do cônjuge.

Gisele – É boa, eu nunca paro em casa e não brigo com eles. (FG)

Na **formação do casal**, incluíram-se as informações a respeito do namoro e noivado e do casamento e união do casal. Em *namoro e noivado*, ressaltaram-se dados sobre o tempo de conhecimento dos cônjuges e o tempo de duração de cada uma dessas fases. Pode-se observar que dentre as oito famílias, seis relacionamentos surgiram de maneira rápida e o tempo de namoro desses casais até a união ou casamento foi muito pequeno, aproximadamente 3 meses.

Bernardo – Através da minha irmã, da Vani, elas eram amigas e daí ficamos um olhando para o outro até que lá na frente de casa aconteceu. (FB)

Fábio – A gente se conheceu há uns 5 anos, depois de uma semana fomos morar juntos. A gente se conheceu através de uma amiga dela que nos apresentou. (FF)

Heitor – Em Guarapuava, a gente trabalhava na plantação, colhendo batatinha. Aí no final de semana eu chamei ela pra almoçar lá em casa. Daí na semana seguinte eu aluguei uma casinha e ela veio morar comigo.” (FH)

A **subcategoria relacionamento conjugal** trata das relações existentes entre os casais que permanecem juntos ou já separados. Os padrões de relação observados no Genograma foram: Relacionamento Harmônico, Relacionamento Conflituoso sem episódios de violência, Relacionamento Conflituoso com episódios de violência e Rompimento.

O relacionamento harmônico é caracterizado pela presença de diálogo sem nunca ter havido agressão física. Este tipo de relacionamento é relatado pelo casal da Família B.

Beatriz – 100% (referindo-se à qualidade do relacionamento).

Bernardo – É que a gente procura sempre conversar. Para um casal se dar bem tem que ter diálogo.

Beatriz – Não. (referindo-se à ausência de agressão física)

Bernardo – Nunca. (referindo-se à ausência de agressão física) (FB)

Beatriz relatou o relacionamento que possui com o ex-marido, relacionamento conflituoso com presença de violência.

Beatriz – Sem conversa, ele não fala comigo. Eu tento conversar com ele, eu ligo pra ele, mas ele não me atende, desliga o telefone na minha cara. Quando eu morava com ele, qualquer discussão que a gente tinha, ele dizia pra eu ir embora. Até que eu fui... Teve um dia que ele me espremeu e me jogou na parede. Ai depois disso eu sai de casa, depois eu arrumei ele. Aí veio o ciúme que foi quando ele foi na porta da minha casa armado (se referindo ao episódio de ameaça de morte). (FB)

Na Família A o relacionamento conjugal é relatado como sendo conflituoso, com a presença de violência física e psicológica.

Ana – Não. Só uma vez quando ele não podia entrar dentro de casa, eu tirei ele de casa com cabo de vassoura...Só de xingamentos... Ah, vai catar coquinho, vai ver se eu to na esquina, burro, chato (exemplificando os xingamentos). (FA)

Nas Famílias E e G houve relato da existência de um relacionamento conflituoso sem episódios de violência física, porém essa já existiu e cessou.

Gisele – A gente briga muito.

Gustavo – Já, várias vezes (episódios de violência física), mas agora a gente conversou e disse que não ia mais fazer isso. Há mais de um ano (tempo sem haver episódios de violência). (FG)

Emerson – Hoje é bom mas teve uma época que foi bem difícil. Muitas vezes tava difícil por causa do Eduardo, que ele tava muito agitado, muito respondão. Daí eu passava pra ela tomar uma atitude, mas nada acontecia. Daí dava vontade de sair de casa e não voltar mais.

Eloisa – Quando eu casei com o Emerson ele vivia me batendo (violência física), mas daí de tanto a gente conversar e depois que ele viu que eu não ia mais perdoar ele, ele parou. Mas eu acho errado que o pai dele cuidou dele desse jeito.” (FE)

O relacionamento familiar trata dos padrões de relacionamento entre os membros familiares que convivem na mesma residência. O relacionamento harmônico e o relacionamento conflituoso foram os relatados pelas famílias.

Na Família A houve o relato de relacionamento conflituoso entre o padrasto e os filhos.

Ana – Ah, um discute com o outro. (FA)

Na Família E aparece conflito entre irmãos que se reconciliam com beijos e abraços, além de conflito entre a mãe e um filho na adolescência.

Eloisa – Eles brigam muito, a diferença de idade é muito grande. A gente sempre fica de olho. O Eduardo tá bem rebelde, respondão. O Eduardo bate nos irmãos menores. Ele me xinga, fala palavrão pra mim.

Emerson – E os dois pequenos é assim, o Evandro tá com um brinquedo e ela quer. Daí a Eduarda bate no Evandro pra pegar o brinquedo e ele revida. Daí a gente tem que intervir né. Mas os três depois, a gente vê se beijando e se abraçando. (FE)

A Família G afirmou existir um relacionamento conflituoso entre gerações. A avó tem conflito com o próprio filho e com a neta.

Gustavo – Não, só às vezes minha mãe briga com a minha filha. Ela que cuida mais das crianças daí ela passa o dia todo correndo atrás da menina, pelas coisas erradas que ela faz.

Gisele– A mãe dele mimia muito as crianças, eu acho isso errado. Ela também briga muito com o Gustavo e ele não respeita mãe, xinga a mãe, fala palavrão pra ela... (FG)

Na Família F e H, houve relatos de relacionamento harmônico entre os membros familiares.

Fábia – Boa.(FF)

Heitor – É bem boa (se referindo ao relacionamento entre todos os membros da família)... Eles brincam bastante (relatando o relacionamento entre irmãos). (FH)

A Dinâmica Familiar é caracterizada pelos relacionamentos entre os membros das famílias. Pode-se observar que os relacionamentos entre os integrantes das famílias, em sua maioria, apresentou algum tipo de conflito familiar, sendo que em algumas há violência física ou psicológica. Apenas nas Famílias D e H não houve presença de conflito.

No Quadro 3, explicitam-se as características concernentes à REDE SOCIAL SIGNIFICATIVA. Nesta categoria, abarcaram-se as pessoas significativas dentro e fora da família e que de alguma forma ajudam os membros familiares.

Quadro 3. Apresentação das subcategorias e elementos referentes à categoria Rede Social Familiar

Categoria	Subcategoria	Elementos de Análise
REDE SOCIAL SIGNIFICATIVA	Pessoas Significativas dentro da Família	Mãe de um dos cônjuges Família do cônjuge do sexo masculino Irmãos dos cônjuges Apoio entre o casal Não há
	Pessoas Significativas Fora da Família	Não há Igreja Vizinhos Patrões

Na subcategoria **Pessoas Significativas Dentro da Família** apareceram pessoas que fazem parte do sistema familiar nuclear e componentes da família extensa: a mãe de um dos cônjuges, irmãos dos cônjuges, toda a família de cônjuge do sexo masculino, o apoio entre o casal e a ausência de pessoas significativas.

As Famílias A e E relataram não poder contar com ninguém, ausência de rede de apoio familiar, sendo que a última afirmou que há apoio entre o casal.

Emerson – Ninguém. Só um com outro (se referindo ao casal). (FE)

No entanto, as demais famílias relataram poder contar com algum membro da família extensa já mencionados acima.

Gustavo – Com a minha família. (FG)

Na subcategoria **Pessoas Significativas Fora da Família** apareceram as pessoas ou instituições significativas que não fazem parte da família: a maioria das famílias relatou ausência de pessoas fora da família. Apenas três famílias (B, C e F) relataram a igreja, vizinhos e patrões.

Beatriz – Minha sogra, com meus irmãos e meus patrões. São pessoas que estão sempre à disposição. (FB)

Carolina – Dos meus irmãos qualquer um, vizinhos também, a irmã do pai do meu filho que é madrinha dele e a família dele. (FC)

Fábio – O pessoal da Igreja, o Carlinhos e o pastor. (FF)

A categoria Rede Social Significativa apontou que as Famílias possuem poucas pessoas como rede social. Sendo assim, verifica-se através desses dados que existe isolamento social dos membros familiares.

No Quadro 4 explicitam-se os contextos frequentados pelos genitores ou responsáveis e pelas crianças.

Quadro 4. Apresentação das subcategorias e elementos referentes à categoria Contextos Frequentados

Categoria	Subcategoria	Elementos de Análise
CONTEXTOS FREQUENTADOS	Locais frequentados pelos genitores/responsáveis	Trabalho Casa Casa de parentes Igreja
	Locais frequentados pelas crianças	Instituição de ensino Casa Casa de parentes Igreja Projetos do município

Na subcategoria **Locais frequentados pelos genitores ou responsáveis** destacam-se os ambientes em que os pais ou responsáveis das crianças costumam frequentar: casa, trabalho, casa de parentes e igreja.

Carolina – Eu vou na igreja, no trabalho e casa e aí nos finais de semana eu curto mais os filhos e vou pra casa da mãe, às vezes eu ainda vou pro centro pra brincar e dar uma volta com eles. (FC)

Na subcategoria **Locais frequentados pelas crianças** destacam-se os ambientes em que os filhos costumam frequentar: casa, instituição

de ensino (escola ou creche), casa de parentes, igreja e projetos do município.

Beatriz – A gente sempre vai na Igreja Católica aqui da Matriz. A Bianca vai na escola e trabalha comigo. O Bruno vai pra escola, está no projeto de esportes do SESI e faz capoeira. O Bento só vai pra creche e a Bruna fica em casa. A gente sempre faz aquilo que os filhos gostam, a gente viaja, vai pescar. (FB)

A Categoria Contextos Frequentados também demonstrou que os membros familiares possuem isolamento social. Percebe-se que os contextos diferentes do dia-a-dia de cada membro familiar da maioria das famílias foram introduzidos após a intervenção dos profissionais do CREAS.

No Quadro 5, estão descritos as práticas educativas utilizadas na educação de 3 diferentes gerações: educação dos avós, educação dos pais e educação das crianças.

Quadro 5. Apresentação das subcategorias e elementos referentes à categoria Práticas Educativas

Categoria	Subcategoria	Elementos de Análise
PRÁTICAS EDUCATIVAS	Educação dos avós das crianças	Práticas educativas violentas Não há reconhecimento de atos corretos Não há informações
	Educação dos pais das crianças	Práticas educativas violentas Não há reconhecimento de atos corretos Educação relacionada ao trabalho infantil Crianças ganhavam algo em troca quando faziam coisas certas (apenas 1 família)
	Educação das crianças	Práticas educativas violentas Castigos como punição Conversas para educação Reconhecimento de atos corretos

Com relação à **Educação dos avós das crianças** vítimas de violência pode-se observar que a maioria das famílias não sabia das práticas educativas utilizadas na educação dos avós, o que pode sugerir a ausência de diálogo transmissão dessas informações de uma geração para outra.

Ana – Não sei (sobre a educação que os avós receberam), eu não conheci os meus avós e meus pais não falavam sobre isso. (FA)

As Famílias abaixo relataram a presença de práticas educativas coercitivas com a presença de violência física na educação dos avós das crianças, além da falta de reconhecimento de atos corretos por parte dos genitores desses avós.

Carolina – Foi bem rígida também. Com aquele rabo de tatu, um negócio de couro trançado pra bater. E a minha mãe perdeu os pais quando tinha 7 anos e ela ficou cuidando de um irmão deficiente. Aí um tio pegou ela pra criar. Ele batia muito neles, chegava a tirar sangue e eles ficarem caídos no chão. (FC)

Heitor – Era à base de “Soitera”³. Os dois apanhavam.

Helena – Os meus era à base de pau.

Pesquisadora – E quando eles faziam coisas certas?

Sr. Heitor – Não acontecia nada, naquela época as coisas eram bem rígidas. (FH)

Na **Educação dos pais**, observa-se que todas as famílias verbalizaram práticas educativas violentas e apenas uma família relatou algum tipo de gratificação quando há comportamento desejado.

Eloisa – Depois dos 5 anos, eu vivia na casa de famílias, sendo babá né. Se eu fizesse coisa errada, a mulher me batia, esfregava o pano na minha cara (...) Não tinha nenhum reconhecimento, não acontecia

³ Instrumento advindo do verbo açoitar.

nada, nem obrigada.(quando havia o comportamento desejado)

Emerson – Meu pai pisava no meu pescoço, chegava a saltar o olho pra fora, quando eu fazia algo errado. Tinha que pedir perdão e jurar que não ia fazer mais, mesmo se não era você quem tinha feito. Se não fizesse isso, ele pisava no pescoço, puxava pela perna e batia com rabo de tatu, fio de luz, reator. A minha mãe era com pedaço de pau, panela, tudo o que ela tinha na mão ela jogava. Eu apanhava de sair sangue. Eu ia pro colégio com os braços e as pernas tudo marcado e com blusa pra tentar esconder. E foi assim até meu pai morrer, quando eu tinha 13 anos. (FE)

Carolina – Nós éramos em muitos filhos, nós fomos educados com a varinha na bunda porque era bem mais difícil. Com sete anos eu comecei a ir pra roça com os pais (...) A gente ganhava elogio, eles elogiavam a gente pra outras pessoas.(FC)

Na **Educação das crianças** que sofreram violência constam práticas educativas coercitivas com violência física, castigos como punição, conversas para educação e reconhecimento de atos corretos, gratificação quando há comportamento desejado. Nesta subcategoria, apesar de aparecer práticas educativas violentas, percebe-se que as mesmas são mais leves que nas gerações anteriores.

Emerson – É parede, é tirar as coisas deles (...)Eu vou ser bem sincero, eu já dei palmada neles.(...)Quando eles ajudam a gente sempre agradece, compra alguma coisa pra eles, quando a gente pode né.

Sra. Eloisa – A gente abraça e beija também. (FE)

Daniela – O Carlos nunca levou um tapa. Ele é uma criança bem tranquila, não incomoda. (..) Eu brigo com ele. Mas as coisas que ele fez errado é deixar coisa jogada, os brinquedos. (...)A gente sempre elogia (gratificação pelo comportamento desejado). (FD)

Fábio – A gente conversa, mas quando elas fazem algo que é muito errado a gente põe de castigo. A gente põe no quarto ou no banheiro pra pensar o que fez de errado.(...) A gente elogia (gratificação pelo comportamento desejado).

Fábia – A gente abraça e beija, às vezes da alguma coisa que elas querem. (FF)

A Categoria Práticas Educativas demonstrou que a maioria das Famílias tem um histórico de práticas educativas violentas nas três gerações estudadas, além de uma diminuição na intensidade das violências, que passaram de violência grave e média para punição corporal e violência psicológica.

No Quadro 6, estão descritos os estilos parentais presentes nas famílias, a pessoa que define as regras familiares e o papel das crianças nas regras familiares.

Quadro 6. Apresentação das subcategorias e elementos referentes à categoria Estilos Parentais

Categoria	Subcategoria	Elementos de Análise
ESTILOS PARENTAIS	Pessoa que define as regras familiares	O casal A mãe O padrasto A avó
	Papel das crianças nas regras familiares	Negociação Não há participação Crianças definem as regras

Na subcategoria **Pessoa que define as regras familiares** apresentam-se as pessoas que são responsáveis por elaborar as regras nas casas das famílias estudadas. Durante os relatos das famílias são mencionados: a mãe, o casal, o padrasto e a avó.

Ana – Eu. (FA)

Beatriz – Nós dois. Só que acaba sendo mais eu porque eu to mais em casa. (FB)

Fábio – Basicamente é eu que falo com as meninas.
(FF)

Sr. Gustavo – A minha mãe. (FG)

O **Papel das crianças nas regras familiares** é uma subcategoria definida pela inclusão da criança, ou não, na elaboração e negociação das regras que são estabelecidas na família. O relato das famílias apontou que em 6 das 8 famílias há negociação de regras.

Daniela – A gente negocia. (FD)

A Família B se demonstrou um pouco autoritária, não há negociação das regras familiares.

Bernardo – Quem deve dar as regras dentro de casa são os pais. (FB)

A Família G apresentou uma dificuldade de os adultos imporem as regras das famílias. Segundo relato de Gustavo, as crianças fazem o que querem devido à dificuldade de colocar limites.

Gustavo – Ela (se referindo a Geralda) faz tudo o que eles querem, ela não dá limites. (FG)

Por fim, a Categoria Estilos Parentais apontou que a maioria das famílias apresenta indicativos de um perfil Autoritativo, uma vez que é incentivado o diálogo entre as pessoas e há presença de negociação e flexibilização das regras familiares quando os filhos discordam das regras impostas pelos pais ou responsáveis.

5.3. Resultados dos Instrumentos Quantitativos⁴

Esta parte dos resultados apresenta os resultados dos instrumentos quantitativos aplicados: o PSI, o CTSPC, o FACES e o CRPR.

O Quadro 7 apresenta os resultados individuais dos participantes da pesquisa no instrumento PSI – Índice de Estresse Parental.

⁴ As médias, os desvios padrões e os valores máximos e mínimos de cada instrumento e suas escalas ou dimensões de todos os participantes da pesquisa constam no Apêndice 5.

Quadro 7. Resultados do PSI – Índice de Estresse Parental

Resultados do PSI						
		Escala de Resposta Defensiva	Escala de MalEstar Paterno	Escala de Interação Disfuncional Pai e Filhos	Escala da Criança Difícil	Estresse Total
Ana	Escore Bruto	36	43	27	43	113
	Percentil	x	71%	45%	71%	62%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Beatriz	Escore Bruto	19	21	17	16	54
	Percentil	x	35%	28%	26%	30%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Bernardo	Escore Bruto	21	23	24	15	56
	Percentil	x	43%	40%	25%	31%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Carolina	Escore Bruto	15	17	22	15	50
	Percentil	x	28%	36%	25%	27%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Daniela	Escore Bruto	26	32	40	30	80
	Percentil	x	53%	66%	50%	44%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Daniel	Escore Bruto	31	37	42	30	85
	Percentil	x	61%	70%	50%	47%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Eloisa	Escore Bruto	37	42	34	37	113
	Percentil	x	70%	56%	61%	62%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal

Emerson	Escore Bruto	35	40	30	38	108
	Percentil	x	66%	50%	63%	67%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Fábia	Escore Bruto	21	23	17	14	54
	Percentil	x	38%	28%	23%	30%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Fábio	Escore Bruto	21	23	17	14	54
	Percentil	x	38%	28%	23%	30%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Gisela	Escore Bruto	23	26	29	27	82
	Percentil	x	43%	48%	45%	45%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Gustavo	Escore Bruto	23	26	22	29	77
	Percentil	x	43%	36%	48%	42%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Helena	Escore Bruto	20	23	19	33	75
	Percentil	x	38%	31%	55%	41%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal
Heitor	Escore Bruto	20	26	18	32	76
	Percentil	x	43%	30%	53%	42%
	Classificação	Não Houve interesse em impressionar a pesquisadora				Estresse dentro do normal

Ana apresentou os escores mais altos em duas escalas: Escala de Mal Estar Paterno e na Escala de Criança Difícil. Daniel obteve o maior escore na Escala de Interação Disfuncional Pai e Filhos. Ana e Eloísa obtiveram a pontuação mais alta no Estresse Total.

As pontuações apresentadas acima e seus respectivos percentis confirmam que ao responderem ao instrumento PSI todos os participantes da pesquisa não quiseram impressionar a pesquisadora. Os percentis do Estresse Total também refletem que as tensões que se registram nas áreas de mal estar pessoal dos pais, as interações do pai com o filho e das tensões que se originam das características comportamentais da criança são classificadas dentro de um nível considerado normal, portanto, dentro do esperado.

O quadro seguinte, Quadro 8, apresenta os resultados obtidos pelos participantes no CTSPC - *Parent-Child Conflict Tactics Scales*. Vale ressaltar que foram utilizadas cores para demonstrar a presença de algum tipo de prática educativa, sendo que a cor cinza mais clara significa um tipo de prática educativa não coercitiva e a cinza mais escura caracteriza um tipo de prática educativa coercitiva e com a presença de algum tipo de violência.

Quadro 8. Resultados do CTSPC - *Parent-Child Conflict Tactics Scales*

Resultados CTSPC						
		Escala de Disciplina Não violenta	Escala de Agressão Psicológica	Escala de Violência Física		
				Punição Corporal	Maus-tratos Físicos	Maus-tratos Físicos Graves
Ana	Escore Bruto	9	13	8	0	0
	Classificação	presente	Presente	presente	ausente	ausente
Beatriz	Escore Bruto	11	7	1	0	0
	Classificação	presente	Presente	presente	ausente	ausente
Bernardo	Escore Bruto	11	11	7	0	0
	Classificação	presente	Presente	presente	ausente	ausente
Carolina	Escore Bruto	10	2	3	7	0
	Classificação	presente	presente	presente	presente	ausente
Daniela	Escore Bruto	7	7	2	0	0
	Classificação	presente	presente	presente	ausente	ausente
Daniel	Escore Bruto	4	6	3	0	0
	Classificação	presente	presente	presente	ausente	ausente
Eloisa	Escore Bruto	16	0	0	0	0
	Classificação	presente	ausente	ausente	ausente	ausente

Emerson	Escore Bruto	16	0	1	0	0
	Classificação	presente	ausente	presente	ausente	ausente
Fábia	Escore Bruto	12	3	0	0	0
	Classificação	presente	presente	ausente	ausente	ausente
Fábio	Escore Bruto	12	0	0	0	0
	Classificação	presente	ausente	ausente	ausente	ausente
Gisele	Escore Bruto	0	6	0	0	0
	Classificação	ausente	presente	ausente	ausente	Ausente
Gustavo	Escore Bruto	9	15	0	0	0
	Classificação	presente	presente	ausente	ausente	Ausente
Helena	Escore Bruto	16	16	13	0	0
	Classificação	presente	presente	presente	ausente	Ausente
Heitor	Escore Bruto	15	14	8	0	0
	Classificação	presente	presente	presente	ausente	Ausente

Os resultados acima revelam que em todas as famílias participantes dessa pesquisa são utilizadas estratégias de disciplina tanto não coercitivas, como coercitivas. Portanto, percebe-se que a maioria dos pais e responsáveis submete as crianças a algum tipo de violência. Apenas Eloísa e Fábio não utilizam estratégias coercitivas. Carolina é a única que utilizou violência grave. Vale ressaltar que a violência grave foi um episódio em que Carolina bateu no rosto do filho, ocorrido há mais de um ano.

O Quadro 9 apresenta os resultados de cada participante no *FACES - Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales*.

Quadro 9. Resultados do FACES - *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales*

Resultados FACES									
		Escala de Funcionamento						Escala de Comunicação	Escala de Satisfação
		Subescalas Equilibradas			Subescalas de Desequilíbrio				
		Coesão Equilibrada	Flexibilidade Equilibrada	Funcionamento Flexível	Funcionamento Entrambiado	Funcionamento Rígido	Funcionamento Cético		
Ana	Escore Bruto	29	25	18	23	21	20	19	29
	Percentil	69	60	32	50	40	36	10	18
	Classificação	Equilibrado						Muitas preocupações acerca da qualidade da comunicação	Muito insatisfeito e preocupado com a família
Beatriz	Escore Bruto	31	32	7	29	26	7	46	41
	Percentil	81	96	10	75	64	10	90	71
	Classificação	Rigidamente Coeso						Sente-se bem em relação a quantidade e qualidade da comunicação familiar	Feliz em relação a maioria dos aspectos familiares
Bernardo	Escore Bruto	31	32	7	29	26	7	46	41
	Percentil	81	96	10	75	64	10	90	71
	Classificação	Rigidamente Coeso						Sente-se bem em relação a quantidade e qualidade da comunicação familiar	Feliz em relação a maioria dos aspectos familiares
Carolina	Escore Bruto	35	24	9	17	24	8	48	38
	Percentil	99	55	13	30	55	12	96	51
	Classificação	Equilibrado						Sente-se bem em relação a quantidade e qualidade da comunicação familiar	Um pouco satisfeito e desfruta de alguns aspectos da vida familiar
Daniela	Escore Bruto	27	24	19	21	19	20	38	31
	Percentil	50	30	34	40	34	36	62	23
	Classificação	Equilibrado						Sente-se bem sobre a comunicação entre os membros familiares e tem poucas preocupações nesse aspecto	Um pouco insatisfeito e tem um pouco de preocupação sobre alguns aspectos da família

Daniel	Escore Bruto	27	23	18	21	18	19	34	31
	Percentil	50	25	32	40	32	34	40	23
	Classificação	Equilibrado						Geralmente se sente bem sobre a comunicação de sua família e tem algumas preocupações nesse aspecto	Um pouco insatisfeito e tem um pouco de preocupação sobre alguns aspectos da família
Eloisa	Escore Bruto	31	29	10	26	21	7	46	48
	Percentil	81	83	14	64	40	10	90	97
	Classificação	Equilibrado						Sente-se muito bem em relação a quantidade e qualidade da comunicação familiar	Muito Satisfeito sobre a maioria dos aspectos de sua família
Emerson	Escore Bruto	31	29	14	26	21	7	46	47
	Percentil	81	83	20	64	40	10	90	94
	Classificação	Equilibrado						Sente-se muito bem em relação a quantidade e qualidade da comunicação familiar	Muito Satisfeito sobre a maioria dos aspectos de sua família
Fábia	Escore Bruto	34	34	7	23	33	7	50	50
	Percentil	95	99	10	50	95	10	99	99
	Classificação	Equilibrado						Sente-se muito bem em relação a quantidade e qualidade da comunicação familiar	Muito Satisfeito sobre a maioria dos aspectos de sua família
Fábio	Escore Bruto	34	34	7	23	33	7	50	50
	Percentil	95	99	10	50	95	10	99	99
	Classificação	Equilibrado						Sente-se muito bem em relação a quantidade e qualidade da comunicação familiar	Muito Satisfeito sobre a maioria dos aspectos de sua família
Gisele	Escore Bruto	27	17	23	16	16	17	32	19
	Percentil	50	20	50	26	30	90	10	10
	Classificação	Equilibrado						Muitas preocupações acerca da qualidade da comunicação	Muito insatisfeito e preocupado com a família
Gustavo	Escore Bruto	24	25	21	17	15	18	36	37
	Percentil	30	60	40	30	24	32	50	37
	Classificação	Equilibrado						Geralmente se sente bem sobre a comunicação de sua família e tem algumas preocupações nesse aspecto	Um pouco satisfeito e desfrutou de alguns aspectos da vida familiar

Helena	Escore Bruto	31	35	10	19	30	8	50	40
	Percentil	81	99	14	34	80	12	99	98
	Classificação	Equilibrado						Sente-se muito bem em relação a quantidade e qualidade da comunicação familiar	Muito Satisfeito sobre a maioria dos aspectos de sua família
Heitor	Escore Bruto	31	35	10	19	30	9	50	49
	Percentil	81	99	14	34	80	13	99	98
	Classificação	Equilibrado						Sente-se muito bem em relação a quantidade e qualidade da comunicação familiar	Muito Satisfeito sobre a maioria dos aspectos de sua família

Nota-se que Carolina apresentou maior escore na Subescala de Coesão Equilibrada. Fábيا, Fábio, Helena e Heitor obtiveram o maior escore na Subescala de Flexibilidade Equilibrada. Gisele apresentou o maior escore na Subescala de Funcionamento Frouxo. Beatriz e Bernardo obtiveram os maiores escores na Subescala de Funcionamento Emaranhado. Fábio e Fábيا apresentaram os maiores escores na Subescala de Funcionamento Rígido. Gisele obteve maior escore na Subescala de Funcionamento Caótico. Fábيا, Fábio, Helena e Heitor apresentaram os maiores escores na Escala de Comunicação e Fábيا e Fábio obtiveram os maiores escores na Escala de Satisfação.

A partir dos resultados acima, o FACES apontou que todas as famílias, com exceção da Família B, foram classificadas como tendo Coesão Equilibrada, um tipo familiar com relacionamento saudável, e baixo nível de problema no funcionamento familiar. A Família B foi classificada como Rigidamente Coesa, apontando para uma proximidade alta entre os membros, razoável disposição a mudanças, altos índices de rigidez e entrelaçamento.

A Escala de Comunicação apontou que quase todos os participantes geralmente se sentem bem, se sentem bem ou se sentem muito bem sobre a qualidade e a quantidade da comunicação entre os membros familiares. Apenas Ana e Gisele apresentaram muitas preocupações acerca da quantidade e qualidade da comunicação entre os membros de suas famílias.

A Escala de Satisfação Familiar mostrou que a maioria dos participantes está um pouco satisfeito, muito satisfeito e feliz com a maioria dos aspectos do relacionamento familiar. Ana, Daniela, Daniel e Gisele apresentaram insatisfações acerca do relacionamento entre os membros da família. Ana e Gisele se demonstraram muito insatisfeitas e

o casal se sente um pouco insatisfeito e preocupado com alguns aspectos referentes ao seu relacionamento familiar.

O Quadro 10 apresenta os resultados individuais dos participantes no CRPR - Inventário de Práticas Parentais.

Quadro 10. Resultados do CRPR - Inventário de Práticas Parentais

		Resultados CRPR							
		Escala Estilo Parental Autoritário				Escala Estilo Parental Autoritativo			
		Controle Autoritário	Supervisão da Criança	Indução da Ansiedade	Total	Orientação Consciente	Autonomia	Liberdade de Expressão de Afeto	Total
Ana	Escore Bruto	47	12	11	70	13	30	30	73
	Média	5,22	6	5,5	5,38	4,33	4,29	5	4,56
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritário							
Beatriz	Escore Bruto	49	12	12	73	18	28	36	82
	Média	5,44	6	6	5,61	6	4	6	5,12
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritário							
Bernardo	Escore Bruto	49	12	12	73	18	28	36	82
	Média	5,44	6	6	5,61	6	4	6	5,12
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritário							
Carolina	Escore Bruto	37	12	12	61	18	32	31	81
	Média	4,11	6	6	4,69	6	4,57	5,17	5,06
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritativo							
Daniela	Escore Bruto	39	11	11	61	18	26	35	79
	Média	4,33	5,5	5,5	4,69	6	4,43	5,83	4,93
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritativo							
Daniel	Escore Bruto	38	11	11	60	17	31	29	77
	Média	4,22	5,5	5,5	4,61	5,67	4,43	4,83	4,81
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritativo							
Eloisa	Escore Bruto	37	6	10	53	15	27	30	72
	Média	4,11	3	5	4,07	5	3,86	5	4,5
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritativo							
Emerson	Escore Bruto	40	6	10	56	15	27	29	71
	Média	4,44	3	5	4,3	5	3,86	4,83	4,43
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritativo							
Fábia	Escore Bruto	48	12	12	72	18	36	35	89
	Média	5,33	6	6	5,53	6	5,14	5,83	5,56
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritativo							
Fábio	Escore Bruto	48	12	12	72	18	36	35	89
	Média	5,33	6	6	5,53	6	5,14	5,83	5,56
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritativo							

Gisele	Escore Bruto	50	12	12	74	18	32	33	83
	Média	5,56	6	6	5,69	6	4,57	5,5	5,18
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritário							
Gustavo	Escore Bruto	44	12	12	68	18	30	34	82
	Média	4,89	6	6	5,23	6	4,29	5,67	5,12
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritário							
Helena	Escore Bruto	39	12	12	63	12	23	35	70
	Média	4,33	6	6	4,84	5	3,29	5,83	4,37
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritário							
Heitor	Escore Bruto	38	12	12	62	14	22	34	70
	Média	4,22	6	6	4,76	4,67	3,14	5,67	4,37
	Classificação	Tendência ao Estilo Parental Autoritário							

No instrumento CRPR, Gisele apresentou o maior escore no fator Controle Autoritário. No fator Supervisão da Criança, apenas Daniela, Daniel, Emerson e Eloísa não apresentaram pontuação máxima, 12 pontos. No fator Indução de Ansiedade, Ana, Daniel, Daniela, Eloísa e Emerson não atingiram a pontuação máxima, 12 pontos. Gisele obteve a maior pontuação na Escala de Estilo Autoritário. Na Escala de Estilo Autoritativo, Fábica e Fábio obtiveram maior pontuação. No fator Orientação Consciente, Beatriz, Bernardo, Carolina, Daniela, Fábica, Fábio, Gisele e Gustavo apresentaram pontuação máxima, 18 pontos. No fator Autonomia, Fábica e Fábio apresentaram maior pontuação. Por fim, no fator Liberdade de Expressão e Afeto, Beatriz e Bernardo obtiveram maior pontuação.

Os resultados apresentados pelos participantes da pesquisa apontam apenas tendências, uma vez que fica evidente que os pais e responsáveis utilizam estratégias dos dois tipos de Estilos Parentais, na educação dos filhos e na resolução dos conflitos diários, conforme a situação. As famílias A, B, G e H apresentaram leve tendência de utilizar mais estratégias do Estilo Parental Autoritário. Esses pais podem apresentar com maior frequência rigidez, indução, inconsistência de ações e punições com comentários negativos sobre a criança. No entanto, as famílias C, D, E e F apresentaram leve tendência de utilizar mais as estratégias do Estilo Parental Autoritativo. Esses últimos, ao contrário, podem com maior frequência oferecer apoio para as crianças, orientar, demonstrar afeto, ser receptivos, tecer comentários positivos sobre o funcionamento pessoal destas, oferecendo ajuda e apoio.

5.4. Relações entre os resultados qualitativos e os quantitativos

Esta seção tem o intuito de apresentar algumas relações constatadas entre os resultados qualitativos e quantitativos, apresentados nos itens 5.1., 5.2. e 5.3.

A primeira relação que pode ser feita é o tipo de dinâmica relacional entre pais e filhos com os resultados do PSI. Conforme já relatado anteriormente, o PSI – Índice de Estresse Parental é um instrumento que avalia o estresse percebido pelos pais, avaliando percepções sobre os sentimentos vivenciados pelo genitor em seu papel de pai/mãe, as percepções que os genitores têm de seus filhos que são ou não compatíveis com as suas expectativas, bem como as percepções de suas interações com a criança que não reforçam o seu papel de pai/mãe, e focaliza algumas características comportamentais básicas de crianças que as tornam fáceis ou difíceis de manejar. Pode-se observar que todas as famílias apresentaram os índices de estresse dentro do normal ou esperado e o relacionamento entre pais e filhos foi considerado harmônico.

Apenas as Famílias E e F apresentaram conflito entre os padrastos com os filhos de suas companheiras, sendo que estes últimos estão na adolescência. Esses conflitos podem ser considerados como situações esperadas durante este período de desenvolvimento da família. Dessa forma, observa-se uma relação entre o estresse parental e o relacionamento entre pais ou responsáveis e filhos, se o relacionamento entre os pais ou responsáveis for bom não há percepção de estresse parental.

Os resultados da Escala de Comunicação do instrumento FACES - *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scales* – podem ser relacionados com a dinâmica entre os membros das famílias. A maioria das famílias possui relacionamento avaliado como harmônico e essas famílias apresentaram satisfação na qualidade e na quantidade da comunicação entre os integrantes da família. Contudo, nas famílias A e G, houve preocupação com a comunicação entre os membros familiares e outros aspectos da família, e constatou-se a presença de conflito familiar ou relacionamento vulnerável entre seus membros. Portanto, nota-se que quanto melhor o relacionamento interno familiar, melhor será a avaliação e mais positiva será a percepção de aspectos relacionados à comunicação familiar.

A primeira parte da correção do FACES diz respeito a aspectos relacionados à coesão e flexibilidade dentro do sistema familiar, e pode

ser relacionada aos resultados do instrumento CRPR - Inventário de Práticas Parentais. Na maioria das famílias consideradas do tipo Coesão Equilibrada, os valores da média da Escala de Estilo parental Autoritativo são maiores que a média da Escala de Estilo Autoritário. As Famílias C, D, E e F afirmaram nas entrevistas a negociação com os filhos quando há discordância das regras impostas. Dessa forma, pode-se observar que a utilização de estratégias autoritativas na educação dos filhos está relacionada à flexibilidade, negociação e ao diálogo entre pais ou responsáveis e seus filhos referentes às regras familiares.

Entretanto, as Famílias A e H são exceções, uma vez que apresentaram a média da Escala de Estilo Autoritário maior que a média da Escala de Estilo Autoritativo. Seria esperado que não houvesse negociação das regras familiares, contudo nas entrevistas afirmaram que há negociação dessas regras. Sendo assim, pode-se problematizar se realmente há essa negociação, se ela existe apenas em algumas situações ou as respostas apresentadas por Ana, Helena e Heitor foram dadas apenas com o intuito de agradar o pesquisador tendo em vista que esta é uma profissional do CREAS.

A Família G apresentou média maior na Escala de Estilo Autoritário que na Escala de Estilo Autoritativo e afirmaram que negociam as regras familiares. Contudo, durante a entrevista ficou evidente que não são Gustavo e Gisele que definem as regras e sim a avó, Geralda, que tenta as regras e os limites nas crianças, porém sem sucesso. Os resultados do CRPR podem significar uma necessidade do casal em impressionar a pesquisadora, de dizer que eles tentam impor os limites nas crianças e definir as regras familiares.

Por fim, ainda relacionando a primeira parte do FACES e o CRPR, a Família B é distinta das anteriores já que foi considerada Rigidamente Coesa no primeiro instrumento. No CRPR, essa família obteve média superior na Escala de Perfil Autoritário do que na Escala de Perfil Autoritativo. Esses dados foram confirmados na entrevista, pois Beatriz e Bernardo afirmaram que não há negociação nas regras familiares. Vale ainda ressaltar que essa rigidez ainda apareceu em outra fala na entrevista durante a confecção do Genograma dessa família, onde o casal afirmou que “a família faz e deve fazer tudo junto”. Por fim, percebe-se que a utilização de estratégias autoritárias na educação dos filhos está relacionada à rigidez, inflexibilidade, não negociação e pouco diálogo entre pais ou responsáveis e seus filhos referentes às regras familiares, além de um possível isolamento social.

Os resultados dos instrumentos CRPR e CTSPC podem ser relacionados. O primeiro instrumento avalia as estratégias utilizadas

pelos pais ou responsáveis na educação das crianças e adolescente. O segundo aponta a presença ou ausência dos cinco tipos de disciplina: não violenta, violência psicológica, violência física menor, violência física grave e violência física muito grave. No CRPR, em todas as famílias houve a coexistência de estratégias tanto do Perfil Autoritário (comandos diretos, imposições físicas, repreensões e proibições; supervisão constante, os pais acompanham o que a criança faz; ameaças verbais ou não verbais sobre a consequência de seus atos) como do Perfil Autoritativo (orientações, sugestões e incentivo positivo; estímulo à tomada de decisões e conhecer a consequência de seus atos; permitir que pais e criança falem de seus sentimentos, além da expressão de afeto verbal e por meio de contato físico). No CTSPC a maioria dos pais ou responsáveis, com exceção de Eloísa e Fábio, apresentou algum tipo de violência, psicológica ou física. Portanto, nota-se que a educação das crianças, em todas as famílias, é feita com práticas educativas do tipo não coercitivas e coercitivas, concomitantemente, dependendo da situação é escolhida um tipo de disciplina.

6. Discussão

A estrutura das famílias estudadas

Na presente pesquisa constatou-se que o tamanho das famílias estudadas foi variado, sendo que nos genogramas dessas famílias, foram incluídos de 22 a 146 integrantes. Essas famílias foram classificadas em diferentes tipos: a recasada, a família nuclear, a extensa e a monoparental chefiada pela mãe. A primeira foi a mais presente neste estudo, cinco famílias das oito estudadas. Este fato, segundo Habigzang et al. (2005), é um fator de risco para a ocorrência da violência contra crianças e adolescentes. Carter e McGoldrick (1995) afirmam que os membros das famílias recasadas precisam negociar e se adaptar a novos papéis e relacionamento complexos, conflitantes e ambíguos, bem como é necessário desenvolver fronteiras entre seus membros, além de lidar com os sentimentos que podem ser ambíguos. Portanto, é nesse processo de adaptação, rumo a uma nova homeostase, que pode surgir a violência contra a criança ou o adolescente.

Constatou-se que as famílias das crianças vítimas de violência deste estudo pertenciam a diferentes classes sociais. O que demonstra, que a violência contra a criança não é um fenômeno ligado às situações de vulnerabilidade econômica e sim um fenômeno sistêmico, inerente às relações sociais e familiares em que está inserida (Ravazzola, 2007). Alguns estudos também acreditam que a violência intrafamiliar atinge todas as populações, independente de nível cultural, social e econômico (Brasil, 2010; Day et al., 2003; Corsi, 1997; Guerra, 2001). Entretanto, Habigzang et al. (2005) aponta como fator de risco para a violência contra crianças o fato de haver dificuldades econômicas. Deb e Modak (2010), em um estudo realizado na Índia, verificaram a prevalência de diferentes tipos de violência relacionadas à situação econômica das famílias, sendo que a violência física foi mais prevalente em famílias de alta renda, enquanto as crianças do grupo de famílias de baixa renda foram mais vítimas de violência psicológica, e a violência sexual foi encontrado ser igualmente prevalente em todos os grupos sócio-econômicos.

As famílias do presente estudo tinham como local de origem sempre cidades do Sul do Brasil e a origem étnica dessas famílias foi característica aos colonizadores dessa região, sendo que a descendência presente nas famílias entrevistadas foi indígena, portuguesa, italiana e

alemã. Segundo dados da Biblioteca do IBGE⁵, o município em que residem as famílias foi povoado por esses mesmos povos, além dos negros.

Padrões relacionais familiares de famílias com crianças vítimas de violência

Os genogramas construídos com as famílias apresentaram alguns padrões de relacionamento que chamam atenção. Nas famílias extensas, pode-se observar a presença de relacionamentos conflituosos e rompimentos. Esses relacionamentos possuem alta carga emocional, mesmo que não haja contato entre os atores envolvidos. Os relacionamentos distantes também estiveram presentes.

Contudo, apesar de haver relacionamentos conflituosos e rompimentos, sempre houve a presença de relacionamentos harmônicos com membros da família extensa que são considerados como fatores de proteção e principal fonte de apoio para os membros da família. Rosa e Lira (2012) ressaltaram que uma rede de apoio afetiva enfraquecida representou uma das dificuldades de enfrentar e superar a violência contra crianças e adolescentes. Martins et al (2007) afirmam em seu estudo que a ausência de uma rede de apoio, que tenha o papel de orientar a família, favoreceu os conflitos entre seus membros. Contudo, os autores apontam que em famílias onde há mais interação entre os seus membros, independentemente do tipo de família, a promoção da resiliência foi mais evidente.

Pode-se observar que dentre as oito famílias, seis possuíam relacionamentos conjugais que surgiram de maneira rápida e o tempo de namoro desses casais até a união ou casamento foi muito pequeno, aproximadamente 3 meses. Bittar et al (2012), por meio de um estudo com mães agressoras, constataram que algumas entrevistadas optaram por estabelecer laços conjugais precoces e constituir uma nova família, repetindo o mesmo padrão de família, com relações do tipo violentas tanto conjugais como de pais em relação a seus filhos. Dessa forma, o período pequeno de formação do casal pode ser um fator de risco para a ocorrência de violência contra as crianças dessas seis famílias.

Nas famílias estudadas, a violência conjugal apareceu em todas as famílias, ou nos relacionamentos atuais ou nos relacionamentos já desfeitos. Brito et al (2005) ressaltam que a violência conjugal pode ser um fator desencadeante da presença da agressão física na educação das

⁵ <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

crianças. Portanto, esse se torna mais um fator de risco para a ocorrência de episódios de violência contra as crianças.

Verificou-se que nas famílias de origem dos pais ou responsáveis pelas crianças sempre havia um tipo de violência, ou contra a mulher, conjugal, ou ainda os responsáveis tinham sido vítimas de violência na sua educação. Habigzang et al. (2005) apontaram como um fator de risco de abuso a crianças e adolescentes a presença de outras formas de violência na família. Pelisoli e Dell’Aglío (2008) realizaram um estudo com uma adolescente vítima de violência sexual perpetrada por seu pai e verificaram que o casal parental apresentava relacionamento conflituoso e pouco afetivo e que a família se caracterizava por relações desequilibradas e instáveis. Sendo assim, pode-se verificar que havia sempre um relacionamento com padrões violentos nessas gerações que podem ser fatores de risco para a violência contra as crianças.

A violência perpetrada contra a criança

Na presente pesquisa constatou-se a presença dos quatro tipos de violência contra criança e adolescente: violência psicológica, maus tratos físicos, abuso sexual e negligência. Esses tipos de violência foram descritos em diversos estudos (Ramos e Silva, 2011; Rocha e Moraes, 2011; Brasil, 2010; Bazon, 2008). A violência física se caracterizou por ser atos violentos com o uso da força física de forma intencional provocada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próximas. A negligência se caracterizou como a omissão dos pais ou responsáveis quando deixam de prover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social da criança e do adolescente. A violência psicológica se caracterizou como sendo rejeição, privação, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes, utilização da criança e adolescentes para atender às necessidades dos adultos. Por fim, a violência sexual é toda a ação que envolve ou não o contato físico, não apresentando necessariamente sinal corporal visível.

As vítimas de violência presentes nesse estudo foram quatro crianças do sexo feminino e seis crianças do sexo masculino. A idade média dessas crianças foi de 7,4 anos de idade. As crianças do sexo feminino sofreram violência física, psicológica, sexual, negligência e trabalho infantil, e as crianças do sexo masculino sofreram violência física, psicológica, sexual, negligência e alienação parental.

Em relação a violência sexual, a maioria das vítimas eram do sexo masculino e que o agente violador eram os irmãos, padrastos, sogro

da tia e um primo. A primeira informação contradiz alguns estudos que os resultados revelaram que as meninas são vítimas de abuso sexual em maior frequência quando comparadas com meninos (Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004; Habigzang et al., 2005; Monteiro et al., 2008; Santos, & Dell’Aglío, 2008; Guimarães e Villela, 2011) . Contudo, a segunda informação está em conformidade com os mesmo estudos, pois os autores apontam que os perpetradores da violência sexual foram, na maioria dos casos, homens que conviviam no ambiente doméstico da criança e possuíam uma relação de confiança e cuidado com esta. Guimarães e Villela (2011) apontam o padrasto como maior agressor. Os estudos de Ribeiro, Ferriani e Reis (2004) e de Habigzang et al. (2005) apontam o pai e o padrasto como os maiores agressores.

Em todos os casos de violência sexual em que o agente violador não era da família, esses foram afastados do convívio pelos pais. Entretanto, alguns membros continuavam a conviver com a criança, como os irmãos e o padrasto da família A. Neste último caso havia a determinação judicial de afastamento de lar, contudo este não era respeitado. Segundo Santos & Dell’Aglío (2008), a situação familiar precisa ser bem investigada, procurando-se esclarecer a participação de outros membros na manutenção do abuso, assim como a presença de convivência e negligência.

É importante que, ao se analisar tal situação, todos os aspectos sejam considerados, para uma melhor compreensão da dinâmica do abuso. Essa compreensão pode evitar rotulações *a priori* de qualquer membro da família, especialmente da mãe, que muitas vezes é acusada de cumplicidade, permitindo entendê-la como parte desse fenômeno e como alguém que também precisa de ajuda. Branco e Tomanik (2012) ressaltam a importância de se responsabilizar o agressor através do afastamento da convivência com a vítima, enquanto não seja constatada situação que permita não haver novas vitimizações.

A princípio a maioria das crianças vítimas de violência sexual não apresentou outros tipos de violência, apenas 2 de 6. Entretanto, ao investigar a família através dos instrumentos quantitativos verificou-se que essas crianças sofriam pelo menos algum outro tipo de violência como prática educativa: psicológica ou física. Habigzang et al. (2005) apontou a presença de outros tipos de violência além da sexual, tais como, violência física ou psicológica, negligência dos pais e uso de drogas. Nesse mesmo estudo, os autores afirmam que a violência física apresentou-se como estratégia predominante nas práticas educativas dos pais.

Em relação à violência física as meninas foram mais vítimas que os meninos. Essa informação também contradiz o estudo de Dossi et al (2008). Estes autores afirmam que quando as vítimas de violência física são crianças, a porcentagem de meninos é um pouco superior a de meninas (57,5% e 42,5% respectivamente), porém quando as vítimas são adolescentes, são em sua grande maioria meninas. Em relação aos agressores verificou-se que são o padrasto e o pai. Diferentemente do resultado desta pesquisa, Pascolat et al. (2001) apontou a mãe como o agressor físico mais frequente.

O fato de os meninos serem mais vítimas de violência sexual que as meninas e as meninas serem mais vítimas de violência física do que os meninos contradiz alguns estudos. Deb e Modak (2010), detectaram que as crianças do sexo masculino eram mais propensas a ser vítimas de violência física e psicológica, enquanto as do sexo feminino eram mais propensas a ser vítimas de violência sexual mais. MacMillan et al (2013) realizaram um estudo com adultos para identificar maus tratos em crianças no Canadá e afirmam em seu estudo que os homens relataram significativamente mais abuso físico quando eram criança (33,7%), sendo que a maioria é do tipo abuso físico não grave (21,5%) do que mulheres (28,2% e 18,3%, respectivamente). Mulheres relataram significativamente mais abuso sexual quando crianças (22,1%) do que os homens (8,3%).

Em relação à violência psicológica, três crianças foram vítimas nesse estudo, dois meninos e uma menina. Abranches e Assis (2011) afirmam que a violência psicológica é um fenômeno universal que não tem limites culturais, sociais, ideológicos ou geográficos e ainda está envolto por um pacto de silêncio, principal responsável pelo ainda tímido diagnóstico e pelo reduzido número de notificações. Contudo, na aplicação do CTSPC - *Parent-Child Conflict Tactics Scales*, verificou-se que 12 dos 14 pais utilizam a violência psicológica como estratégia na educação de seus filhos. Clément e Chamberland, C. (2007) aplicaram esse mesmo instrumento em 3.148 mães que vivem em Quebec, no Canadá, e verificaram que em 2004 oitenta por cento das mães relataram o uso de agressão psicológica por pelo menos um adulto vivendo na casa, 43% relataram pelo menos um episódio de violência menor, e 6% relataram pelo menos um episódio de violência física grave.

Em relação à negligência verificou-se que três crianças sofreram esse tipo de violência, sendo duas meninas da mesma família e um menino. Mennen et al (2010) codificou e organizou os comportamento dos pais e responsáveis em cinco subtipos de negligência (negligência

de cuidados, negligência ambiental, negligência médica, negligência educacional, a negligência de supervisão). Verificou-se que as meninas sofreram a negligência de cuidados acompanhada da violência física e o menino foi uma negligência educacional. O mesmo estudo ainda apontou que a negligência foi acompanhada por outros tipos de maus-tratos em 95% dos casos. Dubowitz e Bennett (2007) apontaram a negligência como a forma mais comum de maus-tratos infantis nos Estados Unidos.

As informações relatadas até o presente momento evidenciam que, apesar de as famílias serem inseridas no CREAS devido a uma medida protetiva aplicada pelo Conselho Tutelar, por motivo de um tipo de violência, as crianças sofrem outros tipos de violência além daquela que motivou a inserção no PAEFI.

Por fim, em relação a todas as famílias estudadas, os agentes perpetradores das violências foram pessoas próximas das crianças que deveriam garantir o bem-estar das mesmas: os pais ou responsáveis, irmãos, primos, familiares e parentes. Alyahri e Goodman (2008) afirmam que os agentes violadores, geralmente, são pessoas que deveriam zelar e cuidar das crianças. Vale ressaltar que na maioria das famílias o agente violador das crianças não participou do estudo. Maia e Barreto (2012) ressaltam que o relacionamento existente entre o agressor e a vítima constitui-se em outro dado que permite circunstanciar a violência cometida contra crianças e jovens e afirmam que o aumento da proximidade faz com que aumente a probabilidade do desenvolvimento de danos para a saúde física e mental na criança.

Apesar de as pessoas próximas serem as violadoras das crianças, outras pessoas que participam do cotidiano delas e que possuem relacionamento estreito com as mesmas foram os denunciante: pais, familiares e a escola. Esses mesmos denunciante e outros foram identificados em um estudo desenvolvido por Ortega et al (2011). Os autores, em um estudo sobre violência contra crianças de 0 a 5 anos, apontaram que 43% das denúncias são anônimas, 16% delas são realizadas pela escola, em 13% dos casos o pai é o denunciante, 10% são as mães, 7% os avós, 5% os tios, 3% os vizinhos, 1% o padrasto, 1% o Centro Municipal de Saúde e os Postos de Saúde, 1%. Martinset et al. (2007) afirmam que essas pessoas tem a função de propiciar apoio, além de serem um importante elemento fiscalizador e regulador das condutas sociais.

As práticas educativas em relação às crianças

A entrevista semiestruturada e os resultados do CTSPC revelaram a utilização de práticas educativas coercitivas e não coercitivas pelas famílias investigadas nessa pesquisa. Dentre as práticas educativas coercitivas, as práticas de violência psicológica ou agressão física apareceram nas três gerações investigadas. Esses dados estão em conformidade com um estudo desenvolvido por Weber et al. (2006). O estudo desenvolvido por estes pesquisadores teve como objetivo investigar a transmissão intergeracional dos estilos parentais, entrevistando 21 mulheres, de sete famílias distintas, sendo que os resultados mostram que em 91,7% dos casos ficou demonstrada a transmissão intergeracional da disciplina coercitiva punitiva. Vasconcelos e Souza (2006) afirmam que algumas crenças se apresentam profundamente imbricadas neste contexto, como a de que os pais têm a posse dos filhos, de que bater é necessário para educar, ou que punir fisicamente traz um efeito imediato.

Vasconcelos e Souza (2006) observaram em mães agressoras que as noções de educação e disciplina das participantes envolvem a crença na obediência e no respeito à autoridade parental e na utilização da punição física como recurso educativo. Este recurso é tomado como normal e corriqueiro. Para essas autoras, essas técnicas são incorporadas à dinâmica familiar, fatalmente, ensinam às crianças a utilizarem-nas, mais tarde, com seus próprios filhos, perpetuando dessa forma, o problema.

No mesmo estudo, observou-se ainda que as entrevistadas passaram a considerar o diálogo e o afeto como recursos educativos, o que constitui um importante achado e, portanto, merece ser discutido e aprofundado. Repetem a forma de educar que vivenciaram na infância, mas tentam incluir outras, já que vizinhos, amigos, Igreja, Conselho Tutelar, meios de comunicação, enfim, uma rede mais ampla propõe outra forma como adequada e saudável. Estas redes sociais que lhe indicam algo diferente, algo novo, além de propiciar apoio, possuem também um importante elemento fiscalizador e regulador das condutas sociais. Este componente parece então impelir essas mães para que se ajustem ao discurso atual, sem mostrar-lhes de que forma.

As autoras sugerem proporcionar às entrevistadas o contato com mães mais habilidosas e afetivas na maneira de lidar com os filhos, já que somente o discurso não está sendo suficiente na desconstrução dessas antigas crenças que sugerem uma educação repressiva e punitiva. Martins et al (2007) afirmam que as práticas educativas coercitivas são

compreendidas como prática usual para famílias que possuíam crianças acolhidas devido a violência familiar.

Entretanto, a intensidade da violência nas práticas educativas também está em decréscimo. Essa informação foi vista na entrevista semiestruturada que indicou a presença da violência física como punição corporal na criação das crianças por 3 gerações. Cui et al. (2010) afirmam que se um jovem que é testemunha de violência entre os pais ou é vítima de violência pelos mesmos procura casar ou tornar-se íntimo de um companheiro que vai revitimizá-lo. Clément e Chamberland, C. (2007) aplicaram este mesmo instrumento (CTSPC) com o intuito de comparar a prevalência de violência psicológica e física em crianças cometida por mães na educação de seus filhos. Os resultados desse estudo apontaram 80% das mães relataram o uso de agressão psicológica, 43% relataram pelo menos um episódio de violência menor, e 6% relataram pelo menos um episódio de violência física grave. Quando comparado com os Inquéritos de 1999, as mães relataram 5% menos de violência física menor em 2004, um resultado que é contrabalançada por um aumento significativo da violência psicológica contra crianças. Os resultados também revelam uma diminuição significativa nas atitudes que favorecem o uso da violência para fins de disciplina entre 2004 e 1999.

A maioria dos pais ou responsáveis das crianças das famílias estudadas utilizam a punição física como prática educativa, 9 dos 14 entrevistados. Este resultado pode ser justificado com a descoberta de Rosa e Lira (2012) que apontam que a violência física é naturalizada como prática educativa. Pinheiro (2009), afirma que uma criança que apanha em casa pode utilizar o mesmo modelo para o seu ambiente escolar e/ou com seus colegas. Dessa forma, pode-se afirmar que essas crianças podem dar continuidade ao ciclo de violência através da resolução de problemas entre pares através da violência física. Simons e Wurtele (2010) em um estudo com pais apontaram que os pais que experimentaram a punição corporal como disciplina durante a infância percebiam a sua utilização da violência física como prática educativa aceitável e freqüentemente espancam seus filhos. Essas crianças espancadas, por sua vez, defenderam a palmada como um método disciplinar e utilizam preferencialmente estratégias agressivas de resolução de conflitos entre seus pares e irmãos.

Este decréscimo da punição corporal como prática educativa está em conformidade com Vasconcelos e Souza (2006) e remete à história do Brasil e de sua população. Após o surgimento do ECA (1990), com a concretização em lei dos direitos das crianças, e posteriores campanhas

contra a violência, bem como o trabalho dos profissionais da educação, saúde e assistência social, é possível entender que o decréscimo é fruto de uma construção social em que os valores são transmitidos nas relações, nas experiências de cada um. Martins et al. (2007) acreditam que, a partir do conhecimento de como a violência é experienciada, pode-se trazer possíveis contribuições para se pensar estratégias de intervenção capazes de romper o ciclo perverso das relações familiares violentas.

Verificou-se que a rede social significativa dessas famílias é pequena, composta em sua grande maioria por membros da família extensa. Antoni e Koller (2002) alegam que as famílias que utilizam práticas educativas violentas contam com redes de apoio social precárias e, por vezes, inexistentes. O isolamento social, a pequena diversidade de locais frequentados e, conseqüentemente, a escassez de uma rede social familiar com vários membros de diversas esferas relacionais se tornam um fator de risco para essas famílias uma vez que não há diversidade de valores que sejam discordantes e, portanto, possam contribuir para a diminuição da violência intrafamiliar contra as crianças e adolescentes (Scodelario, 2002). Dessa forma, verifica-se o papel importante das redes sociais que tem a função de ensinar e mostrar algo diferente, novo, além de propiciar apoio, funcionando como elemento fiscalizador e regulador das condutas sociais (Martinet et al., 2007; Ceconello, 2003; Antoni e Koller, 2002).

Além de uma rede social significativa escassa, essas crianças frequentam poucos contextos: apenas instituições de ensino, casa de parentes e a própria casa. Essas crianças ainda frequentam alguns projetos sociais do município que foram encaminhadas pelos profissionais que as acompanham no CREAS. Scodelario (2002) afirma que famílias com crianças vítimas de violência tem dificuldade em inserir as crianças socialmente e em atividades culturais. Para o autor, as crianças não têm nem podem ir buscar nada além dos muros da própria casa ou das determinações do chefe, permanecendo em isolamento social e em risco. Uma outra hipótese é a pequena oferta de atividades de cultura e lazer fora do lar.

Estilos Parentais

Em relação aos resultados obtidos no CRPR, houve uma equivalência entre a quantidade de famílias que tem a tendência a utilizar mais o Estilo Parental Autoritário e as que tem a tendência a utilizar o Estilo Parental Autoritativo. Conforme dito anteriormente, pais

classificados como autoritários tentam moldar e controlar o comportamento e atitudes de seus filhos de acordo com um padrão determinado. Eles tendem a enfatizar obediência, respeito pela autoridade e ordem. Pais autoritários também não encorajam o diálogo com seus filhos e esperam que as regras sejam seguidas sem que sejam necessárias muitas explicações. Valentino et al (2012) apontaram que as atitudes dos pais autoritários foram avaliadas como preditores de continuidade intergeracional de abuso. Em contraste, pais autoritativos estabelecem e fazem cumprir as regras firmemente. Eles monitoram a conduta e usam métodos não punitivos para disciplinar, quando as regras são violadas. Esperam e reforçam responsabilidade social e comportamento maduro em seus filhos. Pais autoritativos também são calorosos. Eles encorajam o diálogo, incentivam o ponto de vista dos filhos e reconhecem os direitos dos pais e filhos (Dekovic ,1989).

Nos resultados do CRPR, percebeu-se a coexistência dos fatores de exigência e de responsividade. Ao mesmo tempo em que os comportamentos parentais requerem supervisão e disciplina, os pais apresentam comportamentos de apoio e aquiescência, que favorecem a individualidade e a autoafirmação dos filhos. Pode-se pensar que essa coexistência entre diferentes estilos parentais no mesmo genitor e na mesma família, Estilo Parental Autoritário e Estilo Parental Autoritativos.

Estes mesmos resultados foram encontrados por Weber et al (2004) que afirmam que adotar um estilo parental autoritativo é bastante adequado para uma educação saudável dos filhos. Para adotar este estilo é preciso que os pais se envolvam na educação, respondendo às necessidades que a criança tem de atenção, incentivo, auxílio, diálogo e diversão (responsividade), bem como supervisionar e monitorar os comportamentos do filho, exigindo a obediência de regras e limites e o cumprimento de deveres (exigência). Ao mesmo tempo em que os pais precisam ser respeitados em seus papéis, também devem respeitar os direitos dos filhos. Portanto, de um lado há uma posição de controle e de outro uma posição de compreensão e bi-direcionalidade, que oferece à criança maior autonomia e auto-afirmação.

Weber et al (2004) verificou que a maioria dos pais está agindo de forma considerada inadequada com seus filhos (45,4% de pais negligentes, 10,1% de autoritários e 11,8% de indulgentes, totalizando 67,3% de pais não autoritativos). É provável, também, que alguns pais sintam-se perdidos em relação ao que devem fazer na educação de seus filhos (não sabem como agir em determinadas circunstâncias), enquanto outros acreditam estar agindo certo por terem sido educados da mesma

forma. Uma intervenção feita com pais é a possibilidade de uma aplicação direta do conhecimento de estilos parentais. Isto significa um processo de munir os pais com conhecimentos específicos e habilidades que lhes permitam promover o desenvolvimento e a competência de suas crianças. Um trabalho de orientação para pais é de extrema importância, pois implica o melhor desenvolvimento de crianças, que por sua vez serão os pais de amanhã, atingindo inclusive outras gerações. As autoras afirmam que a intervenção com pais pode acarretar em grande benefício para as famílias: melhoria nas atividades parentais e aumento da coesão familiar.

A violência como fenômeno sistêmico

A partir das informações relatadas até o presente momento, verificou-se a existência de pessoas importantes para a ocorrência de episódios de violência. Dentre as pessoas estão a criança vítima da violência, o agressor e as testemunhas que podem ou não ser coniventes com a situação (genitores, irmãos, tios, avós, outras pessoas que estão em contato com a criança). Ravazzola (1999) e colaboradores apontam que há um circuito de violência constituído por: Atores (todas as pessoas envolvidas na situação: pessoa abusadora, pessoa abusada e testemunhas); Ideias (constructos/crenças que organizam as ações no sistema. Ex. ‘a pessoa abusadora não pode controlar-se’; ‘a pessoa abusada é inferior’; ‘a família deve manter-se unida a qualquer custo’; ‘nas questões familiares, pessoas de fora não devem intervir’) e Ações (atitudes que mantêm as estruturas numa organização com hierarquias fixas, enrijecidas; consideram-se estar acima das pessoas, da lei, são intocáveis).

Verificou-se ainda diversas situações que podem manter o ciclo de violência e circunstâncias que podem quebrar a situação, permitindo que as famílias passem a assumir uma dinâmica sem a presença do abuso contra crianças. As situações identificadas nas famílias estudadas que podem manter o ciclo de violência são: família recasada, vulnerabilidade social, necessidade de trabalhar e deixar o padrasto cuidando sozinho das crianças ou outro responsável, conflito conjugal com ou sem episódios de violência entre os cônjuges, pouco tempo de namoro até a união conjugal (casamento), histórico da utilização da violência física como estratégia na educação dos filhos em gerações anteriores, estilo parental autoritário, dificuldades em impor limites, rigidez, dificuldades na comunicação entre os membros familiares, rede social significativa limitada, poucos contextos frequentados pelos

membros familiares. Em contrapartida, as circunstâncias identificadas nas famílias que podem quebrar o ciclo de violência e evitar novas revitimizações foram: coesão em nível adequado, proximidade com a família extensa como rede de apoio social significativo, inserção no serviço do CREAS, inserção em atividades esportivas e culturais do município, inserção no contexto escolar, igreja como rede social significativa, utilização de estilo parental autoritativo.

Dubowitz e Benett (2007) afirmam que a ocorrência de episódios de violência contra crianças e adolescente é geralmente o resultados de uma complexa interação entre fatores de risco e de proteção. Para a OMS (2002), a violência é o resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais.

Vasconcelos e Souza (2006) afirmam que há questões sociais importantes que constituem também fatores de risco para o abuso. Condições financeiras desfavoráveis que não permitem que essas mães possam cuidar de seus filhos de maneira adequada, pobreza, dificuldade em conseguir um bom emprego devido à baixa escolaridade e à falta de experiência, falta de auxílio do pai da criança na tarefa de educar, além da falta ou precariedade de programas assistenciais que protejam as crianças e adolescentes, previnam a violência e orientem os pais. Valentino et al (2012) apontaram que a exposição à violência na comunidade também foi avaliada como preditor de continuidade intergeracional de abuso.

Bittar et al (2012) perceberam que, na família atual das mulheres agressoras que foram entrevistadas há uma repetição de seu passado, ocorrendo situações de violência, nas quais elas assumem tanto o papel de vítimas quanto de agressoras. Sendo a violência um problema de múltiplas faces, que tem suas raízes na construção histórica, cultural e social das relações, sua prevenção deve se fundamentar na desconstrução e reconstrução dessas relações perante os indivíduos, as famílias, as comunidades e a sociedade como um todo, para que se possam elaborar e desenvolver estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento e tornar possível levar essa compreensão aos espaços sociais, em que a violência é construída e legitimada.

Portanto, cabe ressaltar que o ciclo de violência dentro da família pode ser rompido pela existência de fatores mediadores, como a rede de apoio social, a coesão familiar e a resiliência infantil e familiar (Cecconello, 2003; Kashani & Allan, 1998; Bolger, Thomas & Eckenrode, 1997).

Estratégias de Prevenção da Violência

Por fim, a partir das informações anteriores, considerou-se a necessidade de se desenvolver um projeto de prevenção entre todas as políticas públicas que atendem as crianças e adolescentes (Saúde, Educação e Assistência Social) e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos.

Branco e Tomanik (2012) afirmam que ações de prevenção contra a violência familiar devem ser realizadas nos níveis: primário, secundário e terciário. No contexto do nível primário de prevenção, as estratégias teriam o intuito de reduzir a incidência da violência e inibir o surgimento de novos casos. Essas seriam realizadas com toda a população e poderiam acontecer a partir de um acompanhamento das famílias desde a maternidade. O Estado deveria disponibilizar a oferta de grupos de pais e mães nos estabelecimentos de saúde e de educação infantil para propiciar orientação sobre cuidados e educação dos filhos de forma a evitar situações de violência. A concepção é que, se os pais forem orientados tão logo seus filhos nasçam, vão aprender maneiras de cuidar e educar seus filhos de forma mais adequada, não violenta.

Rocha, Lemos e Lírio (2011) ainda apontam que a escola deve promover ações que levem crianças e adolescentes a conhecerem seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra a violência sexual. Diretores, professores e orientadores pedagógicos devem estar atentos para as situações de vulnerabilidade e, sobretudo para com a violência sexual a que os alunos possam estar sendo submetidos ou que estejam convivendo. É fundamental que a escola consiga, por exemplo, reconhecer sinais de maus-tratos nas crianças e nos adolescentes, proporcionando um aumento de denúncias por esses agentes. Branco e Tomanik (2012) afirmam que um fator importante no enfrentamento da violência familiar contra crianças e adolescentes é a capacidade de identificação de sinais ou indícios da situação violenta, principalmente por parte de profissionais que atuam diretamente com o público infanto-juvenil, dentre eles os profissionais de saúde e educação.

Outra ação de prevenção componente do nível primário seriam, segundo Branco e Tomanik (2012), as campanhas publicitárias que têm papel importante na prevenção, à medida que explicitam uma realidade presente na sociedade brasileira, contribuindo para a quebra do silêncio existente na maioria das situações de abuso doméstico, principalmente o sexual.

No nível secundário das ações de prevenção, as ações seriam realizadas com populações consideradas de risco para a ocorrência de

violência familiar, a vulnerabilidade social. Assim como há encaminhamentos das famílias com situação de violência para os serviços de assistência social como uma das estratégias de enfrentamento do fenômeno, há também a preocupação de incluir ações desses serviços nas estratégias de prevenção. Tal entendimento está ancorado na concepção de que famílias em situação de vulnerabilidade social são um fator de risco para a ocorrência de violência.

Já no nível terciário de prevenção, Branco e Tomanik (2012) ressaltam as ações voltadas para diminuir as consequências das situações de violência que já ocorreram, com a finalidade de evitar novas ocorrências de vitimização. Há a percepção de que é preciso saber identificar uma suspeita para tornar possível a denúncia. Branco e Tomanik (2012) ainda afirmam que no acompanhamento de crianças vítimas de violência e suas famílias é preciso oferecer aos agressores oportunidades de refletir sobre seus comportamentos, como forma de tentar prevenir a reincidência.

7. Considerações Finais

Esta pesquisa estudou a violência contra crianças como um fenômeno sistêmico, que ocorre nas relações entre as pessoas, em diferentes relacionamentos e em diferentes dimensões e intensidades.

Dentre as quarenta e sete famílias convidadas para fazerem parte do estudo, apenas oito famílias concordaram em participar. Embora nem todas as famílias convidadas tivessem concordado em participar, os objetivos do estudo foram atingidos já que foi possível caracterizar a estrutura e a dinâmica das famílias participantes, descrever o tipo de violência perpetrada contra a criança, identificar os padrões relacionais familiares de famílias com crianças vítimas de violência, verificar a existência de padrões intergeracionais de violência e identificar o manejo das práticas educativas em relação às crianças. Vale ressaltar que as famílias participantes deste estudo continuaram em acompanhamento no PAEFI – CREAS – após a realização da coleta de dados.

Em relação à estrutura das famílias participantes da pesquisa pode-se observar que a maioria das famílias se caracteriza como sendo do tipo recasada. A dinâmica familiar dessas famílias contou com a presença de relacionamentos conflituosos com e sem a presença de violência em diversas situações e gerações. As práticas educativas utilizadas pelos pais ou responsáveis em diferentes gerações se apresentaram a partir de estratégias tanto coercitivas como não coercitivas. As famílias apresentaram a coexistência entre o Estilo Parental Autoritário e o Estilo Parental Autoritativo, indicando apenas uma tendência para um dos estilos. Observou-se ainda que essas famílias possuíam uma rede social significativa com poucos membros.

A partir dos resultados obtidos, concluiu-se que as famílias estudadas nessa pesquisa apresentam diversos fatores de risco para a ocorrência de novos episódios de violência, revitimizações, contra as crianças dessas famílias, além de haver a presença de poucos fatores de proteção.

O fato da pesquisadora fazer parte da equipe profissional da Secretaria de Desenvolvimento Social do município escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi um fator facilitador para a obtenção da autorização institucional e o desenvolvimento do estudo. A proximidade com os profissionais que acompanham as famílias participantes da pesquisa facilitou o acesso às informações e aos prontuários para contato inicial das famílias e para a análise dos dados. Apesar de haver

facilidades, também houve uma dificuldade muito expressiva: pouca aceitação das famílias em participar do estudo. Essa dificuldade deve estar relacionada à temática do estudo justificando a pequena quantidade de estudos que utilizam essa população alvo.

Vale ressaltar que os instrumentos quantitativos utilizados – PSI, CTSPC, FACES IV, CRPR – não discriminaram as famílias segundo as variáveis investigadas em cada um deles. Pode-se hipotetizar que um número maior de participantes possibilitaria o planejamento de análises estatísticas mais sofisticadas que permitissem discriminação das variáveis estudadas. Esse estudo ainda poderia servir de validação dos instrumentos utilizados nesta pesquisa que ainda não foram validados para a realidade da população brasileira e, por fim, forneceria possíveis correlações entre eles. Sugere-se ainda um estudo longitudinal com as famílias, investigando-as em pelo menos dois momentos: assim que são inseridas no CREAS e no momento do desligamento destas com o intuito de verificar se os resultados seriam diferentes, se haveria mudanças significativas na dinâmica familiar e se haveria diminuição nos fatores de risco, visando a evitar novos episódios de violência, bem como se os fatores de proteção foram potencializados. Além disso, os resultados de um estudo longitudinal poderia oferecer uma avaliação do serviço ofertado no CREAS.

Os resultados e as conclusões obtidas no estudo abrem precedentes para futuras pesquisas. Sugere-se o desenvolvimento de um estudo com maior quantidade de famílias com crianças vítimas de diferentes tipos de violência a fim de caracterizar cada um deles e a dinâmica familiar destas crianças.

Realizar o presente estudo foi um momento de aprendizagem, já que possibilitou estudar de maneira mais aprofundada a temática com a qual trabalho. A partir do conhecimento expandido ainda foi possível refletir sobre a minha atuação e de outros profissionais que atendem essas famílias, além de conhecer instrumentos que se validados podem ser utilizados e introduzidos no protocolo de atendimento às famílias com crianças vítimas de violência.

Ao fim do trabalho de pesquisa ora relatado reitera-se a necessidade de se pensar em ações preventivas e no atendimento a essas famílias com crianças vítimas de violência. Nesse sentido, devido à existência de práticas educativas violentas, psicológicas e físicas, pode-se denotar a importância da criação de novas leis, como a Lei da palmada (Projeto de Lei nº 7.672/2010), e da necessidade de criação e implantação de um trabalho preventivo a nível primário, secundário e terciário com as famílias para que cada vez mais sejam utilizadas

técnicas de disciplina não violenta uma vez que o processo de mudança de valores e cultura, que permite a conscientização sobre os danos causados pela punição física e violência psicológica, é lento.

Por fim, percebe-se a necessidade de se repensar a atuação dos profissionais que atuam nos serviços do CREAS. Torna-se imprescindível uma capacitação com esses profissionais com a finalidade de instrumentalizá-los em relação aos fatores de risco e de proteção envolvidos na violência contra as crianças e adolescente. Esse conhecimento adquirido direcionará o trabalho com as famílias com vítimas de violência, focando a atuação na identificação dos fatores de risco e fatores de proteção com o intuito de diminuir os fatores de risco, potencializar os fatores de proteção e evitar novos episódios de violência. Os resultados gerados por esse estudo serão apresentados a Secretaria de Desenvolvimento Social e aos profissionais do CREAS.

8. Referências

- Abidin, R. R. (1995). *Parenting stress index*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Abranches, C. D. de & Assis, S. G. de (2011). A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(5), 843-854.
- Alvarenga, P. & Piccinini, C. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 14(3), 449-460.
- Alyahri, A. & Goodman, R. (2008) Harsh corporal punishment of Yemeni children: occurrence, type and associations. *Child Abuse & Neglect*; 32(8): 766-73.
- Andolfi, M., Angelo, C., Menghi, P. & Nicolo-Corigliano, A. M. (1984). *Por trás da máscara familiar – um novo enfoque em terapia da família*. (Trad. Maria Cristina R. Goulart) 3ª Ed. Porto Alegre: Artes médicas (publicado originalmente em 1983).
- Araújo, M. de F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7, 2, 3-11.
- Arruabarrena, M.I.; Joaquim, P. *Maltratos a los niños en La familia: evaluación y tratamiento*. Ediciones Pirámide: Madrid, 1999.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Batista, F. (2003). Violência doméstica: Um problema de saúde pública entre quatro paredes. In Rigonatti, S. P. (Coord.). *Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica*. São Paulo: Vetor.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4 (1, Pt.2).

- Bazon, M. R. (2008). Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*; 24(2), 323-332.
- Bittar, D.B.; Nakano, A.M.S.; Silva, M.A.I. & Roque, E.M.S.T. (2012) Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes na percepção de mães agressoras. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 14(4), 771-778.
- Bordin, I. A., Duarte, C. S., Peres, C. A., Nascimento, R., Curto, B. M., Paula, C. S. (2009) Severe physical punishment: risk of mental health problems for poor urban children in Brazil. *Bulletin of the World Health Organization*. 87(5), 336-344.
- Böing, E. (2007). *A epistemologia sistêmica na atuação do psicólogo na atuação básica à saúde*. Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Especialização em Terapia Relacional Sistêmica. Familiare Instituto Sistêmico.
- Böing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. O. O. (2008). Pesquisa com famílias: Aspectos teórico-metodológicos. *Paidéia*, 18(40), 251-266.
- Bolger, K.; Thomas, M. & Eckenrode, J. (1997). Disturbances in relationships. In J. Garbarino & J. Eckenrode (Orgs.), *Understanding abusive families: ecological approach to theory and practice*. San Francisco: Jossey-Bass, 86-98.
- Bourassa, C., Lavergne, C., Damant, D., Lessard, G. & Turcotte, P. (2006). Awareness and detection of the co-occurrence of interparental violence and child abuse: Child welfare worker's perspective. *Children and Youth Services Review*, 28(11), 1312-1328.
- Boynton-Jarrett, R.; Rosenberg, L.; Palmer, J.R.; Boggs, D.A. & Wise, L.A. (2012) Child and Adolescent Abuse in Relation to Obesity in Adulthood: The Black Women's Health Study. *Pediatrics*, 130(2), 245 -253.

- Branco, M. A. O.; Tomanik, E. A. (2012) Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento. *Psicologia & Sociedade*, 24 (2), 402-411.
- Brasil. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília.
- Brasil. (1990) *Lei 8.069: Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília.
- Brasil. (2001) Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço* / Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2002) Ministério da Saúde. *Violência Intrafamiliar: Orientações para a Prática em Serviço*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2004) Ministério da Saúde. *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2005) *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília.
- Brasil. (2006) *Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial de Direito Humanos, Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília.
- Brasil. (2007) *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS)*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília.
- Brasil. (2009) *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.
- Brasil. (2010) Ministério da Saúde. *Linha de Cuidado para a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes e suas famílias em*

situação de violência: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2010) Ministério da Saúde. *Impacto da Violência na Saúde das Crianças e Adolescentes.* Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2011) Ministério da Saúde. *Metodologias para o Cuidado de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências.* Brasília: Ministério da Saúde.

Brito, R. C. & Koller, S. H. (1999). Redes de apoio social e afetivo e desenvolvimento. Em A. M. A. Carvalho (Org.), *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 115-130.

Brito, A. M. M., Zanetta, D.M.T., Mendonça, R. de C.V., Barison, S.Z.P & Andrade, V.A.G. (2005). Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. *Ciência & saúde coletiva*, 10(1), 143-149.

Carmo, C. J. do, and Harada, M. de J. C. S.(2006). Physical violence as educational practice. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 14, 6, 849-856.

Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar.* (2 ed., pp. 7-29). Porto Alegre: Artes Médicas.

Cavanagh, K.; Dobash, E.R.; Dobash, R.P. (2007) The murder of children by fathers in the context of child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 31(7), 731-746.

Centro e Combate à Violência Infantil – CECОВI. (2009) Dados científicos. Violência Física – Estatísticas: dados estatísticos, principais características, perfil da vítima, perfil do agressor, etc. Available from: <http://www.cecovi.org.br>

Cecconello, A. M.; De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, n. esp., 45-54.

- Cervený, C.M. de O., Berthoud, C.M.E., & cols (1997). *Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cervený, C.M. de O., Berthoud, C.M.E., & cols (1997). *Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. (2009). Ciclo vital da família brasileira. Em L. C. Osório & M. E. P. Valle (Orgs.), *Manual de terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Clément, M.-E. & Chamberland, C. (2007) Physical violence and psychological aggression towards children: Five-year trends in practices and attitudes from two population surveys. *Child Abuse & Neglect*, 31, 1001–1011.
- Cornet, J. (1997). *Faut-il battre les enfants?* Paris: Hommes et Perspectives.
- Corsi, J. (1997). *Violência familiar: Uma mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social*. Buenos Aires: Paidós.
- Cui, M., Durtschu, J.A., Lorens, F.O. & Conger, R.D. (2010). Intergenerational Transmission of Relationship Aggression: A Prospective Longitudinal Study. *Journal of Family Psychology*. 24(6), 688–697.
- Day, V., Telles, L., Zoratto, P., Azambuja, M., Machado, D., Silveira, M., Debiaggi, M., Reis, M., Cardoso, R. & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25, 1, 9-21.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2002). Violência doméstica e comunitária. In Contini, M. de L. J. (Coord.) & Koller, S. H. (Org.). *Adolescência e psicologia: Concepções, práticas e reflexões*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 85-91.
- Deb, S.; Modak, S. (2010) Prevalence of Violence against Children in Families in Tripura and Its Relationship with Socio-economic Factors. *Journal Injury & Violence*, 2(1), 5-18.

- Dekovic, M. (1989). Measuring dimensions and patterns of child rearing: Dutch Version of Block Child Rearing Practices Report (CRPR). *Interne Publicatie E. P.*, Katholieke Universiteit Nijmegen, Netherlands.
- Dekovic, M., Janssens, J. M. A.; Gerris, J. R. M. (1991). Factor structure and construct validity of the block child rearing practices report (CRPR). *Psychological Assessment: A Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 3(2), 182-187.
- Dossi, A.P.; Saliba, O.; Garbin, C.A.S.& Garbin, A.J.I. (2008) Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do Estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(8),1939-1952.
- Dubowitz, H. & Bennett, S. (2007) Physical abuse and neglect of children. *Lancet*, 369, 1891–1899.
- Easton, S.D.; Renner, L.M.; O’Leary, P. (2013) Suicide attempts among men with histories of child sexual abuse: Examining abuse severity, mental health, and masculine norms. *Child Abuse & Neglect*.
- Egeland, B., Jacobvitz, D. & Sroufe, L. A . (1988). Breaking the cycle of abuse: relationships predictors. *Child Development*, 59, 1080-1088.
- Falceto, O. G., Busnello E.; Bozzetti M. (2000). Validação de escalas diagnósticas do funcionamento familiar para utilização em serviços de atenção primária à saúde. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 7, 255-63.
- Fang, X.; Brown, D.S; Florencea, C.S; Mercy, J.A. (2012) The economic burden of child maltreatment in the United States and implications for prevention. *Child Abuse & Neglect*, 36, 156– 165.
- Gil, A. C. (1987). Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo:Atlas.
- Gil, A. C. (1991). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.

- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Ed. São Paulo: Atlas.
- Gould, F.; Clarke, J.; Heim, C.; Harvey, P.D.; Majer, M. & Nemeroff, C.B. (2012) The effects of child abuse and neglect on cognitive functioning in adulthood. *Journal of Psychiatric Research*, 46, 500-506.
- Graziano, A. M., & Namaste, K. A. (1990). Parental use of physical force in child discipline: a survey of 679 college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 5, 449-463.
- Grusec, J. E. & Lytton, H. (1988). *Social development: history, theory and research*. New York, Springer-Verlag.
- Guerra, V. N. de A. (2001). *Violência de pais contra filhos: A tragédia revisitada*, (4a ed.). São Paulo: Cortez.
- Guimarães, J.A.T.L. & Villela, W.V. (2011) Características da violência física e sexual contra crianças e adolescentes atendidos no IML de Maceió, Alagoas, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, 27(8), 1647-165.
- Habigzang, L.F.; Koller, S. H.; Azevedo, G. A.; Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*; 21(3), 341-348.
- Habigzang, L.F.; Koller, S. H.; Azevedo, G. A.; Machado, P. X. (2006) Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 19(3), 379-86.
- Hager, A.D.; Runtz, M.G. (2012) Physical and psychological maltreatment in childhood and later health problems in women: An exploratory investigation of the roles of perceived stress and coping strategies. *Child Abuse & Neglect* , 36, 393– 403.
- Harris, S.M. & Dersch, C. A. (2001) "I'm Just Not Like that": Investigating the Intergenerational Cycle of Violence. *The Family Journal*. 9(3), 250-258.

- Hoffman, M. L. (1975). Moral, internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11, 228-239.
- Hutz, C.S.& Bardagir, M.P. (2006) Indecisão profissional, ansiedade e depressão na adolescência: a influência dos estilos parentais. *Psico-USF*, 11(1), p. 65-73.
- Imber-Black, E. (1994). *Os segredos na família e na terapia familiar*. (D. Batista, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1991).
- Imber-Black, E. (1997). Developing cultural competence: contributions from recent family therapy literature. *American Journal of Psychotherapy*, 51(4), 607-615.
- Jernbro, C.; Svensson, B.; Tindberg, Y. & Janson, S. (2012) Multiple psychosomatic symptoms can indicate child physical abuse – results from a study of Swedish schoolchildren. *Acta Paediatrica*, 101(3), 324–329.
- Kashani, J. H. & Allan, W. D. (1998). *The impact of family violence on children and adolescents*. Thousand Oaks, Ca:Sage.
- Kauppi, A.L.M.; Vanamo, T.; Karkola, K. & Merikanto, J. (2012) Fatal child abuse: a study of 13 cases of continuous abuse. *Mental Illness Page Press*, 4(2), 5-9.
- Koller, S. H. (1999). Violência doméstica: uma visão ecológica. In: AMENCAR (Org.), *Violência doméstica*. Brasília: UNICEF, 32-42.
- Krom, M. (2000). *Família e mitos*. São Paulo: Summus.
- Krug E.G. et al., eds. (2002) *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization.
- Laslett, A-M; Room, R.; Dietz, E. P. & Ferris, J. (2012) Alcohol's involvement in recurrent child abuse and neglect cases. *Addiction Research Report*, 107(10), 1786–1793.

- Lev-Wiesel, R.; Sternberg, R. (2012) Victimized at Home Revictimized by Peers: Domestic Child Abuse a Risk Factor for Social Rejection. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 29(3), 203-220.
- Lisboa, C. S. de M. & Koller, S. H. (2000). Questões de ética na pesquisa com crianças e adolescentes. *Aletheia*, 11, 59-70.
- Lopez, C.M.; Beglea, A.M.; Dumasb, J.E.; Arellano, M.A.de (2012) Parental child abuse potential and subsequent coping competence in disadvantaged preschool children: Moderating effects of sex and ethnicity. *Child Abuse & Neglect*, 36, 226– 235.
- MacMillan, H.L.; Tanaka, M.; Duku, E.; Vaillancourt, T.; Boyle, M.H. (2013) Child physical and sexual abuse in a community sample of young adults: Results from the Ontario Child Health Study. *Child Abuse & Neglect*, 37, 14– 21.
- Maia, A.C.; Barreto, M. (2012) Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: análise dos registros. *Psicologia em Estudo* (Maringá), 17(2), 195-204.
- Martins C.S.; Ferriani M.G.; Silva M.A.; Zahr N.R.; Arone K.M.; Roque E.M. (2007). Family dynamics from the perspective of parents and children involved in domestic violence against children and adolescents. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*; 15(5): 889-894.
- Mascarenhas, M.D.M., Malta, D.C., da Silva, M.M.A., Lima, C.M., de Carvalho, M.G.O., de Oliveira, V.L.A. (2010). Violência contra a criança: Revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência, Brasil, 2006 e 2007. *Cadernos de Saúde Pública*, 26 (2), 347-357.
- McGoldrick, M., & Gerson, R. (1995). *Genetogramas e o ciclo de vida familiar* (M. A. V. Veronese, Trad.). In B. Carter & M. McGoldrick, M. (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar – Uma estrutura para a terapia familiar* (2. ed.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

- Mennen, F.E., Kim, K.; Sang, J. & Trickett, P.K. (2010). Child neglect: Definition and identification of youth's experiences in official reports of maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 34 (9), 647-658.
- Milani, R. G.; Loureiro, S. R. (2009) Crianças em risco psicossocial associado à violência doméstica: o desempenho escolar e o autoconceito como condições de proteção. *Estud. psicol. (Natal)*;14(3), 191-198.
- Minayo, M. C. S. & Souza, E. R, de. (1997) Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. 4(3), 513-531.
- Minayo, M. C. S. & Souza, E. R, de. (1999) É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciênc. saúde coletiva*. 4(1), 7-23.
- Minetto, M. de F. J. (2010) *Práticas educativas parentais, crenças parentais, estresse parental e funcionamento familiar de pais de crianças com desenvolvimento típico e atípico*. – Tese (Doutorado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Monteiro, C.F. de S.; Teles, D.C.B.S.; Castro, K.L.; Vasconcelos, N.S.V. de (2008) Violência sexual contra criança no meio intrafamiliar atendidos no SAMVVIS, Teresina, PI. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 61(4), 459-463.
- Muhr, T. (2004). *ATLAS/ti the knowledge workbench. V 5.0 Quick tour for beginners*. Berlin: Scientific Software Development.
- Murphy-Cowan, T., & Stringer, M. (1999). Physical punishment and the parenting cycle: a survey of Northern Irish parents. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 9, 61-71.

- Nambu, S.; Nasu, A.; Nishimura, S.; Nishimura, A.; Fujiwara, S. (2011) Fatal child abuse in Japan: does a trend exist toward tougher sentencing? *J Inj Violence Res*;3(2):74-79.
- Newman, K., Harrison, L., Dashiff, C. & Davies, S. (2008) Relações entre modelos de pais e comportamentos de risco na saúde do adolescente: uma revisão de literatura. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. 16(1), p.1-10.
- Oliveira, E. A., Marin, A. H., Pires, F. B., Frizzo, G. B., Ravello, T. & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15 (1), p. 1-11.
- Olson, D. H. (1986). Circumplex Model VII: Validation studies and Faces III. *Family Process*, 25, p. 337-351.
- Olson, D.H., Gorall, D. M.; Tiesel, J, W. (2007). *FACES IV & the Circumplex Model: Validation study*.
- Ortega, A. S. R.; Rocha, L.P.; Costa, D.P.L.P da & Costa, M.S. (2011) A violência contra crianças de 0 a 5 anos em Jataí-GO e os reflexos dela no desempenho escolar. *Anais Eletrônicos do XXVI Congresso de Educação do Sudoeste Goiano*.
- Pacheco, J. T. B., Teixeira, M. A. P., W. B. Gomes (1999) Estilos Parentais e Desenvolvimento de Habilidades Sociais na Adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 15(2), p. 117-126.
- Pacheco, J.T.B., Silveira, L.M. de O.B. & Schneider, A.M. de A. (2008) Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, 39(1), p. 66-73.
- Paiva, F.S. de & Ronzani, T.M. (2009) Estilos Parentais e Consumo de Drogas entre adolescentes: revisão sistemática. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 14(1), p. 177-183.

- Parke, D. R. (2002). Punishment revisited - science, values, and the right question: comment on Gershoff. *Psychological Bulletin*, 128(4), 596-601.
- Pascolat, G.; Cristiane de F.L. dos Santos, C. de F.L. dos; Campos, E.C.R. de; Valdez, L.C.O.; Busato, D. & Marinho, D.H. (2001) Abuso físico: o perfil do agressor e da criança vitimizada. *Jornal de Pediatria*, 77(1), 35-40.
- Pelisoli, C.; Dell’Aglío, D. D. (2008). Do segredo à possibilidade de reparação: um estudo de caso sobre relacionamentos familiares no abuso sexual. *Contextos clínicos*;1(2), 49-60.
- Pérez-Fuentes, G.; Olfson, M.; Villegasa, L.; Morcillo, C.; Wang, S. & Blanco, C. (2013) Prevalence and correlates of child sexual abuse: a national study. *Comprehensive Psychiatry*, 54, 16–27.
- Pinheiro, F. M. F. (2009). Violência Intrafamiliar e Intimidação entre colegas no ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa*, 39(138), 995-1018.
- Pires, J. (1999). Violência na infância: Aspectos clínicos. AMENCAR (Org.), *Violência doméstica*. Brasília: UNICEF, 61-70.
- Ramos, M. L. C. O. & Silva, A. L. da. (2011). Estudo sobre a violência doméstica contra a criança em unidades básicas de saúde do município de São Paulo - Brasil. *Saúde e Sociedade*, 20(1), 136-146.
- Ravazzola, M. C. (1999) Algunos dilemas en el campo de la violencia familiar comenzando por el primero: la familia como espacio paradójico de amor y violencia. *Revista Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 8(2), 39-52.
- Ravazzola, M. C. (2007) Violência nas relações familiares. *Pensando Famílias*, 11(1), 11-28.
- Reichenheim, M.E., Moraes, C.L. (2006) Psychometric properties of the Portuguese version of the Conflict Tactics Scales: Parent-child Version (CTSPC) used to identify child abuse. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22(3), 503-515.

- Reichenheim, M.E., Moraes, C.L. (2003) Adaptação transcultural do instrumento *Parent-Child Conflict Tactics Scales* (CTSPC) utilizado para identificar a violência contra a criança. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(6), 1701-1712.
- Reichert, C.B. & Wagner, A. (2007) Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. *PSICO*, Porto Alegre, PUCRS, 38(3), p. 292-299.
- Rezende, I. G.; Krom, M. & Yamada, M. O. (2003) A repetição intergeracional e o significado atual da deficiência auditiva. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 177-184.
- Ribeiro, M.A.; Ferriani, M.das G.C.; Reis, J. N dos (2004) Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Caderno de Saúde Pública*, 20(2), 456-464.
- Richardson, R. J. (1999). Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª Ed. São Paulo: Atlas.
- Rocha, P. C. X. da & Moraes, C. L. (2011) Violência familiar contra a criança e perspectivas de intervenção do Programa Saúde da Família: a experiência do PMF/Niterói (RJ, Brasil). *Ciência & saúde coletiva*, 16(7), 3285-3296.
- Rocha, G. O. R. da; Lemos, F.C.; Lírio, F.C. (2011) Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. *Cadernos de Educação (Pelotas)*, 38, 259-287.
- Rodrigues, J. L.; Brino, R. de F. e Willians, L. C. A. (2006) Concepções de sexualidade entre adolescentes com e sem histórico de violência sexual. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 16,(34), 229-240.
- Rosa, E.M., Lira, M. O. de S. C. e (2012). Intrafamiliar violence against children and adolescents: support and overcoming network. *Journal of Human Growth and Development*, 22(2), 246-252.

- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGraw Hill.
- Santos, S. V. (1997). Versão portuguesa do Parenting Stress Index (PSI): Validação preliminar. In M. Gonçalves, I. R., S. A., C. M., L. A.; M. S. *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (Vol. 5, pp. 139-149). Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Santos, S.S.; Dell'Aglio, D.D. (2008) Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 25(4), 595-606.
- Septimus-Berger, A. (1999). Adolescent physical abuse: predictive factors. *The Sciences and Engineering*, 59, 3713-35.
- Schitman, D. F. (Org.) (1996). *Novos Paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed.
- Scodelario, A.S. (2002). A família abusiva. In: Dalka, C.A. & Ferrari, T.C.C.V. (Orgs) *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Agora.
- Simons, R., Whitbeck, L. B., Conger, R. D. & Chyi-In, W. (1991). Intergenerational transmission of harsh parenting. *Developmental Psychology*, 27(1), 159-171.
- Simons, D.A. & Wurtele, S.K. (2010) Relationships between parents' use of corporal punishment and their children's endorsement of spanking and hitting other children. *Child Abuse & Neglect*, 34, 639–646.
- Sloven, N.; Fitzmaurice, G.M.; Williams, D.R. & Gilman, S.E. (2012) Common patterns of violence experiences and depression and anxiety among adolescents. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 47(10), 1591–1605.
- Sperry, D.M.; Widom, C.S. (2013) Child abuse and neglect, social support, and psychopathology in adulthood: A prospective investigation. *Child Abuse & Neglect*, xxx, xxx– xxx.

- Strassberg, Z., Dodge, K. A., Pettit, G. S., & Bates, J. E. (1994). Spanking in the home and children's subsequent aggression toward kindergarten peers. *Development and Psychopathology*, 6, 445-461.
- Straus, M. A. (1979). Measuring intra-familial conflict and violence: The conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and Family*, 41:75-88.
- Straus, M. A. (1991). Discipline and deviance: Physical punishment of children and violence and other crimes in adulthood. *Social Problems*, 38, 133-154.
- Straus, M. A.; Hamby, S. H.; Finkelhor, D.; Moore, D. W. & Runyan, D., (1998). Identification of child maltreatment with parent-child conflict tactics scales: Development and psychometric data for a national sample of American parents. *Child Abuse & Neglect*, 22:249-270.
- Straus, M. A. (2000). Corporal punishment and primary prevention of physical abuse. *Child Abuse and Neglect*, 24(9), 1109-1114.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. London: Sage.
- Sugaya, L.; Hasin, D.S; Olfson, M.; Lin, K-L.; Grant, B.F & Blanco, C. (2012) Child Physical Abuse and Adult Mental Health: A National Study. *Journal of Traumatic Stress*, 25, 384-392.
- Swannell, S.; Martin, G.; Page, A.; Hasking, P.; Hazell, P.; Taylor, A. & Protani, M. (2012) Child maltreatment, subsequent non-suicidal self-injury and the mediating roles of dissociation, alexithymia and self-blame. *Child Abuse & Neglect*, 36, 572- 584.
- Temrin H; Nordlund J; Sterner H. (2004). Are stepchildren over-represented as victims of lethal parental violence in Sweden? *Proceedings of The Royal Society Biological Sciences*; 271(3): 124-126.
- Valentino, K.; Nuttall, A.K; Comas, M.; Borkowski, J.G. & Akai, C.E. (2012). Intergenerational Continuity of Child Abuse Among

- Adolescent Mothers: Authoritarian Parenting, Community Violence, and Race. *Child Maltreatment*, 17(2), 172-181.
- Vasconcelos, A. C.de; Souza, M. B.(2006). As noções de educação e disciplina em pais que agridem seus filhos. *Psico (Porto Alegre)*;37(1):15-22.
- Vasconcellos, M.J.E. (2007). *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus Editora.
- Weber, L. N. D. (2001). Quem ensina a violência? *Conjuntura Social*, 6, 38-43.
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., Brandenburg, O. J., & Zocche, C. R. E. (2002). Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. *Psico-USF*, 7(1), 157-167.
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2003). Estilos parentais e o desenvolvimento da criança e do adolescente e palmadas e surras: ontem, hoje e amanhã. In M. Z. Brandão, F. C. Contem, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. Moura, V. M. Silva, & S. M. Oliane (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: a história e os avanços, a seleção por conseqüências em ação*. Santo André, SP: ESETec Editores Associados.
- Weber, L. N. D., Brandenburg, O. J. & Viezzer, A. P. (2003) A relação entre o estilo parental e o otimismo da criança. *Psico-USF*, 8(1), p. 71-79.
- Weber, L. N. D., Prado, P.M., Viezzer, A. P. & Brandenburg, O. J. (2004) Identificação de Estilos Parentais: O Ponto de Vista dos Pais e dos Filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), p.323-331.
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G. & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia (Ribeirão Preto)*. 16(35), 407-414.
- Wendt, N.C., & Crepaldi, M.A. (2008). A utilização do Genograma como Instrumento de Coleta de Dados na Pesquisa Qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 302-310.

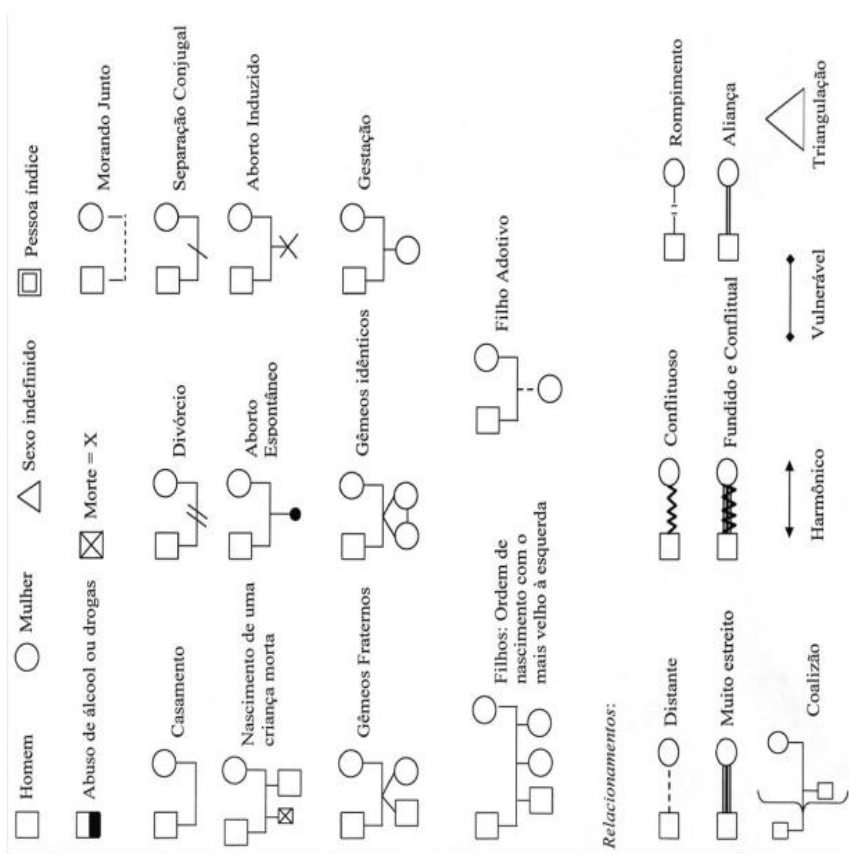
- Wharton, R., Rosenberg, S., Sheridan, R. L. & Ryan, D. (2000). Long-term medical consequences of physical abuse. Em R. M. Reece (Org.). *Treatment of child abuse: common ground for mental health, medical, and legal practitioners*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 117-134.
- Whitelock, C.F.; Lamb, M.E.; Rentfrow, P.J. (2013) Overcoming Trauma: Psychological and Demographic Characteristics of Child Sexual Abuse Survivors in Adulthood. *Clinical Psychological Science*.
- Yang et al. (2013) Child Abuse and Epigenetic Mechanisms of Disease Risk. *American Journal of Preventive Medicine*, 44(2), 101-107.

9. Anexos

Anexo 1

Símbolos Genetograma

(Carter & McGoldrick, 2005, Adaptação de Wendt & Crepaldi, 2008, p. 309-310).



Outras informações familiares de especial importância também podem ser anotadas (McGoldrick & Gerson, 1995):

1. Background étnico.
2. Religião ou mudança religiosa.
3. Educação.
4. Ocupação ou desemprego.
5. Serviço Militar.
6. Aposentadoria.
7. Problemas com a lei.
8. Abuso físico ou incesto.
9. Obesidade.
10. Fumo.
11. Data que membros da família deixaram a casa:
DC'74.

Anexo 2
PSI – ÍNDICE DE ESTRESSE PARENTAL

Formulário de Aplicação

Richard R. Abidin
Instituto de Psicologia
Universidade da Virgínia, EUA

Instruções:

Ao responder às perguntas deste formulário, pense no filho que mais lhe preocupa.

As perguntas constantes das páginas seguintes requerem que você escolha uma resposta que melhor descreva os seus sentimentos. Se não houver uma resposta que descreva exatamente os seus sentimentos, marque a resposta que mais se aproxime da descrição de como você se sente. **A SUA PRIMEIRA REAÇÃO A CADA QUESTÃO DEVE CONSTITUIR SUA RESPOSTA.**

Por favor, indique o quanto você concorda ou discorda das afirmações seguintes, circulando o número que melhor corresponde ao que você sente.

1	2	3	4	5
Concordo completamente	Concordo	Não tenho certeza	Discordo	Discordo completamente

Exemplo :

Eu gosto de ir ao cinema 1 2 **3** 4 5.

(se você, às vezes, gosta de ir ao cinema, você deve circular o número 2)

1	2	3	4	5
Concordo completamente	Concordo	Não tenho certeza	Discordo	Discordo completamente

1. Com frequência, eu tenho a sensação de que não manejo as coisas muito bem.

1 2 3 4 5

2. Eu desisto das minhas coisas para cuidar das necessidades dos meus filhos mais do que esperava.

1 2 3 4 5

3. Eu me sinto preso pelas minhas responsabilidades de pai/mãe.

1 2 3 4 5

4. Desde que tive este filho, eu não consigo mais fazer coisas novas e diferentes.

1 2 3 4 5

5. Desde que tive meu filho, eu sinto que quase nunca tenho tempo de fazer as coisas que gosto.

1 2 3 4 5

6. Eu me sinto infeliz com a última compra de roupa que fiz para mim.

1 2 3 4 5

7. Há algumas coisas que me incomodam em minha vida.

1 2 3 4 5

8. Ter um filho tem causado mais problemas na minha relação com meu esposo(a) do que eu imaginava.

1 2 3 4 5

9. Eu me sinto só e sem amigos.

1 2 3 4 5

10. Quando eu vou a uma festa, eu geralmente acho que não vou me divertir muito.

1 2 3 4 5

11. Eu não me interesso mais pelas pessoas como antes.

1 2 3 4 5

12. Eu não gosto das coisas como antes.

1 2 3 4 5

13. Meu filho raramente faz coisas para mim que me deixam feliz.

1 2 3 4 5

14. Na maioria das vezes, eu sinto que meu filho gosta de mim e quer estar perto de mim.

1 2 3 4 5

15. Meu filho sorri para mim muito menos do que eu esperava.

1 2 3 4 5

16. Quando faço alguma coisa para o meu filho, eu sinto que meus esforços não são reconhecidos por ele.

1 2 3 4 5

17. Quando brinca, meu filho não dá risadinhas ou ri com frequência.

1 2 3 4 5

18. Meu filho não parece aprender tão rápido quanto a maioria das crianças.

1 2 3 4 5

19. Meu filho não sorri tanto quanto a maioria das crianças.

1 2 3 4 5

20. Meu filho não é capaz de fazer as coisas tanto quanto eu esperava.

1 2 3 4 5

21. Demora muito e é muito difícil para o meu filho se acostumar a coisas novas.

1 2 3 4 5

22. Eu me considero:

1. não muito bom em ser pai/mãe
2. alguém que tem problemas em ser pai/mãe
3. um pai/mãe mediano
4. um pai/mãe melhor que a maioria
5. um pai/mãe muito bom

1	2	3	4	5
Concordo completamente	Concordo	Não tenho certeza	Discordo	Discordo completamente

23. Eu esperava sentir mais carinho e afeto pelo meu filho do que sinto e isso me incomoda

1 2 3 4 5

24. Algumas vezes, meu filho faz coisas só para me chatear.

1 2 3 4 5

25. Meu filho parece chorar ou fazer birra mais freqüentemente que a maioria das crianças.

1 2 3 4 5

26. Meu filho geralmente acorda de mal humor.

1 2 3 4 5

27. Eu sinto que meu filho é muito temperamental e fica chateado facilmente.

1 2 3 4 5

28. Meu filho faz algumas coisas que me incomodam profundamente.

1 2 3 4 5

29. Quando acontece alguma coisa que meu filho não gosta, ele reage vigorosamente.

1 2 3 4 5

30. Meu filho fica aborrecido facilmente com coisas muito pequenas.

1 2 3 4 5

31. Foi muito mais difícil estabelecer horários para o meu filho comer e dormir do que eu esperava.

1 2 3 4 5

32. Fazer meu filho começar ou parar alguma coisa é:

1. muito mais difícil do que eu esperava
2. um pouco mais difícil do que esperava
3. tão difícil quanto eu esperava
4. um pouco mais fácil do que esperava
5. muito mais fácil do que eu esperava

33. Pense cuidadosamente e conte quantas coisas o seu filho faz que lhe aborrecem. Exemplos: mostra-se lento, não escuta quando você fala, reage de modo exagerado, chora, interrompe você, briga, faz manha. Faça um círculo no número que corresponde ao número de coisas que você contou:

1. 10 ou mais
2. 8 – 9
3. 6 – 7
4. 4 – 5
5. 1 – 3

34. Tem algumas coisas que meu filho faz, que me aborrecem muito.

1 2 3 4 5

35. Meu filho passou a ser um problema maior do que eu esperava.

1 2 3 4 5

36. Meu filho exige mais do que a maioria das crianças.

1 2 3 4 5

Anexo 3

CÓDIGO: _____ DATA: _____
 PARENTESCO COM A CRIANÇA: _____

Idade da Criança em anos e meses: _____ Sexo: M ou F

CTSPC

Pais e filhos utilizam numerosos meios para tentar resolver seus problemas. As questões abaixo são sobre os desacordos e brigas que existem de vez em quando entre pais e filhos. É normal que esses desacordos existam, isso acontece em todas as famílias. Às vezes, conseguimos resolver sem conflitos; outras vezes é bem mais difícil. Você encontrará aqui abaixo uma lista de meios que podem ser úteis quando você e seu filho estiverem em situação de conflito. Certas questões vão parecer embaraçosas; não se preocupe e tente responder a cada questão o mais espontaneamente possível. Responda pensando em seu filho que participa deste estudo. Garantimos que todas as suas respostas serão estritamente confidenciais e anônimas.

QUANDO VOCÊ TEVE UM PROBLEMA COM SEU FILHO, QUANTAS VEZES, NO ESPAÇO DE UM ANO:

1) Você explicou a (xxx – nome da criança) por que o que ele/a estava fazendo estava errado?

(Faça um círculo no número correspondente ao número de vezes)

Nunca	1 vez	Dois vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

2) Você o/a colocou de castigo do tipo: mandou-o ficar em seu quarto ou em qualquer outro lugar?

Nunca	1 vez	Dois vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

3) Você sacudiu (xxx – nome da criança)?

Nunca	1 vez	Dois vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

4) Você bateu no bumbum dele/a com alguma coisa como um cinto, chinelo, escova de cabelo, vara ou outro objeto duro?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

5) Você deu a ele/a outra coisa para fazer em vez daquilo que ele/a estava fazendo de errado?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

6) Você falou alto, berrou ou gritou com (xxx – nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

7) Você bateu com a mão fechada ou deu um chute com força nele/a?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

8) Você deu uma palmada no bumbum de (xxx – nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

9) Você o agarrou pelo pescoço e o sacudiu?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

10) Você xingou ou praguejou, quer dizer, rogou praga, contra ele/a?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

11) Você bateu muito em (xxx – nome da criança), ou seja, bateu nele/a sem parar, o máximo que você conseguiu?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

12) Você disse alguma vez que iria expulsá-lo/a de casa ou exotá-lo/a para fora de casa?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

13) Você queimou (xxx – nome da criança) ou derramou líquido quente nele de propósito?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

14) Você ameaçou dar um tapa nele/a, mas não deu?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

15) Você bateu em alguma parte do corpo dele diferente do bumbum com alguma coisa como um cinto, chinelo, escova de cabelo, vara ou outro objeto duro?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

16) Você deu um tapa na mão, no braço ou na perna de (xxx – nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

17) Você tirou as regalias dele/a ou deixou-o/a sem sair de casa?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

18) Você deu um beliscão em (xxx – nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

19) Você o/a ameaçou com uma faca ou arma?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

20) Você jogou (xxx – nome da criança) no chão?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

21) Você o/a chamou de estúpido/a, burro/a, preguiçoso/a ou de outra coisa parecida?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

22) Você deu um tapa/bofetada no rosto, na cabeça ou nas orelhas de (xxx nome da criança)?

Nunca	1 vez	Duas vezes	De 3 a 5 vezes	De 6 a 10 vezes	De 11 a 20 vezes	Mais de 20 vezes	Este ano não, mas já aconteceu
0	1	2	3	4	5	6	7

10. Apêndices

Apêndice A

Roteiro da Entrevista Semiestruturada

Uma das partes da nossa pesquisa é a construção de um mapa familiar, onde desenhamos todas as pessoas que fazem parte da família, as relações entre elas e os acontecimentos importantes. Nós gostaríamos que vocês nos ajudassem a desenhar o mapa da família de vocês, incluindo as famílias de origem do pai e da mãe: seus pais, irmãos e, inclusive, aquelas pessoas que não são parentes, mas que estão muito próximas e são muito íntimas de vocês. A construção desse mapa dura aproximadamente 1 hora e pode ser interrompida por nós ou por vocês se houver necessidade. Podemos começar agora?

Identificação da Família

Para começarmos a fazer o desenho da família de vocês, nós gostaríamos que vocês contassem quem são as pessoas que fazem parte da família, as idades, as ocupações, as coisas boas e ruins que marcaram as famílias (essa e as famílias de origem dos pais)... Precisamos marcar no desenho as pessoas que já faleceram ou que apresentam alguma condição especial... Vocês podem começar por onde quiserem... Quem quer começar? Nós representamos os homens por quadrados e as mulheres por círculos...

História Familiar

- Origem étnica da família?
- Qual a cidade de origem?
- Quais são os contextos frequentados por cada membro da família?

Relacionamento

- Como é o relacionamento entre os membros da família?
- Como é o relacionamento com a família extensa?
- A família recebe ajuda de alguém de fora (instituições, vizinhos, outros parentes)?
- Há pessoas significativas fora da família?

Informações sobre a relação conjugal (se o casal estiver junto)

- História Conjugal?
- Como é o relacionamento conjugal?

- Há brigas entre o casal?
- Como resolvem os conflitos?
- Há (ou houve) violência entre o casal?

Regras Familiares

- Como as regras familiares são definidas?
- Quem define as regras em casa?
- As crianças participam na elaboração das regras?
- Se elas não concordam com as regras, o que acontece?

Práticas Educativas

Agora gostaríamos de saber um pouco mais sobre a educação dos membros da família, portanto, as próximas perguntas serão relacionadas a esse tema. Podemos dar início?

- Como foi a educação dos seus pais? Quando eles faziam alguma coisa errada, o que acontecia? O que os pais deles faziam?
- E quando faziam algo que os pais gostavam, o que os pais deles faziam?
- Como foi a sua educação? (para os responsáveis)
- É igual a dos seus pais?
- Quais são as diferenças?
- Sofreu algum tipo de violência?
- E hoje, como vocês educam os seus filhos? Dê exemplos.
- É parecido com a forma com que foram educados? Quais as diferenças?
- Quando os seus filhos fazem algo que vocês não gostam, o que acontece? É utilizado algum tipo de castigo, punição? Que tipo de castigo? Dê exemplos.
- E quando eles fazem algo que vocês gostam?

Informações sobre a denúncia

- Quem denunciou?
- Como receberam a denúncia? O que acharam de terem sido denunciados? Como se sentiram?
- O que foi dito para a criança sobre a denúncia? Quem disse?
- Como foi o atendimento no Conselho Tutelar?
- O que mudou desde a denúncia?

Informações sobre a violência

- Qual é a criança que foi vítima de violência?

- Qual foi o tipo de violência?
- Quem foi o agressor? Que razões teve para fazer isso?
- Teve algum tipo de reparação para a criança? Teve pedido de desculpas? Quem os orientou a fazer isto?
- Como foi o atendimento no CREAS?

Antes de encerrar a entrevista, verificar se os seguintes tópicos estão respondidos:

- () todos os membros da família constam no genograma?
- () foi possível identificar o tipo de relacionamento entre os membros?
- () foi possível identificar a origem étnica da família?
- () foi possível verificar como é o relacionamento entre os membros familiares?
- () foi possível identificar a relação dos membros da família com a família extensa?
- () foi possível verificar a rede familiar?
- () foi possível caracterizar o relacionamento conjugal?
- () foi possível verificar as práticas educativas adotadas pelas 3 gerações?
- () existem informações suficientes sobre a denúncia?
- () existem informações suficientes sobre a violência contra a criança/adolescente vítima?

Caso todas as respostas acima forem sim, perguntar:

- Vocês gostariam de acrescentar mais alguma coisa?

Apêndice B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Psicologia

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Pela presente autorização, declaro que fui informado(a), de forma clara e detalhada, sobre os objetivos e a justificativa do projeto de pesquisa intitulado: “A estrutura e dinâmica das famílias com crianças de 2 a 10 anos, vítimas de violência”. Dessa forma, autorizo a realização da pesquisa por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Autorizo, também, a utilização dos dados coletados em eventuais trabalhos acadêmicos, publicações científicas, sem a identificação do local nem de seus profissionais.

Entendo que o pesquisador, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, manterá sigilo sobre os dados e que, após sua utilização na consecução dos objetivos propostos pela pesquisa, os mesmos serão inutilizados.

Assinatura do responsável pela instituição

_____, ____ de _____ de _____

Identificação do responsável pela instituição: _____

Apêndice C



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Psicologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Vimos através deste convidá-lo(a) a participar de uma pesquisa que está sendo realizada nesse município, intitulada: “A estrutura e dinâmica das famílias com crianças de 2 a 10 anos, vítimas de violência”. Essa pesquisa tem como objetivo principal conhecer melhor a estrutura e dinâmica das famílias com crianças de 2 a 10 anos, vítimas de violência. A pesquisa tem outros objetivos, tais como: identificar os padrões relacionais familiares, relacionar as regras familiares e as funções parentais, caracterizar o tipo de violência perpetrada contra a criança, descrever padrões intergeracionais do tipo de violência perpetrada e identificar o manejo das práticas educativas em relação às crianças e os conflitos presentes no cotidiano da família. Para atingir tais objetivos, serão solicitadas informações acerca da sua família, bem como da maneira como ela se organiza e funciona no dia-a-dia, além da violência que seu filho sofreu.

Meu nome é Michelle Vítório Marchetto, sou aluna do Programa de Pós- Graduação em Psicologia da UFSC e sou orientada pela Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Crepaldi. **Sua participação é voluntária.** Caso você aceite participar, solicitamos a permissão para que possamos gravar nossa conversa e possamos utilizar os dados que por você serão fornecidos para a realização da pesquisa, em encontros científicos, debates entre grupos de pesquisa ou ainda para fins de ensino e em publicações da pesquisa. Vale ressaltar que apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações relatadas. Informamos, também, que a qualquer momento você poderá desistir da participação na pesquisa. Quaisquer informações adicionais ou esclarecimentos acerca desta pesquisa poderão ser obtidos junto aos pesquisadores pelos telefones (47) 3387-1414 / (48) 9608-1526, ou pelo e-mail: mivitorio@gmail.com.

Pesquisadoras: Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Crepaldi e Michelle Vitória Marchetto.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____,
fui esclarecido sobre a pesquisa “A estrutura e dinâmica das famílias com crianças de 2 a 10 anos, vítimas de violência”, e aceito participar da mesma, consentindo que os instrumentos sejam aplicados e utilizados para a coleta de dados e que a entrevista seja gravada. Estou ciente de que eu e os membros da minha família não seremos identificados por nossos nomes.

_____, _____ de _____ de 2012.
(Cidade) (Dia) (Mês)

Assinatura do Entrevistado

Psicóloga Michelle Vitória Marchetto

Apêndice D

CÓDIGO: _____ **DATA** _____
PARENTESCO COM A CRIANÇA _____

QUESTIONÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

Por favor, responda as seguintes questões que se referem a informações gerais sobre você e sua família.

DADOS DA FAMÍLIA

1. Número de pessoas (informar quem são as pessoas que moram na casa, sem contar os empregados. Incluir o respondente)

Total: _____ **pessoas**

2. Quem vive na casa (anotar idade)

Respondente 1 ____ Anos

Companheiro(a) 2 ____ Anos

Filhos de 0 a 1 anos..... 3 Quantos? _____

Filhos de 2 a 6 anos..... 4 Quantos? _____

Filhos de 7 a 16 anos..... 5 Quantos? _____

Filhos com mais de 16 anos..... 6 Quantos? _____

Outras crianças e jovens menores de 18 anos (ex. enteados ou adotados, de criação, filhos de parentes e amigos).....,7
 Quantos? _____

Outros parentes adultos8 Quantos? _____

Amigos adultos 9 Quantos? _____

Total de pessoas declaradas na P.3: _____

- Quantos filhos frequentam a escola? _____ (contando a criança-alvo)

- Em que período a criança-alvo frequenta a escola?

Manhã (); Tarde (); Integral ()

3. Composição familiar:

Família nuclear (pais biológicos).....1

Família nuclear estendida (pais biológicos e outros parentes e amigos).....2

Família nuclear recasada (madrasta).....3

Família nuclear recasada (padrasto)..... 4

- Família nuclear recasada estendida (madrasta).....5
- Família nuclear recasada estendida (padrasto).....6
- Família de pais adotivos.....7

4. Escolaridade

A) Qual a sua escolaridade e qual a escolaridade de seu companheiro?

Quantos anos concluídos? _____

	Respondente	Companheiro(a)
Não alfabetizado	1	1
Ensino fundamental incompleto: primário incompleto	2	2
Ensino fundamental incompleto: primário completo e ginásio incompleto	3	3
Ensino fundamental completo	4	4
Ensino médio incompleto	5	5
Ensino médio completo	6	6
Ensino superior incompleto	7	7
Ensino superior completo	8	8
Pós-graduação	9	9
Não sabe	10	10

RENDA FAMILIAR

	Respondente	Companheiro (a)
6. Profissão		
7. Atividade atual		
8. Jornada de trabalho		

9. Você tem empregada/babá: () sim () não

10. Quem cuida da criança quando ela não está na escola: _____

11. Quem leva a criança para a escola: _____

12. Alguém da família faz uso de alguma medicação contínua?

() sim () não

Quem? _____ Qual? _____

13. Renda familiar mensal

Por favor, vamos ver quanto você, seu/sua companheiro(a) e outras pessoas da casa ganham por mês. Vamos pensar no mês passado...(Inclua salários, gorjetas, bicos, pensão, rendas de aluguel e outro capital, ajudas financeiras sistemáticas, etc. Registre sempre com,00. Se o respondente não souber, anote NÃO SABE).

	Salário	Outros Rendimentos	TOTAL (R\$)
Respondente			
Companheiro(a)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			
Outro (anote abaixo o parentesco)			

Renda familiar total do mês passado

13. Existe(m) algum(ns) mês(es) do ano no(s) qual(is) a renda total é muito maior ou menor do que a do mês passado?

Sim.....1

Não2

Não sei3

No mês em que é maior, qual é essa variação?

No mês em que é menor, qual é essa variação?

Se houver, faça a soma da renda dos diferentes meses, calcule a média e classifique conforme opções a seguir:

- | | | | |
|--|---|--|----|
| <input type="checkbox"/> Menos de R\$100,00 | 1 | <input type="checkbox"/> R\$801,00 a R\$1.000,00..... | 8 |
| <input type="checkbox"/> R\$101,00 a R\$200,00 | 2 | <input type="checkbox"/> R\$1.001,00 a R\$1.300,00 | 9 |
| <input type="checkbox"/> R\$201,00 a R\$300,00 | 3 | <input type="checkbox"/> R\$1.301,00 a R\$1.600,00 | 10 |
| <input type="checkbox"/> R\$301,00 a R\$400,00 | 4 | <input type="checkbox"/> R\$1.601,00 a R\$2.000,00 | 11 |
| <input type="checkbox"/> R\$401,00 a R\$500,00 | 5 | <input type="checkbox"/> R\$2.001,00 a R\$3.000,00 | 12 |
| <input type="checkbox"/> R\$501,00 a R\$600,00 | 6 | <input type="checkbox"/> R\$3.001,00 a R\$4.000,00 | 13 |
| <input type="checkbox"/> R\$601,00 a R\$800,00 | 7 | <input type="checkbox"/> Acima de R\$4.000,00..... | 14 |

14. Número de cômodos da residência:
Quantos cômodos tem sua casa?

- | | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> quartos | <input type="checkbox"/> garagem | <input type="checkbox"/> varanda |
| <input type="checkbox"/> cozinha | <input type="checkbox"/> lavanderia | Total: _____ cômodos |
| <input type="checkbox"/> banheiro | <input type="checkbox"/> sala | |

15. Tipo de Casa:

- | | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Casa | <input type="checkbox"/> Apartamento | <input type="checkbox"/> Cedido |
| <input type="checkbox"/> Próprio | <input type="checkbox"/> Alugado | Valor : _____ |
| <input type="checkbox"/> Madeira | <input type="checkbox"/> Alvenaria | <input type="checkbox"/> Mista |

Observações:

Apêndice E

Resultados Coletivos dos Instrumentos - CRPR, PSI, FACES e CTSPC

Por fim, foram feitas as médias, os desvios padrões e os valores máximos e mínimos de cada instrumento e suas escalas ou dimensões de todos os participantes da pesquisa.

Instrumento	Escala ou Dimensão	Média	Desvio Padrão	Valor Máximo	Valor Mínimo
PSI	Escala de Resposta Defensiva	2,4357	0,7929	3,80	1,50
	Escala Mal estar Parental	2,1071	0,8810	4,00	1,00
	Escala Interação Disfuncional Pais – Filhos	1,9107	0,4742	2,58	1,42
	Escala Criança Difícil	2,2202	0,8350	3,58	1,17
CTSPC	Escala de Disciplina Não Violenta	2,6429	1,1714	4,00	0,00
	Escala de Agressão Psicológica	1,4286	1,1579	3,20	0,00
	Punição Corporal ou Agressão Física Menor	0,7571	0,8197	2,60	0,00
	Maus tratos Físicos ou Agressão Física Grave	0,1250	0,4677	1,75	0,00
	Maus tratos Físicos Severos ou Agressão Física Muito Grave	0,0000	0,0000	0,00	0,00
FACES IV	Coesão Equilibrada	4,2959	0,4932	5,00	3,14
	Flexibilidade Equilibrada	4,0510	0,7837	5,00	2,43
	Funcionamento Frouxo	1,8367	0,8289	3,29	1,00
	Funcionamento Emaranhado	3,1531	0,6124	4,14	2,29
	Funcionamento Rígido	3,4082	0,8495	4,71	2,14
	Funcionamento Caótico	1,8367	1,1631	4,57	1,00
	Escala de Comunicação	4,1286	1,0823	5,00	1,90
	Escala de Satisfação	3,9857	0,9223	5,00	2,00
CRPR	Controle Autoritário	4,7857	0,5772	5,56	4,11
	Supervisão da criança	5,5000	1,0741	6,00	3,00
	Indução da Ansiedade	5,7500	0,3797	6,00	5,00
	Orientação consciente	5,4762	0,7245	6,00	4,00
	Autonomia	4,2143	0,5843	5,14	3,14
	Liberdade de expressão de afeto	5,5000	0,4385	6,00	4,83

Figura 17. Quadro dos valores de média, desvio padrão, valores máximos e valores mínimos dos instrumentos, de suas escalas e de suas dimensões.